



UNICAMP

NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO

**POPULAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA NA REGIÃO DE GOVERNO DE
JALES: O OUTRO RURAL DO OESTE PAULISTA**

CAMPINAS

2013



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO

**POPULAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA NA REGIÃO DE GOVERNO DE
JALES: O OUTRO RURAL DO OESTE PAULISTA**

Orientadora: Profª Drª Rosana Aparecida Baeninger

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, para obtenção do título de Mestra em
Demografia**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA
ALUNA NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO E ORIENTADA PELA PROFª DRª ROSANA
APARECIDA BAENINGER.
CPG, 28/02/2013**

**CAMPINAS
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Demétrio, Natália Belmonte, 1987-
D399p População e dinâmica econômica na região do governo de Jales
no século 21: o outro rural do oeste paulista / Natália Belmonte Demétrio.
-- Campinas, SP : [s.n.], 2013

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração interna - São Paulo (Estado). 2. População rural. 3.
Urbanização. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Population and economic dynamics in the Government
Region of Jales: the other rural in the west of São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Internal Migration - São Paulo (State)

Rural population

Urbanization

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Jose Marcos Pinto da Cunha

Aurílio Sérgio Costa Caiado

Data da defesa: 28-02-2013

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

*POPULAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA NA REGIÃO DE
GOVERNO DE JALES NO SÉCULO 21: O OUTRO OURO PAULISTA*

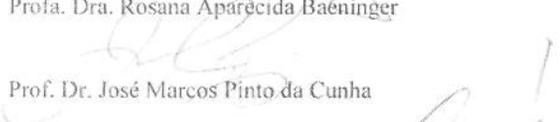
NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO

Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Demografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.

Este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada em, 28/02/2013.

Banca:


Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger


Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha


Prof. Dr. Aurílio Sérgio Costa Caiado

Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres – suplente
Profa. Dra. Claudia Siqueira Baltar - suplente

CAMPINAS/2013


Prof. Dra. Fatima Regina Rodrigues Evaristo
Coordenadora da Comissão de Pós-Graduação / FCH / UNICAMP
174047

v

Errata: onde se lê “Mestre em Demografia”
leia-se “Mestra em Demografia”.

Aos meus queridos pais
José, Jôse e Osmair

Agradecimentos

Essa dissertação trata-se, sem dúvidas, de um trabalho coletivo. Foram muitas as pessoas que, às vezes sem nem mesmo saber, ajudaram-me a pensar o rural da região de Jales. Tarefa quase impossível seria listar a todos. Algumas dessas pessoas merecem, no entanto, um agradecimento especial. A primeira delas não poderia deixar de ser a Prof^a Rosana Baeninger. Faltam-me palavras para expressar tamanha gratidão. Desde a graduação, sempre muito paciente e solidária, tem me ensinado o difícil processo de recortar e desenvolver um objeto de pesquisa. Nossas conversas certamente iluminaram todo o meu percurso.

Agradeço também ao Prof^o José Marcos Pinto da Cunha pelos valiosos comentários tanto na banca de qualificação, como no decorrer da disciplina de Análise Demográfica. Suas dicas foram cruciais à elaboração desse trabalho. Sou grata ainda ao Dr. Aurílio Caiado que muito gentilmente aceitou o convite de participar na banca de defesa.

À Dr^a Roberta Peres, cujas sugestões e ajuda com a tabulação dos dados foram imprescindíveis à conclusão do trabalho. Não poderia esquecer também de meu querido colega Aparecido Soares Cunha que sempre muito atencioso e generosamente atendeu a todos os meus intermináveis pedidos de socorro quando o assunto eram tabelas.

Aos demais colegas do curso de Demografia, Carla, Alessandra, Sérgio, Luís, Taciana, Walter, Camila, Rosa, Rita e Vivian. Nossas cervejinhas no Star Clean de quinta-feira foram muito estimulantes. Aproveito a oportunidade para agradecer aos colegas do Projeto Temático FAPESP-CNPq Observatório das Migrações em São Paulo. Nossas constantes reuniões renderam-me muitos frutos.

À Maria Ivonete Teixeira, minha mãe na ABEP. Sou profundamente grata por todo o carinho e disponibilidade. À Adriana Fernandes, pelas palavras amigas, e aos demais funcionários do NEPO por proporcionarem um ambiente de trabalho tão agradável.

Agradeço também à Prof^a Claudia Baltar, pela paciência com que me recebeu na equipe de pesquisa da Profa. Rosana quando comecei a trabalhar no NEPO. É uma grande honra tê-la na banca como suplente.

Expresso ainda o meu carinho aos meus irmãos, em especial à Patrícia por ter aguentado todas as minhas oscilações de humor. Sua companhia constante nesse último ano foi de grande ajuda.

Por fim, aos meus queridos pais, Jôse e José, que mesmo longe sempre se fizeram presentes. Ao pai que a vida me agraciou, Osmair, todo o meu amor. O empenho com que escrevi essa dissertação é um singelo reconhecimento de todos os esforços que vocês dedicaram a mim.

RESUMO

A emergência de novas ruralidades tem animado o debate em torno das instâncias teóricas e empíricas definidoras de rural. Nesse trabalho, nossa análise concentra-se nas diferenças que esse fenômeno encerra quanto aos processos de redistribuição de população, levando-se em consideração a Região de Governo de Jales, no extremo Noroeste Paulista. A construção de novas espacialidades rurais tem suas raízes históricas nos processos desencadeados pela reestruturação produtiva dos anos 1980. Por um lado, a abertura econômica forçou o país a aumentar a produção de *commodities* exportáveis com a finalidade de equilibrar nosso balanço de pagamentos. Por outro, o acirramento da competição capitalista levou à valorização de pequenas diferenças espaciais relacionadas à oferta de força-de-trabalho, infraestrutura e recursos diversos. Essas duas tendências características da nova fase de acumulação capitalista têm reforçado a heterogeneidade do rural paulista, demarcando a existência de pelo menos dois tipos bem específicos de rural, com aspectos sociais, econômicos e demográficos diferenciados.

Palavras-chaves: migração interna, população rural, urbanização.

ABSTRACT

The emergence of new *ruralities* has sparked the debate on theoretical and empirical instances that define the concept of rural. In this work, our analysis focuses on the differences that this phenomenon reverberates on the processes of redistribution of population, taking into consideration the Region Government of Jales, in the North West of the state of São Paulo. New rural spatiality has its historical roots in the processes triggered by the restructuring process of the 1980s. On the one hand, economic liberalization has forced the country to increase the production of exportable commodities in order to equilibrate our balance of payments. On the other hand, the increased competition has led to capitalist exploitation of small spatial differences related to the provision of work-force, infrastructure and various resources. These two characteristic tendencies of the new phase of capitalist accumulation have reinforced the heterogeneity of rural areas in the state of São Paulo, marking the existence of at least two types of very specific “rurals”, with social, economic and demographic differences.

Key words: internal migration, rural population, urbanization

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: População e dinâmica econômica no Oeste Paulista: o tempo e o espaço da Região de Governo de Jales	3
1.1 A etapa da fronteira agrícola (1920/1970)	3
1.2. A etapa da modernização agrícola e da consolidação do polo regional de São José do Rio Preto (1970/2000)	12
1.3. A ruralidade do Oeste Paulista no século XXI: a complexidade da relação migração/desenvolvimento na RG de Jales na primeira década de 2000	24
Capítulo 2: A relação rural/urbana no Estado de São Paulo: a especificidade do Oeste Paulista	37
2.1. Aspectos teóricos da divisão social do trabalho entre campo/cidade	37
2.2. A interiorização da indústria em São Paulo: a especificidade da rede urbana paulista	44
2.3. A reestruturação produtiva dos anos 1980 e a consolidação de novas espacialidades na rede urbana paulista: a nova fase da urbanização em São Paulo	56
2.3.1. As relações rurais/urbanas e a reestruturação produtiva: a inserção do Oeste Paulista	69
Capítulo 3: As transformações na ruralidade paulista e a RG de Jales: entre o local e o global	73
3.1. O processo de modernização agrícola conservadora e a heterogeneidade do rural paulista	73
3.2. O outro rural do Oeste Paulista: do agronegócio ao território da produção internacional de <i>commodities</i>	77
3.3. Do conceitual ao operacional: as dificuldades metodológicas ao estudo das populações rurais	93
3.4. População e dinâmica econômica na Região de Governo de Jales no século XXI: entre o local e o global	103
Considerações Finais	123
Referências Bibliográficas	127
Anexos	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de municípios criados na Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1920/1970 _____	4
Tabela 2: População total, urbana, rural e grau de urbanização (%), Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1920/1960 _____	9
Tabela 3: Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.), Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1920/1960 _____	10
Tabela 4: Participação (em %) da RA de S. J. do Rio Preto no total de quantidade produzida (em toneladas) no Estado para alguns dos principais produtos agrícolas, 1920 e 1950____	11
Tabela 5: População total, urbana, rural e grau de urbanização (%), Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1960/1991 _____	13
Tabela 6: Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.), Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1960/1991 _____	13
Tabela 7: Produção (em toneladas) de alguns dos principais produtos agrícolas, Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1970 e 1995 _____	16
Tabela 8: Evolução das pastagens plantadas (em ha), Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1970 e 1995/96 _____	17
Tabela 9: Número de municípios criados na Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1970/2000 _____	20
Tabela 10: Taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.), Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP e cidades principais, 1970/2000 _____	21
Tabela 11: Taxa de crescimento geométrico anual da população, Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 1970/2000 _____	25
Tabela 12: Número de Municípios segundo tamanho de população, Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP, 2010, _____	26

Tabela 13: População total, urbana, rural e grau de urbanização, municípios da Região de Governo de Jales/SP, 2000 e 2010 _____	27
Tabela 14: Saldo migratório anual, municípios da Região de Governo de Jales/SP, 1980/1991, 1991/2000, 2000/2010 _____	28
Tabela 15: Taxa de fecundidade total, Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, 1980/2009 _____	30
Tabela 16: Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.), municípios da Região de Governo de Jales/SP, 1991/2000 e 2000/2010 _____	31
Tabela 17: população total, urbana, rural e grau de urbanização (em %), Brasil e Estado de São Paulo, 1940, 1950 e 1960 _____	52
Tabela 18: Taxas de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.), Brasil e Estado de São Paulo, 1940, 1950 e 1960 _____	52
Tabela 19: Saldo migratório anual, Regiões Metropolitanas, Aglomerações e Principais Centros Urbanos do Estado de São Paulo, 1980/1991, 1991/2000 e 2000/2010 _____	66
Tabela 20: População total e taxas médias anuais de crescimento demográfico, Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e principais Centros Urbanos do Estado de São Paulo, 1970/2010 _____	68
Tabela 21: Produção (em toneladas) de alguns dos principais produtos agrícolas, Região de Governo de Jales, Estado de São Paulo, 1995, 2000, 2005 e 2010 _____	85
Tabela 22: Evolução da população rural segundo Regiões Administrativas, Estado de São Paulo, 1980, 1991, 2000 e 2010 _____	93
Tabela 23: Número de municípios por volume de população rural, Estado de São Paulo, 2010 _____	97
Tabela 24: Volume de Emigração e Imigração Intraestadual e Índice de Eficácia Migratória (IEM), Região de Governo de Jales, Estado de São Paulo, 1995/2000 e 2005/2010_____	106
Tabela 25: Volume de Emigração e Imigração Interestadual, Região de Governo de Jales, Estado de São Paulo, 1995/2000 e 2005/2010 _____	108

Tabela 26: Volume de emigração e imigração intrarregional, Jales/SP, 1995/200 e 2005/2010 _____ 110

Tabela 27: Volume de emigração e imigração intrarregional, Santa Fé do Sul/SP, 1995/2000 e 2005/2010 _____ 111

Tabela 28: Volume de emigração e imigração intrarregional, Pontalinda/SP, 1995/2000 e 2005/2010 _____ 113

Tabela 29: Volume de emigração e imigração intraestadual, município de Pontalinda, Estado de São Paulo, 1995/2000 e 2005/2010 _____ 114

Tabela 30: Volume de emigração e imigração interestadual, município de Pontalinda, Estado de São Paulo, 1995/2000 e 2005/2010 _____ 115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da divisão político-administrativa, Estado de São Paulo, 1920/1960	4
Figura 2: Taxa de crescimento populacional dos municípios paulistas (em % a.a.), 2000/2010	32
Figura 3: Local de confecção e venda de artesanatos em Santa Fé do Sul/SP (área rural), sem data	88
Figura 4: Monumento em homenagem aos desbravadores de Santa Fé do Sul/SP (praça central), sem data	89
Figura 5: Balsa responsável por realizar passeios turísticos pelo Rio Grande, Mesópolis/SP, sem data	89
Figura 6: Monumento dos Tucunarés, entrada do município de Santa Fé do Sul/SP (área urbana), sem data	90
Figura 7: Pousada em Mesópolis/SP, sem data	90
Figura 8: Trem cortando a cidade de Urânia/SP, área urbana, sem data	91
Figura 9: Fotografia panorâmica do centro urbano de Santa Fé do Sul/SP, sem data	101
Figura 10: Horta em área urbana do município de Santa Clara d'Oeste/SP, 2008	101
Figura 11: Residência rural localizada no município de Santa Clara d'Oeste/SP, 2008	102
Figura 12: Residência rural localizada no município de Santana da Ponte Pensa/SP, 2008	102
Figura 13: Praça central de Mesópolis/SP, sem data	103
Figura 14: Direção dos fluxos imigratórios da RG de Jales com as demais regiões do Estado de São Paulo, 2005/2010	107

Figura 15: Direção dos fluxos emigratórios da RG de Jales com as demais regiões do Estado de São Paulo, 2005/2010_____ 107

Figura 16: Direção dos fluxos imigratórios para a RG de Jales com as demais UFs, 2005/2010 _____ 109

Figura 17: Direção dos fluxos emigratórios da RG de Jales com as demais UFs, 2005/2010 _____ 109

Figura 18: Produção de cana-de-açúcar (em toneladas), Estado de São Paulo, 2006_____ 115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Municípios criados nos anos 1990 segundo população em 2010, Estado de São Paulo _____	19
Mapa 2: Densidade populacional dos municípios paulistas, 2000 _____	22
Mapa 3: Regiões Administrativas e de Governo do Estado do Estado de São Paulo, 2005 _____	24
Mapa 4: Taxas de Fecundidade Total, Regiões de Governo do Estado de São Paulo, 2003 _____	30
Mapa 5: Rede urbana, Estado de São Paulo, 2012 _____	64
Mapa 6: Municípios que apresentam setores rural-extensão urbana, Estado de São Paulo, 2010 _____	95
Mapa 7: Municípios que apresentam setores rural-exclusive aglomerados rurais, Estado de São Paulo, 2010 _____	96
Mapa 8: Volume de população rural por município, Estado de São Paulo, 2010 _____	97
Mapa 9: Emigração intrarregional, Jales/SP, 2005/2010 _____	110
Mapa 10: Imigração intrarregional, Jales/SP, 2005/2010 _____	110
Mapa 11: Emigração intrarregional, Santa Fé Do Sul/SP, e 2005/2010 _____	111
Mapa 12: Imigração intrarregional, Santa Fé do Sul/SP, 2005/2010 _____	111
Mapa 13: Emigração intrarregional, Pontalinda/SP, e 2005/2010 _____	113
Mapa 14: Imigração intrarregional, Pontalinda/SP, 2005/2010 _____	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção (em toneladas) de cana-de-açúcar, RA de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, 1990/2010 _____119

INTRODUÇÃO

O presente trabalho¹ tem a pretensão de analisar a relação entre a emergência de novas ruralidades e os processos de redistribuição espacial da população na Região de Governo (RG) de Jales, Estado de São Paulo². Para atender a esse fim, recorreremos à reconstrução do processo histórico de ocupação capitalista não apenas da região de interesse, mas também de todo o território estadual. Esse retorno se faz necessário para que possamos entender como os processos de reestruturação produtiva dos anos 1980 atingem de forma diferenciada espaços ‘abertos’ em momentos históricos distintos, sendo justamente os fenômenos desencadeados pela nova fase de acumulação capitalista as bases da nova ruralidade (WANDERLEY, 2000; SILVA, 1999).

Acreditamos que o momento atual tem reforçado a demarcação de pelos menos dois tipos de espaços rurais com características bem distintas no Estado de São Paulo. Um, de ocupação antiga, atingido pelos efeitos propulsores do desenvolvimento fordista, no qual o aumento de produtividade decorrente da modernização agrícola gerou divisas drenadas pelas cidades de seu entorno, onde se conformou um processo de industrialização voltado para dentro (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Esse é o rural das ‘novas’ atividades agrícolas (SILVA, 1999), marcado pela expansão urbana, pela ‘periferização’ da população (BAENINGER, 1997) e pela entrada de novos habitantes – em sua maioria, profissionais liberais urbanos e aposentados em busca de amenidades e lazer (WANDERLEY, 2000). Imersos em espaços com forte tendência à conurbação, com interações espaciais e demográficas predominantemente do tipo complementaridade (CAIADO, 1995 e 2004; CAIADO e SANTOS, 2003, 2004 e 2006), esse novo rural tem assistido à expansão de bens e serviços antes considerados exclusivos do urbano. Assim, para Silva (1999), está cada vez mais difícil delimitar o que é rural do que é urbano, sendo que, do ponto de vista espacial, ambos os espaços só podem ser entendidos pela existência de um *continuum*.

¹ Esta pesquisa teve apoio da CAPES e faz parte do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” – FAPESP-CNPq/NEPO/UNICAMP.

² Nesse trabalho usamos a regionalização do Estado de São Paulo proposta pela Fundação SEADE, disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/divpolitica>. Acesso em 19/09/12. Vale ressaltar que esta regionalização difere daquela sugerida pelo IBGE (disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int. Acesso 19/09/12). Em se tratando do território em estudo, enquanto a Região de Governo de Jales do SEADE abrange 22 municípios, a Microrregião de Jales do IBGE contabiliza 23 municipalidades.

Já no rural da região de Jales, de formação capitalista tardia, afetado somente pelos fatores de estagnação da modernização agrícola fordista, conformou-se a existência de inúmeros pequenos municípios, nos quais uma agricultura tradicional de base familiar pouco capitalizada vem cedendo, paulatinamente, à expansão das *commodities*. Nesse “outro” rural, assistimos ao redesenho das relações rurais/urbanas, marcadas cada vez mais pela abertura de seus espaços rurais ao mercado internacional, enquanto seus centros urbanos permanecem cumprindo a função de suprimento de bens e serviços básicos à população local. Diferente do exposto por Silva (1999), nesse “outro” rural, salvo algumas exceções, o acesso a alguns serviços de infraestrutura permanecem como ‘padrão de conforto urbano’ (WANDERLEY, 2000). Seus novos habitantes são, majoritariamente, trabalhadores vindos de outros Estados para atuar no corte da cana-de-açúcar e na colheita da laranja (SILVA, 1998; OLIVEIRA, 2012). Marcado por setores rurais tradicionais, com menor tendência à conurbação urbana, suas interações demográfico-espaciais são, em linhas gerais, de subordinação, fenômeno típico de redes urbanas pouco adensadas (CAIADO e SANTOS, 2004). No âmbito dos processos de redistribuição da população, nesse “outro” rural da RG de Jales, as recentes transformações na estrutura produtiva têm levado à constituição de uma força de trabalho excedente móvel (BAENINGER, 2012), que ora se emprega nos serviços urbanos, ora nas atividades agrícolas, compondo um movimento a que chamaremos de circularidade migratória regional.

A exposição desses argumentos foi dividida em três partes. O Capítulo 1 volta-se à construção de uma periodização do processo de urbanização e migração da Região de Governo de Jales. No Capítulo 2, apresenta-se uma breve revisão bibliográfica dos aportes clássicos sobre a relação campo/cidade, à luz dos quais analisamos o movimento de estruturação urbana no Estado de São Paulo. Por fim, no Capítulo 3, seguimos a discussão acerca dos processos históricos que compõem o “outro” rural do Oeste Paulista, bem como das novas e complexas articulações rurais/urbanas, redefinidas a partir dos mecanismos de desencaixe (GIDDENS, 1991 *apud* BAENINGER, 2012) da contemporaneidade.

CAPÍTULO I

População e dinâmica econômica no Oeste Paulista: o tempo e o espaço da Região de Governo de Jales

1.1. A etapa da fronteira agrícola (1920/1970)

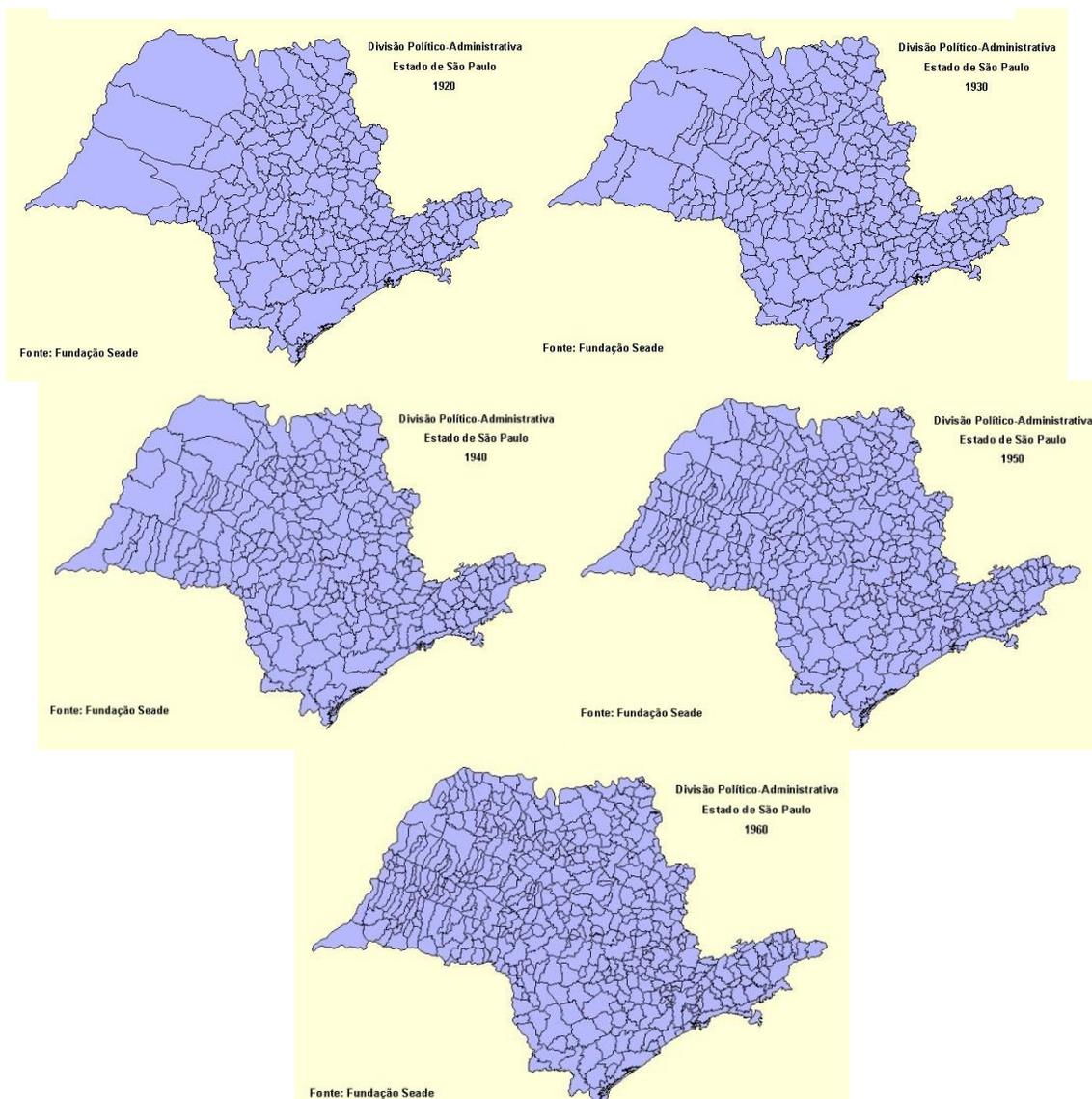
Esse capítulo da dissertação volta-se à construção de uma periodização do processo de urbanização e migração na Região de Governo de Jales, noroeste do Estado de São Paulo. Na reconstrução histórica desse fenômeno, distinguem-se três momentos específicos, cada um dos quais com características próprias quanto à hierarquia da rede urbana e aos processos de redistribuição espacial da população. Esse recurso teórico-metodológico foi empregado com o propósito de demonstrar que, se nos dois primeiros períodos descritos a relação migração/urbanização/desenvolvimento é mais evidente, nos tempos atuais essa sobreposição não mais se verifica. Em se tratando do rural da região – objeto desse estudo – esse descolamento traduz-se numa interessante forma de ‘desencaixe’ (GIDDENS, 1991 *apud* BAENINGER, 2012) com o urbano, hipótese desenvolvida ao final do trabalho.

O primeiro período discriminado refere-se à formação histórica da rede urbana da Região Administrativa (RA) de São José do Rio Preto (na qual a RG de Jales encontra-se inserida), com o estabelecimento de sua sede e subsedes regionais e o desmembramento de quase uma centena de municípios (Figura 1 e Mapa 1). Nas palavras de Vasconcelos (1992, p.67):

Essa etapa foi marcada pelo esgotamento do processo de ocupação ferroviária-cafeeiro-algodoeiro que deu origem ao “Oeste Pioneiro”, pela estabilização do crescimento demográfico do conjunto das suas regiões e pela consolidação do processo de integração econômica ao intenso movimento econômico paulista e brasileiro (...).

Como é possível observar a partir da Figura 1, a região que viria a ser a RA de São José do Rio Preto – composta por apenas 6 municípios em 1920 – alcança a década de 1960 com sua rede urbana praticamente formada (embora ainda não completa), quando então contava com 81 municipalidades (Tabela 1). O ritmo do processo de emancipação desse período expressa o vigor de seu processo de ocupação.

Figura 1
Evolução da divisão político-administrativa
Estado de São Paulo – 1920/1960



Fonte: Fundação Seade. Memórias das Estatísticas Demográficas. Disponível em:
<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos>. Acesso 6/12/12.

Tabela 1							
Número de municípios criados na Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP							
1920/1970							
	Até 1920	1920/30	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	Até 1970
RG de Catanduva	5	3	0	1	3	1	13
RG de São José do Rio Preto	1	8	3	3	10	3	28
RG de Votuporanga	0	0	0	8	3	3	14
RG de Fernandópolis	0	0	0	2	4	5	11
RG de Jales	0	0	0	1	6	8	15
Total RA S. J. do Rio Preto	6	11	3	15	26	20	81
Total Estado de São Paulo	195	53	22	99	136	66	571

Fonte: Para os dados referentes a RA de S. J. do Rio Preto: Vasconcelos, 1992.
Para os dados referentes ao Estado de São Paulo: Gonçalves, 1998.

A formação histórica da área de influência de São José do Rio Preto foi favorecida pelo avanço da Estrada de Ferro Araraquarense, responsável por “esgotar os últimos remanescentes de terras virgens do Estado” (VIDAL, 1993, p.2). Esse processo, posterior a 1920, marca a ocupação sistemática da região, através da expansão da fronteira agrícola, definindo a demarcação de terras privadas e devolutas, assim como uma economia orientada por pressupostos efetivamente capitalistas (RODRIGUES, 2006). Nesse movimento, destacam-se as expropriações de terras, as ações dos grileiros, das companhias ferroviárias e de colonização (CHAIA, 1980).

É importante registrar que nas novas zonas, em função das várias crises de superprodução do café e da crescente industrialização da capital – fenômeno que pressionava a diversificação da oferta de matérias-primas e de alimentos –, a Frente Pioneira deixa de se pautar na monocultura cafeeira e passa a assentar-se em bases mais flexíveis:

(...) para manter seus domínios ou recuperar o que fora perdido com a crise, o fazendeiro cafeeiro precisava se transformar também no fazendeiro de algodão, milho e arroz, no pecuarista, ou ainda, no empreendedor imobiliário (...), parcelando e loteando as terras que possuía como reserva de capital (RODRIGUES, 2006, p.18).

Com a crise, embora não fosse mais possível vender grandes glebas de terras, “não faltavam compradores de parcelas mais modestas (...): quase todos ex-colonos, trabalhadores nacionais e estrangeiros que muito sacrificadamente acumularam uma poupança, e estavam dispostos a liquidá-la em troca de um lote de terra virgem” (RODRIGUES, 2006, p.18-19). Dessa forma, ainda que o café permaneça como um importante elemento articulador da ocupação dessas novas zonas, ele não o faz sozinho, mas somente em conjunto com a produção comercial de gêneros agropecuários para abastecimento interno, com a expansão ferroviária e a especulação imobiliária (RODRIGUES, 2006).

Segundo Rodrigues (2006), a singularidade do processo de urbanização do Oeste Pioneiro está no fato desse fenômeno ser produto de uma conjunção de interesses entre capitais agrários, comerciais, industriais e financeiros que, mesmo abalados com a Grande

Depressão, organizaram a ocupação capitalista das novas zonas a largos passos. A expansão para o oeste foi, aliás, uma alternativa bastante rentável às companhias ferroviárias e colonizadoras diante da crise. Pode-se apontar como exemplo típico da empresa capitalista que se lançou na ocupação da região a CAIC (Companhia Agrícola de Imigração e Colonização),

(...) grupo econômico empenhado não só na ocupação das terras do Estado de São Paulo, mas também voltado a atividades que assegurassem a reprodução de seu capital, quer exercendo funções comerciais, com o intuito de valorizar suas propriedades, como é o caso das firmas exportadoras e comissárias de café, quer construindo estradas de ferro, como foi o caso da Cia Paulista de Estradas de Ferro (posteriormente tornou-se a maior acionista da CAIC), quer se empenhando em empreendimentos manufatureiros que tornassem mais lucrativas as propriedades agrícolas, como no caso da Indústria de Tecidos de Juta, quer fundando Bancos, que se constituíam em Sociedades Anônimas (CHAIA, 1980, p.28).

Em ação conjunta com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a CAIC agia da seguinte forma: primeiro comprava as terras por onde deveriam passar as futuras estradas de ferro, pagando seu valor real. Em seguida, a Cia Paulista construía as ferrovias, provocando a valorização dos terrenos, os quais eram loteados e revendidos (CHAIA, 1980). Por meio desse procedimento, “extraía-se uma renda diferencial, com a revenda de loteamentos já com os preços aumentados” (CHAIA, 1980, p.33). Dessa forma, “a CAIC implantava pequenas propriedades que produziam culturas agora voltadas ao mercado, pois com o avanço das ferrovias, ocorreu um processo de urbanização em volta das estações, acarretando com isso uma demanda maior de alimentos” (CHAIA, 1980, p.33). Assim, pode-se afirmar que

(...) a associação entre ferrovia e capital imobiliário é de mútua dependência: para o capital imobiliário se tratava de viabilizar uma infra-estrutura mínima de transportes que pudesse garantir o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas, e para a empresa ferroviária se tratava da garantia de demanda por serviços de transporte de carga e passageiros, os quais, obviamente, surgiriam à medida que o povoamento alcançasse e se fixasse nas áreas pioneiras. (...) E é

somente quando a companhia de estrada de ferro está segura de encontrar frete e viajante que ela se decide a levar os trilhos até a cidade pioneira, que de chofre recebe como que uma chicotada: os terrenos valorizam-se, desenvolve-se o comércio e todos os dias chegam novos desbravadores (MATOS, 1974 *apud* RODRIGUES, 2006, p.20).

Em razão dessa conjunção de interesses, diferente do ocorrido nas zonas de ocupação mais antigas (cujas estradas de ferro vinham no reboque da cafeicultura, a serviço dos fazendeiros já instalados), nas novas zonas, a ferrovia, em associação com o capital imobiliário, passou a abrir ela mesma o território (RODRIGUES, 20006).

Contrariamente às companhias como a Paulista e a Mogiana, cujo traçado e desenvolvimento percorrem o curso do café para lhe dar suporte, a Araraquarense abre os caminhos do sertão operando numa lógica de racionalização do escoamento de uma produção agrícola regional diversificada (...). Desse modo, o avanço da Araraquarense em direção aos últimos rincões da fronteira agrícola paulista se fez em estreita associação com o capital imobiliário, que plantava núcleos urbanos ao longo do traçado das antigas rotas de abastecimento, como forma de viabilizar a comercialização de terras, promovendo, assim, uma ocupação que interessava à empresa ferroviária (MATOS, 1974 *apud* RODRIGUES, 2006, p.27).

De acordo com a autora, a “realização dessa aliança entre ferrovia e capital imobiliário era coroada com a fundação de patrimônios”, núcleos urbanos embrionários próximos às estações de trem (RODRIGUES, 2006). Para Vasconcelos (1992), a criação de uma série de patrimônios foi necessária devido às dificuldades de deslocamento e à grande dispersão populacional que marcava, a essa época, o Oeste Paulista. Em outras palavras,

(...) a evolução do processo de urbanização regional dependeria, nessa etapa inicial de implantação, da necessidade de promover a afirmação do poder local, da descentralização e da autonomia relativa na oferta de alguns serviços, principalmente públicos nas áreas da justiça, educação, saúde, etc. (...). Essa descentralização inicial foi necessária porque a população, embora majoritariamente radicada no campo, estava espacialmente muito dispersa, o que

impunha a autonomização de vários centros em termos da oferta de alguns serviços urbanos, mínimos que fossem (VASCONCELOS, 1992, p.29-30).

E o autor ainda continua:

A rede urbana originária das várias regiões que compõe o oeste de São Paulo desenvolve-se, essencialmente, baseada nessa necessidade objetiva da descentralização da oferta de determinados serviços e, a partir daí, pela reafirmação progressiva da importância de alguns centros face a outros, foram se estabelecendo áreas de influência, ancoradas em determinadas sedes municipais, as futuras “capitais regionais” (VASCONCELOS, 1992, p.30).

Portanto, a densidade elevada de centros urbanos nessa região é produto do caráter de sua ocupação, fenômeno assentado na valorização das terras férteis situadas ao longo dos diversos afluentes do Rio Paraná (MONBEIG, 1998). Para a viabilização desse projeto, baseado na pequena propriedade, era necessária a fundação de pequenos patrimônios de apoio à população rural que, por conta das dificuldades de comunicação, distavam no máximo 15 km uns dos outros. Floresce, assim, uma densa rede urbana com numerosos pequenos centros, que se sucediam como “contas de um rosário ao longo das ferrovias” (MONBEIG, 1998, p.125). Ou seja, a grande demanda por bens e serviços, resultado da chegada maciça de imigrantes, associada a limitados alcances espaciais, praticamente restritos ao transporte animal e ferroviário, reivindicava a fundação de vários centros urbanos próximos entre si.

Nesse contexto, em 1920, se do conjunto das chamadas novas zonas fosse recortado o espaço correspondente ao Oeste Pioneiro (região de Marília, Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto), encontrar-se-ia cerca de 475 mil pessoas (13% da população estadual) (VASCONCELOS, 1992). A essa época, a rede urbana do oeste apresentava-se ainda muito reduzida. Apenas 21 municípios a compunham, dos quais 8 estavam localizados na área de influência de São José do Rio Preto, 12 na de Marília e apenas 1 no que viria ser a região do futuro município de Araçatuba (VASCONCELOS, 1992) (Vide Tabela 1).

Ao final de 1920, o Oeste Pioneiro já era composto por 50 municípios: 20 na área de influência de São José do Rio Preto, 20 na de Marília, 6 na de Araçatuba e 3 na de

Presidente Prudente (VASCONCELOS, 1992). Na década de 1930, por sua vez, mais 12 cidades foram criadas (2 na região de São José do Rio Preto, 3 na de Araçatuba e 4 na de Marília), “completando o que poderia ser chamado de rede urbana originária das regiões do oeste” (VASCONCELOS, 1922, p.28) (Tabela 1).

No conjunto, todos esses municípios integrantes do chamado Oeste Pioneiro somavam, em 1940, aproximadamente 1,6 milhão de habitantes. Isto é, em apenas vinte anos, a população dessa região aumentou em quase quatro vezes, o que fez sua participação no total da população estadual saltar de 10% para 23% (RODRIGUES, 2006). Em se tratando apenas da área de influência de São José do Rio Preto, a população passou de 203 mil em 1920 para quase 560 mil em 1940 (taxa de crescimento anual superior a 5%) (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2													
População total, urbana, rural e grau de urbanização (%)													
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP													
1920/1960													
	População total				População urbana			População rural			Grau de urbanização (%)		
	1920	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
RG Catanduva	76.982	170.049	148.422	156.020	40.748	44.960	67.226	129.301	103.462	88.794	26,44	30,29	43,09
RG S. J. Rio Preto	126.796	388.166	285.956	323.085	77.584	90.550	146.376	310.582	195.406	176.709	23,33	31,67	45,31
RG Votuporanga	99.892	118.600	..	22.152	38.531	..	77.740	80.069	..	22,18	32,49
RG Fernandópolis	47.705	89.987	..	9.502	23.766	..	38.203	66.221	..	19,92	26,41
RG Jales	32.048	156.735	..	3.248	35.473	..	28.800	121.262	..	10,13	22,63
RA S. J. Rio Preto	203.778	558.215	614.023	844.427	118.332	170.412	311.372	439.883	443.611	533.055	30,53	27,75	36,87
Estado de São Paulo	4.592.188	7.180.316	9.134.423	12.974.699	4.012.205	4.804.211	8.149.979	4.012.205	4.330.212	4.824.720	66,91	52,59	62,81
Fonte: Fundação IBGE. Censo demográfico de 1920, 1940, 1950 e 1960													
Nota: O recenseamento de 1920 não contou com o quesito situação de domicílio urbano ou rural.													
Em 1930 não houve censo.													

O baixo grau de urbanização da região nesse período é indicativo da precariedade de suas atividades urbanas, resumidas a um setor terciário ainda incipiente e a um secundário limitado ao beneficiamento de produtos agrícolas e à produção de insumos para construção civil (tijolos, telhas, pequenas serralherias), típicos de regiões onde a população encontra-se em fase de montagem de suas casas (VASCONCELOS, 1992).

Tabela 3							
Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.)							
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP							
1920/1960							
	População total			População urbana		População rural	
	1920/40	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60
RG Catanduva	4,04	-1,35	0,50	0,99	4,10	-2,20	-1,52
RG S. J. Rio Preto	5,75	-3,01	1,23	1,56	4,92	-4,53	-1,00
RG Votuporanga	1,73	..	5,69	..	0,30
RG Fernandópolis	6,55	..	9,60	..	5,65
RG Jales	17,20	..	27,01	..	15,46
RA S. J. Rio Preto	5,17	0,96	3,24	3,71	6,21	0,08	1,85
Estado de São Paulo	2,26	2,44	3,57	1,82	5,43	0,77	1,09

Fonte: Fundação IBGE. Censo demográfico de 1920, 1940, 1950 e 1960

As décadas de 1940, 1950 e 1960 podem ser consideradas como um segundo momento da fase de ocupação da RA de São José do Rio Preto. Embora a emancipação de todas as subsedes regionais seja anterior a 1950, foi apenas nessa década e principalmente no decênio seguinte que a maioria dos municípios das microrregiões de Votuporanga, Fernandópolis e Jales foram criadas (Tabela 1). Contudo, para as microrregiões a leste (Catanduva e São José do Rio Preto), o processo de ocupação encontrava-se praticamente completo, sendo o avançar do movimento de modernização agrícola o maior condicionante da dinâmica demográfica já a essa época (o que explica os decréscimos na população rural nesse período) (Tabela 3). Apesar disso, os expressivos incrementos populacionais das zonas mais novas (especialmente Jales) demonstram que, de forma geral, “o movimento dominante em termos econômicos, demográficos e político-administrativos tinha ainda características de ocupação pioneira” (VASCONCELOS, 1992, p.68).

Mesmo diante da já moderna produção agrícola das zonas mais antigas, nesse momento histórico, o Oeste Paulista despontava-se como o grande produtor de alimentos do Estado de São Paulo, fato que servia de obstáculo – ainda que temporário – à expansão da agricultura dita “dinâmica” (TARTAGLIA e OLIVERIA, 1988). Assim, mesmo que a presença do café, algodão e milho mereça destaque, a essa época, a região “não prescindia de sua ‘função’ de gerador do abastecimento interno” (RODRIGUES, 2006, p.23). Essa especificidade da região é expressa na importância adquirida pelo arroz e feijão ao longo do período (Tabela 4).

Tabela 4						
Participação (em %) da RA de S. J. do Rio Preto no total de quantidade produzida (em toneladas) no Estado para alguns dos principais produtos agrícolas						
1920 e 1950						
	1920			1950		
	Estado	RA S. J. do Rio Preto	%	Estado	RA S. J. Rio Preto	%
Arroz	348.019	79.826	22,94	635.459	106.565	16,77
Milho	1.192.250	77.080	6,47	797.795	49.554	6,21
Feijão	213.507	21.146	9,90	36.668	1.130	3,08
Algodão	104.584	1.118	1,07	416.769	31.962	7,67
Cana-de-açúcar	1.110.749	68.115	6,13	4.773.607	42.969	0,90
Café	334.189	5.026	1,50	864.862	117.812	13,62

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário de 1920 e 1950.

No curso do processo de ocupação do Oeste Pioneiro, a existência de variadas culturas em sua pauta produtiva foi de fundamental relevância para que a agroindústria aí se instalasse em décadas posteriores. Como relata Rodrigues (2006, p.21), “nas imediações de um comércio rural, entre o cruzeiro e os primeiros lotes da gleba recém-retalhada surgem as primeiras beneficiadoras de café, arroz, algodão e também as primeiras fábricas de processamento de óleos e fibras”. Dessa forma,

A ocupação das novas zonas (...) acelerava a produção agrária diversa do café e contribuía para o desenvolvimento da produção industrial ao oferecer matéria-prima para a indústria que se iniciava: tecidos de algodão, óleos vegetais, sabão, carne, etc. Em suma, a produção se diversificava, o trabalho social se tornava mais complexo e a divisão social do trabalho se aprofundava (MONBEIG, 1998 *apud* RODRIGUES, 2002, p.21-22).

Ou seja, devido ao caráter de sua fronteira agrícola, desde o início, as novas zonas já dispunham de uma infraestrutura gerada pelo café, algodão, arroz e feijão para alavancar o processo de industrialização calcado na produção de gêneros agrícolas (RODRIGUES, 2006). Esse fenômeno, bastante limitado nessa etapa do desenvolvimento regional, começa a ganhar força a partir dos anos 1970 e encontra-se em plena expansão em anos atuais.

Por fim, é importante destacar que essa etapa do desenvolvimento da região marca o despontar do município de São José do Rio Preto como o principal centro urbano regional, função até hoje por ele desempenhada (VASCONCELOS, 1992). De acordo com Vasconcelos (1992, p.34), “entre as principais razões para a evolução dessa função

destacaram-se seu papel e sua localização espacial”. Esse município foi por um longo tempo (de 1912 a 1933) a ‘ponta dos trilhos’ da Estrada de Ferro Araraquarense, “concentrando, portanto, durante esses vinte e um anos, importantes funções urbanas e centralizando serviços diferenciados, incluindo os serviços financeiro-bancários de uma fortíssima frente de expansão do Estado de São Paulo” (VASCONCELOS, 1992, p.35).

1.2. A etapa da modernização agrícola e da consolidação do polo regional de São José do Rio Preto (1970/2000)

No período anterior, a imigração tratou-se do principal elemento da dinâmica demográfica, com fluxos rural/rural no sentido das áreas de ocupação mais antigas para as mais recentes. Esse fenômeno, somado ao grande crescimento vegetativo, explica as altas taxas de incremento populacional do intervalo 1920/1960.

Ao contrário desse cenário, na etapa da modernização agrícola, a emigração rural/urbana – juntamente com a queda da fecundidade – imprimiu novos contornos aos processos de redistribuição espacial da população. Nesse outro momento histórico, a concentração populacional nas principais cidades do Oeste Paulista e do Estado de São Paulo – além da emigração para as novas áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste brasileiro (onde os fluxos rural/rural persistiram como modalidade migratória) – repercutiu em indicadores sócio-demográficos estagnados por toda a região (VASCONCELOS, 1992 e BAENINGER, 1996).

Essa desaceleração generalizada na taxa de crescimento populacional (de 3,2% a.a., entre 1950/60, para 0,4% a.a. no decênio seguinte), com particular intensidade na área rural e nas regiões mais novas, pode ser atribuída ao esgotamento do processo de ocupação do território e principalmente às mudanças produtivas no rural (RODRIGUES, 2006) (Tabela 6).

Tabela 5																
População total, urbana, rural e grau de urbanização (%)																
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP																
1960/1991																
	População total				População urbana				População rural				Grau de urbanização (%)			
	1960	1970	1980	1991	1960	1970	1980	1991	1960	1970	1980	1991	1960	1970	1980	1991
RG Catanduva	156.020	159.476	190.049	221.838	67.226	92.989	131.669	189.501	88.794	66.487	58.380	32.337	43,09	58,31	69,28	85,42
RG S. J. Rio Preto	323.085	334.854	402.310	529.490	146.376	207.447	310.765	466.124	176.709	127.407	91.545	63.366	45,31	61,95	77,25	88,03
RG Votuporanga	118.600	132.677	130.043	143.121	38.531	63.827	86.366	114.013	80.069	68.850	43.677	29.108	32,49	48,11	66,41	79,66
RG Fernandópolis	89.987	99.385	95.531	99.909	23.766	44.266	62.198	79.467	66.221	55.119	33.333	20.442	26,41	44,54	65,11	79,54
RG Jales	156.735	158.221	131.960	135.924	35.473	66.965	80.468	100.569	121.262	91.256	51.492	35.355	22,63	42,32	60,98	73,99
RA S. J. Rio Preto	844.427	884.613	949.893	1.130.282	311.372	475.494	671.466	949.674	533.055	409.119	278.427	180.608	36,87	53,75	70,69	84,02
Estado de São Paulo	12.974.699	17.770.975	25.042.074	31.588.925	8.149.979	14.277.802	22.196.896	29.314.861	4.824.720	3.493.173	2.845.178	2.274.064	62,81	80,34	88,64	92,80

Fonte: Censo demográfico de 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 6									
Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.)									
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP									
1960/1991									
	População total			População urbana			População rural		
	1960/70	1970/80	1980/91	1960/70	1970/80	1980/91	1960/70	1970/80	1980/91
RG Catanduva	0,22	1,77	1,42	3,30	3,54	3,37	-2,85	-1,29	-5,23
RG S. J. Rio Preto	0,36	1,85	2,53	3,55	4,12	3,75	-3,22	-3,25	-3,29
RG Votuporanga	1,13	-0,20	0,87	5,18	3,07	2,56	-1,50	-4,45	-3,62
RG Fernandópolis	1,00	-0,39	0,41	6,42	3,46	2,25	-1,82	-4,91	-4,35
RG Jales	0,09	-1,80	0,27	6,56	1,85	2,05	-2,80	-5,56	-3,36
RA S. J. Rio Preto	0,47	0,71	1,59	4,32	3,51	3,20	-2,61	-3,78	-3,86
Estado de São Paulo	3,20	3,49	2,13	5,77	4,51	2,56	-3,18	-2,03	-2,02

Fonte: Censo demográfico de 1960, 1970, 1980 e 1991.

A despeito de os anos 1950 já engatinhar o processo de modernização agrícola na RA de São José do Rio Preto, esse fenômeno ainda não era evidente em parte significativa da região, devido ao fato de ser esse o período de

(...) ocupação do setor extremo-noroeste do estado, a partir de Votuporanga, seguindo os trilhos da E. F. [Estrada de Ferro] Araraquense na direção de Fernandópolis e Jales, até Santa Fé do Sul, onde essa ferrovia chegou em 1952. Para estas áreas em processo de ocupação, as taxas de crescimento populacional, na cidade e no campo, foram bastante elevadas, ao passo que, nessa mesma época, nas áreas de ocupação mais antiga, a leste, no entorno dos municípios de São José do Rio Preto e Catanduva, registravam-se quedas (que já vinham, na verdade, desde a década de 1940) da população rural (VASCONCELOS, 1992, p.88).

Assim, apenas quando se esgotou por completo a ocupação das últimas áreas do noroeste paulista, por volta dos anos 1960, é que assistimos à intensificação de uma tendência – expressa já ao final da etapa anterior – de elevadas taxas de crescimento da população urbana combinadas com decrementos significativos do contingente rural, inclusive nas áreas recém-estruturadas (VASCONCELOS, 1992). Essas zonas, vale ressaltar, chegaram mesmo a apresentar crescimento total negativo, o que reflete a incapacidade dos centros urbanos locais, fundados há pouco mais de uma década, em reter toda a população expulsa do campo (Tabela 6).

A diminuição no incremento populacional repercutiu, inclusive, nos negócios da CAIC. Como aponta Chaia (1980), a partir de 1950, as dificuldades enfrentadas nas vendas dos lotes – principalmente aqueles mais distantes das estações de trem – fizeram com que a referida empresa e alguns outros proprietários passassem a arrendá-los. Essa tendência foi reforçada com a aprovação, por parte das prefeituras da região, de leis obrigando os possuidores de terras a conservarem seus terrenos “limpos” (CHAIA, 1980). O arrendamento foi então visto como uma ótima opção: por meio dele, os lotes seriam desmatados e, além disso, as famílias dos pequenos arrendatários poderiam construir algumas benfeitorias que valorizassem ainda mais a propriedade (CHAIA, 1980).

Ao analisar essa forma peculiar de relação social, a autora afirma como que, no Oeste Paulista, a instauração da Frente Pioneira, “definida como a implantação da propriedade privada da terra e como a orientação de sua atividade econômica para o mercado”, pôde apoiar-se, ao mesmo tempo, “em relações sociais capitalistas e em relações não capitalistas” (CHAIA, 1980, p.1). A combinação de ambas as formas foi como se deu o desenvolvimento capitalista na região em questão, onde o arrendamento tratou-se de uma “relação necessária à acumulação e reprodução do capital” (CHAIA, 1980, p.1).

Além de todos os conflitos sociais decorrentes da luta dos pequenos arrendatários pela posse da terra (CHAIA, 1980), a baixa capitalização das relações sociais no Oeste Paulista – e em especial na RG de Jales – apresenta-se como um elemento fundamental ao entendimento do porquê dessa região inserir-se tardiamente no processo de modernização agrícola (KAGEYAMA, 1987). Enquanto nas zonas de ocupação mais antiga a Revolução Verde caminhava vigorosamente nos 1950 e 1960, a RG de Jales vivia, ainda, o fim de seu processo de ocupação (VASCONCELOS, 1992).

Dessa forma, se as RGs de Votuporanga, Fernandópolis e Jales sentiram apenas os efeitos negativos da modernização agrícola desse período, as regiões a leste (Catanduva e São José do Rio Preto) conquistaram, de fato, incrementos importantes na produção de bens primários. Assim, embora tais espaços praticamente não tenham sido beneficiados com a política de desconcentração industrial dos anos 1970, esse não foi o caso

(...) da política energética de substituição de petróleo, o Proálcool (...), responsável pela instalação de núcleos produtivos, agrícolas e agroindustriais, relacionados à produção de açúcar e de álcool carburante, em todas as regiões do oeste e em quase todas as demais regiões do estado de São Paulo; da política de incentivos à exportação que, ao lado das oportunidades abertas no mercado externo para alguns produtos brasileiros, respondeu pela implantação, também agrícolas e agroindustriais (...) de laranja, limão e seus respectivos sucos concentrados (especialmente na região de São José do Rio Preto), de bovinos, aves e respectivas carnes frigoríficas (...) (VASCONCELOS, 1992, p.122-123).

No reboque do processo de modernização agrícola vem a “tendência de substituir atividades tradicionais e lavouras de mercado interno por culturas exportáveis dinâmicas e/ou agroenergéticas” (VASCONCELOS, 1992, p.95). Nesse contexto, enquanto as produções de cana-de-açúcar e de laranja aumentaram significativamente (principalmente nas RGs de Catanduva e São José do Rio Preto), as plantações de arroz e café vão paulatinamente perdendo espaço (Tabela 7). É necessário destacar que os dados referentes à produção de laranja não são comparáveis no intervalo em questão. Todavia, o fato dessa produção ser estimada, no ano de 1970, em mil frutos é indicativo da pequena importância que essa cultura representava até então.

Na análise dos principais produtos agrícolas da região é interessante destacar o caso do feijão, cuja produção aumentou consideravelmente no período 1970/95, evidência que reforça o fato de, a essa época, apesar da expansão da agricultura dinâmica ser evidente, a RA de São José do Rio Preto ainda se despontava como importante produtora de gêneros alimentícios.

Tabela 7								
Produção (em toneladas) de alguns dos principais produtos agrícolas								
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP								
1970 e 1995								
Regiões	Ano	Algodão	Arroz	Café	Cana-de-Açúcar	Feijão	Laranja*	Milho
RG Catanduva	1970	8.517	19.453	22.820	777.009	679	184.567	50.991
	1995	1.433	7.374	166	6.072.230	4.092	992.980	56.265
RG S. J. do Rio Preto	1970	17.402	45.016	22.877	38.531	522	153.609	102.384
	1995	13.823	26.612	1.197	3.802.378	3.152	1.500.940	191.299
RG Votuporanga	1970	36.073	15.323	12.979	5.283	84	9.223	45.978
	1995	23.008	3.468	409	75.920	2.748	2.748	106.387
RG Fernandópolis	1970	26.195	8.479	12.629	1.471	67	6.853	27.050
	1995	20.445	2.152	547	539.258	2.404	325.200	81.375
RG Jales	1970	47.898	7.203	7.711	1.718	59	10.047	28.501
	1995	16.768	3.529	2.048	62.440	2.281	300.116	59.391
RA S. J. do Rio Preto	1970	136.085	95.474	79.016	824.012	1.411	364.299	254.904
	1995	75.477	43.135	4.367	10.552.226	14.677	3.121.984	494.717

Fonte: Dados de 1970: Fundação IBGE. Censo Agropecuário de 1970.
 Dados de 1995: Fundação SEADE. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso 6/1/13.
 *Nota: A produção de laranja para o ano de 1970 é dada em mil frutos

Pode-se afirmar, portanto, que, nesse período, a integração agroindustrial encontrava-se praticamente restrita às microrregiões de Catanduva e São José do Rio Preto (RODRIGUES, 2006). Nas RGs de Votuporanga, Fernandópolis e principalmente Jales, o recente processo de ocupação do território, o predomínio de pequenas propriedades e a baixa capitalização das relações sociais apresentavam-se como obstáculos à expansão das *commodities*. Nesses territórios, a cafeicultura e a produção agropecuária de abastecimento interno – praticadas em bases pouco desenvolvidas e com baixa produtividade – mantiveram-se presentes (RODRIGUES, 2006).

De acordo com Martine (1987) a maneira como nossa modernização agrícola atinge as diferentes culturas (basicamente apenas aquelas voltadas ao mercado internacional) e, por conseguinte, os diferentes espaços (relegando aqueles onde predomina a produção de alimentos para abastecimento interno) demonstra o caráter conservador desse fenômeno no Brasil. Na mesma linha de raciocínio, Silva (1982, *apud* WANDERLEY, 2011) destaca o fato da expansão da fronteira agrícola em algumas regiões brasileiras (como o caso da RG de Jales) fazer-se à custa de baixíssimos coeficientes de capitalização, ou mesmo sem nenhuma capitalização prévia, em um processo no qual

(...) a terra perde o seu papel produtivo e assume apenas o de ‘reserva de valor’ e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas. Não é a ocupação efetiva do solo, no sentido de fazê-lo produzir, mas sim uma ‘ocupação pela pecuária’ com a finalidade precípua de garantir a propriedade privada da terra (SILVA, 1982, p.117 *apud* WANDERLEY, 2011, p.41).

À luz desse arcabouço teórico é que devemos entender, a essa época, a evolução das pastagens nessa região, em especial na RG de Jales (Tabela 8). Para Wanderley (2011, p.40), essa forma particular de expansão capitalista no campo corresponde claramente “a uma estratégia governamental de povoação de novas terras em substituição às propostas de reforma agrária”. A diminuição das áreas de pastagens das microrregiões de Catanduva e São José do Rio Preto pode ser entendida, por sua vez, como resultado da expansão das plantações de laranja e cana, principalmente.

Tabela 8			
Evolução das pastagens plantadas (em ha)			
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP			
1970 e 1995/96			
Regiões	Área (em ha)		
	1970	1995/96	Variação absoluta
RG Catanduva	72.461	26.178	-46.283
RG S. J. do Rio Preto	374.977	360.758	-14.219
RG Votuporanga	132.973	184.648	51.675
RG Fernandópolis	143.129	158.664	15.535
RG Jales	172.429	244.804	72.375
RA S. J. do Rio Preto	895.969	975.052	79.083

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário 1970 e 1995/96.

Além do avançar dos processos de modernização conservadora no campo, outro fenômeno essencial ao desenvolvimento regional desse período envolve a expansão do sistema viário no Estado de São Paulo. Segundo Vasconcelos (1992, p.69), a partir de meados de 1940, mas particularmente entre 1954 e 1962, com o implante industrial em vários setores produtivos ligados à construção civil, assistimos a “uma verdadeira ‘revolução’ na estrutura do sistema viário paulista”. Na RA de São José do Rio Preto, ao

final dos anos 1980, concentravam-se quase 3000 km de estradas pavimentadas, formando uma verdadeira teia entre seus 81 municípios³, (VASCONCELOS, 1992). Dessa forma,

A expansão da rede urbana paulista não estava mais subordinada ao movimento ferroviário-cafeeiro; apoiava-se agora na extensão da rede rodoviária, que ao mesmo tempo estimulou e foi estimulada pela diversificação e modernização da agropecuária e pelo avanço das atividades agroindustriais, atividades essas espacialmente dispersas pelo interior e com parcelas significativas alocadas nas regiões do oeste paulista (VASCONCELOS, 1992, p.70).

Ao analisar o impacto dessa revolução nos transportes sobre a rede urbana, Corrêa (2006) atenta para o fato de que a popularização do automóvel, ainda que não tão intensa quanto nos países desenvolvidos,

(...) contribuiu à redefinição funcional dos pequenos municípios, não os eliminando, isto é, não atuando no sentido de eles perderem a sua razão de ser, mas inteirando num processo dentro do qual os centros urbanos maiores, mais distantes, são beneficiados por tornarem-se mais acessíveis (CORRÊA, 2006, p.264).

Nesse sentido, se a ocupação do Oeste Paulista fez-se com base na necessidade objetiva de desconcentração político-administrativa, o processo de consolidação de sua rede urbana assentou-se no movimento contrário. A modernização agrícola, ao expulsar milhares de trabalhadores do campo e, por conseguinte, provocar a diminuição da demanda de bens e serviços em alguns espaços, teve repercussões negativas no mercado de inúmeros pequenos centros (CORRÊA, 2006).

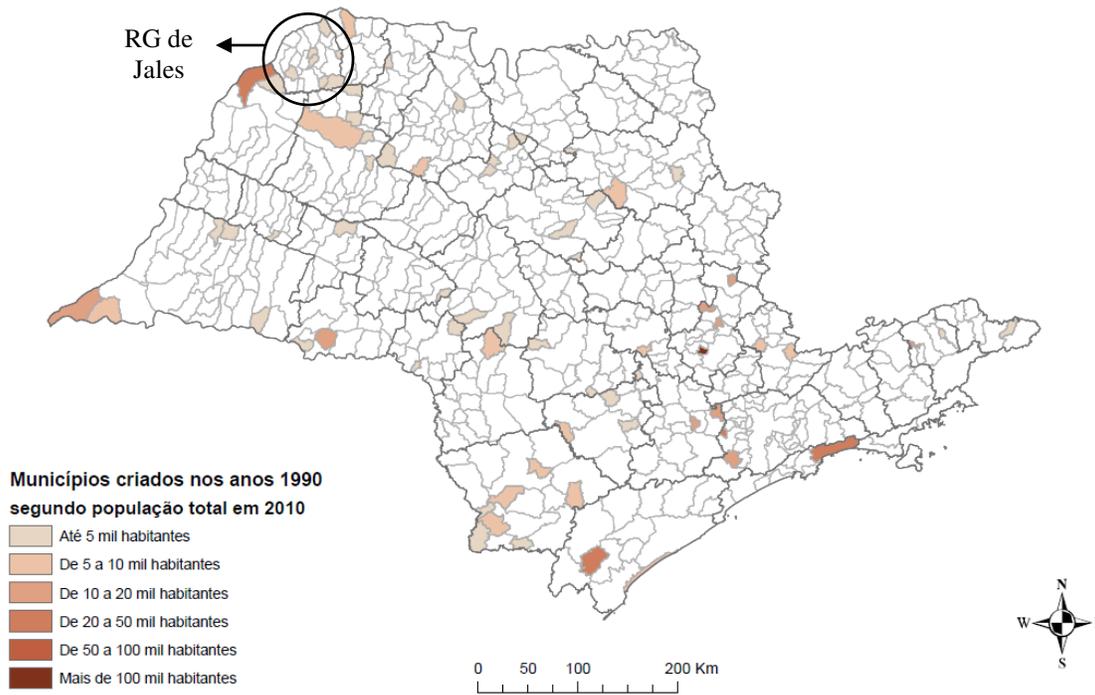
Nesse contexto, não fosse a mudança institucional de 1988, é provável que nenhum novo município tivesse surgido na região, desde 1970. Como observa Siqueira (2003), até meados do século XX, as emancipações inseriam-se em um contexto de ocupação territorial, dentro do qual os novos municípios concentravam-se nas áreas de fronteira agrícola, onde os indicadores demográficos são mais elevados e a economia, mais

³ No trabalho de Vasconcelos (1992) constam 85 municípios. Todavia, segundo a atual divisão política-administrativa do Estado de São Paulo proposta pelo SEADE, os municípios de Cajobi, Altair, Guaraci e Olímpia pertencem à Região Administrativa de Barretos (informação obtida em <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>. Acesso em 19/09/12).

dinâmica. No entanto, com o fim da ocupação do território estadual, a crise econômica de 1980/90 e a Constituição de 1988, houve uma alteração na motivação do processo emancipatório e os desmembramentos passaram a ocorrer, de maneira geral, em regiões com índices estagnados de crescimento econômico e populacional.

Além dos incentivos previstos pela Constituição de 1988 – com base nos quais muitas cidades pobres foram estimuladas a desmembrar parte de seu território como forma de cortar gastos e instigar repasses dos governos estadual e federal –, o Estado de São Paulo contou ainda com leis de desmembramentos flexíveis, responsáveis não só por reduzir o prazo mínimo de existência do distrito de três para dois anos, como também por excluir o critério populacional e encurtar a distância necessária entre o distrito a ser emancipado e o município-sede (SIQUEIRA, 2003). Ao longo desse período, 73 cidades são criadas no Estado de São Paulo, sendo que 45 delas (61% dos casos) não atingiam a marca de 5.000 habitantes em 2010 (Mapa 1). Na RA de São José do Rio Preto, 15 municípios surgem nessa década (7 deles na RG de Jales) (Tabela 9).

Mapa 1
Municípios criados nos anos 1990 segundo população em 2010
Estado de São Paulo



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Tabela 9					
Número de municípios criados na Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP					
1970/2000					
	Até 1970	1970/80	1980/90	1990/2000	Até 2000
Região de Governo de Catanduva	13	0	0	3	16
Região de Governo de São José do Rio Preto	28	0	0	3	31
Região de Governo de Votuporanga	14	0	0	1	15
Região de Governo de Fernandópolis	11	0	0	1	12
Região de Governo de Jales	15	0	0	7	22
Região Administrativa de São José do Rio Preto	81	0	0	15	96
Estado de São Paulo	571	0	1	73	645
Fonte: Gonçalves, 1998; Siqueira, 2003.					

Resumindo, nessa etapa, as pequenas cidades da área de influência de São José do Rio Preto – muitas delas recém-emancipadas – são reinscridas na dinâmica regional da divisão o trabalho de forma que suas funções, antes centrais, são gradualmente atrofiadas. Ao mesmo tempo em que os pequenos municípios vão perdendo algumas de suas funções urbanas anteriores, as cidades cujas estruturas ocupacionais são mais complexas e diversificadas vão assumindo a função de “cabeça” da rede urbana regional, firmando-se como “catalizadores” da migração intrarregional (BAENINGER, 2005). De acordo com Vasconcelos (1992, p.30), a razão pela qual um determinado município pode despontar-se em detrimento de outros explica-se

(...) pela importância de sua localização espacial face a rede de comunicações existente. Por exemplo, uma sede municipal que seja ‘ponta de trilhos’ de uma ferrovia por algum tempo, ou que seja ‘boca de sertão’ numa área de produção rural significativa, ou mesmo uma estação ferroviária ou um entroncamento de vias de comunicação que pela sua localização estratégica acabe por tornar-se sede municipal com funções diferenciadas.

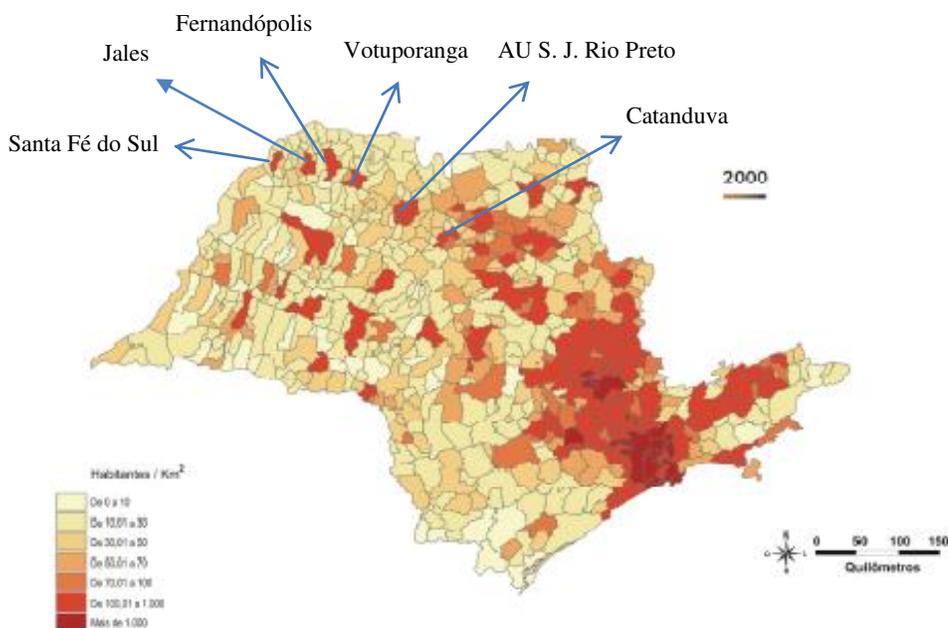
Dessa forma, o êxodo rural e o esvaziamento demográfico dos pequenos municípios estão na base do processo de consolidação dos polos regionais e sub-regionais (VASCONCELOS, 1992). Se pensarmos a região de influência de São José do Rio Preto, formada basicamente por micro e pequenos municípios, entendemos o porquê dessa cidade crescer a ritmos tão intensos ao longo desse período, apesar de integrar apenas marginalmente os históricos eixos de desenvolvimento do Estado (Tabela 10). É desse

momento que, inclusive, temos a formação da aglomeração urbana envolvendo o município-sede, inicialmente composta por Mirassol e Bady Bassitt, além de São José do Rio Preto (SEADE/EMPLASA, 2011).

Tabela 10				
Taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.)				
Região Administrativa de São José do Rio Preto e cidades principais				
1970/2000				
		1970/80	1980/91	1991/2000
RG Catanduva		1,77	1,42	1,27
Município de Catanduva		2,26	2,27	1,14
RG S. J. Rio Preto		1,85	2,53	2,06
Município de S. J. do Rio Preto		4,44	3,78	2,37
RG Votuporanga		-0,20	0,87	0,80
Município de Votuporanga		2,86	2,16	1,35
RG Fernandópolis		-0,39	0,41	0,48
Município de Fernandópolis		1,87	1,63	0,94
RG Jales		-1,80	0,27	0,45
Município de Jales		0,04	1,60	0,05
RA S. J. Rio Preto		0,71	1,59	1,41
AU de S. J. do Rio Preto		4,01	3,65	2,44
Fonte: Censo demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.				

Embora as taxas de crescimento demográfico das RGs de Votuporanga, Fernandópolis e Jales sejam negativas para o intervalo 1970/80, vale ressaltar o significativo incremento populacional registrado por seus municípios sedes nesse período (exceção feita a Jales, cujo crescimento fora praticamente nulo) (Tabela 10). O Mapa 2 indica a localização dessas capitais regionais no Estado de São Paulo, municípios que se destacam pela alta densidade demográfica em uma região na qual as demais cidades apresentam grande dispersão populacional.

Mapa 2
Densidade populacional dos municípios paulistas
2000



Fonte: Adaptado de Fundação SEADE. Atlas Seade da Economia Paulista. Disponível em: www.seade.gov.br/produtos/atlasecon. Acesso: 4/1/13.

Podemos concluir, portanto, que nessa etapa do desenvolvimento, importantes centros urbanos regionais consolidaram-se por todo o Oeste Paulista, em um movimento no qual as trocas populacionais estabelecidas entre os municípios-sedes e os demais municípios de sua área de influência apresentam-se como elemento fundamental (RODRIGUES, 2006). Como resultado desse processo econômico-populacional, articula-se uma rede urbana altamente polarizada, na qual os pequenos e médios municípios são sobremaneira dependentes da “estrutura urbana, dos serviços públicos e das oportunidades econômicas ofertadas pelos municípios-sedes” (RODRIGUES, 2006, p.88).

Essa especificidade no processo de constituição da rede urbana da região viabilizou, por um lado, a constituição de centros regionais em um curto período de tempo, mesmo que esse território não tenha se beneficiado do processo de desconcentração industrial dos anos 1970. Por outro lado, o rápido crescimento desses municípios incidiu em um descompasso entre urbanização e “oferta de serviços, em especial os de natureza pública ligados à

Educação, Saúde e Saneamento Básico, além dos problemas criados, de imediato, pela carência de moradias, especialmente para a população de renda mais baixa” (VASCONCELOS, 1992, p.123-124). Nos termos desse autor,

(...) esse processo implicou uma verdadeira “revolução urbana” e envolveu a ocorrência de fenômenos demográficos de profundo significado social, cujos efeitos alteraram, em pouco mais de duas décadas, as relações sociais rurais, urbanas e rurais-urbanas, intra e inter-regionais e transformaram os principais centros urbanos, especialmente os municípios sedes das Regiões Administrativas em ‘pólos’ de concentração populacional desproporcionais ao ritmo de crescimento da oferta de empregos e das demais condições materiais de existência social urbana (...). Isso acarretou consequências deletérias sobre o antigo “pacato e saudável” padrão de vida usufruído pelos habitantes destas cidades, introduzindo nelas uma nova realidade social, cuja dramaticidade era sentida, até então, apenas nas maiores cidades do país (VASCONCELOS, 1992, p.3-4).

Ainda que dando seus primeiros sinais de esgotamento ao final desse período, Baeninger (2012) destaca o fato de que, até essa época, as migrações internas possibilitarem uma ascensão social. Por estarem inseridas em um processo de industrialização nacional de caráter fordista ou em um contexto de ocupação de novos territórios, elas representavam “uma forma de possibilidade efetiva de mobilidade social (...), com a inserção de migrantes internos aos mercados de trabalhos urbanos, sobretudo nas áreas mais dinâmicas do Sudeste, tornando bastante estreita a relação urbanização, migração e emprego” (BAENINGER, 2012, p.32).

No item a seguir, é nossa intenção problematizar a sobreposição desses fenômenos para o período atual, chamando atenção para o caso específico da Região de Governo de Jales.

1.3. A ruralidade do Oeste Paulista no século XXI: a complexidade da relação migração/ desenvolvimento na RG de Jales na primeira década de 2000

A RA de São José do Rio Preto alcança os anos 2000 com 96 municípios, 22 deles na Região de Governo de Jales (Mapa 3). A existência de quase uma centena de cidades na região de influência de São José do Rio Preto nos obrigou a selecionar apenas uma de suas cinco microrregiões. A escolha por não trabalhar com toda a RA foi feita devida ao fato de suas RGs encerrarem algumas diferenças importantes referentes principalmente ao momento histórico no qual ocorreu o seu processo de ocupação e às consequências disso nas formas como cada região foi atingida pelas políticas de modernização agrícola de meados do século passado.

Mapa 3
Regiões Administrativas e de Governo no Estado de São Paulo
2005



Fonte: Fundação SEADE. Atlas Seade da Economia Paulista. Disponível em: www.seade.gov.br/produtos/atlasecon. Acesso: 4/1/13.

Como já exposto, se a ocupação das microrregiões a leste (Catanduva e Jales) remonta à década de 1920, foi em 1930 que a fronteira agrícola avançou por Votuporanga, chegando a Fernandópolis nos anos 1940 e, por fim, em Jales somente em 1950 (RODRIGUES, 2005). Ou seja, mesmo à época de sua estruturação, os municípios dessa última região já sofriam os efeitos do movimento de modernização agrícola. O caráter ainda embrionário de seus centros urbanos limitava a absorção de todo o contingente liberado do campo, fenômeno que culminou na expulsão de grandes levas populacionais ou para as novas áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste brasileiro ou para as zonas industrializadas do sudeste paulista (RODRIGUES, 2005).

Portanto, nas regiões mais novas (Votuporanga, Fernandópolis e principalmente Jales) foi apenas nos anos 1980 que o quadro de esvaziamento demográfico conseguiu – ainda que muito precariamente – ser revertido (Tabela 11). Segundo Negri, Gonçalves e Cano (1988), esse território não tivera “tempo e história” para articulação de um mercado de trabalho dinâmico e diversificado capaz de reter toda a população expulsa do rural. Nas palavras desses autores: “A ocupação tardia dessa área e o processo peculiar de seu desenvolvimento fez com que apenas em 1960 surgissem ali aglomerações com mais de 50 mil habitantes” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.93).

Tabela 11				
Taxa de crescimento geométrico anual da população				
Região Administrativa de São José do Rio Preto e				
Regiões de Governo - 1970/2010				
Regiões	Taxa de Crescimento (% a.a.)			
	70/80	80/91	91/2000	00/10
RA S. J. do Rio Preto	0,71	1,59	1,59	1,02
RG Catanduva	1,77	1,42	1,29	0,95
RG S. J. do Rio Preto	1,85	2,52	2,33	1,35
RG Votuporanga	-0,2	0,87	0,91	0,88
RG Fernandópolis	-0,43	0,41	0,55	0,38
RG Jales	-1,8	0,27	0,5	0,2
Fonte: Para os dados de 1970 a 2000 (RODRIGUES, 2005)				
Dados de 2010 (IBGE, Censo Demográfico 2010).				

De fato, a característica que mais salta aos olhos na análise da RA de São José do Rio Preto – e em especial da RG de Jales – refere-se ao seu volume de municípios e ao tamanho de sua população. Formada por 96 municípios, 44 não tinham 5 mil pessoas em 2010 (Tabela 12). Com relação apenas à microrregião objeto desse estudo, somente 2 de seus 22 municípios ultrapassavam a casa de 20 mil habitantes (Jales e Santa Fé do Sul com cerca de 47 e 29 mil pessoas respectivamente), sendo que 16 deles (73% dos municípios da RG) tinham população inferior a 5 mil (Tabela 13).

Volume de população		RG Catanduva		RG S. J. Rio Preto		RG Votuporanga		RG Fernandópolis		RG Jales		RA S. J. Rio Preto	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Pequenos	Até 5 mil hab.	3	19	9	29	7	47	9	75	16	73	44	46
	De 5 a 10 mil hab.	5	31	11	35	3	20	2	17	4	18	25	26
	De 10 a 20 mil hab.	6	38	6	19	4	27	0	0	0	0	16	17
Médios	De 20 a 50 mil hab.	1	6	3	10	0	0	0	0	2	9	6	6
	De 50 a 100 mil hab.	0	0	1	3	1	7	1	8	0	0	3	3
Grandes	De 100 a 500 mil hab.	1	6	1	3	0	0	0	0	0	0	2	2
	Mais de 500 mil hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		16	100	31	100	15	100	12	100	22	100	96	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

Face às dimensões dos municípios da região de Jales, é importante analisar com ressalvas o fato de seu grau de urbanização ser estimado em 87% para 2010 (Tabela 13). Como coloca Veiga (2003), o fato de, no Brasil, toda sede de município ter categoria de cidade faz com que apreendamos como espaço urbano municípios de tamanho irrisório. O autor denomina de ‘cidades imaginárias’ tais aglomerados, apontando a falsa verdade que esse recorte produz ao apresentar o território nacional como sendo 81% urbano, de acordo com o censo de 2000 (84%, segundo as estimativas de 2010).

Tabela 13								
População total, urbana, rural e grau de urbanização								
Municípios da Região de Governo de Jales/SP								
2000 e 2010								
Municípios	População Total		População Urbana		População Rural		Grau de Urbanização (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Aparecida d'Oeste	4.935	4.450	3.665	3.645	1.270	805	74,27	81,91
Aspásia	1.861	1.809	1.175	1.257	686	552	63,14	69,49
Dirce Reis	1.623	1.689	1.075	1.279	548	410	66,24	75,73
Dolcinópolis	2.152	2.096	1.810	1.949	342	147	84,11	92,99
Jales	46.186	47.012	42.339	44.239	3.847	2.773	91,67	94,10
Marinópolis	2.195	2.113	1.647	1.671	548	442	75,03	79,08
Mesópolis	1.930	1.886	1.217	1.468	713	418	63,06	77,84
Nova Canaã Paulista	2.483	2.114	822	880	1.661	1.234	33,11	41,63
Palmeira d'Oeste	10.322	9.584	7.085	7.268	3.237	2.316	68,64	75,83
Paranapuã	3.632	3.815	3.029	3.394	603	421	83,40	88,96
Pontalinda	3.539	4.074	2.682	3.381	857	693	75,78	82,99
Rubinéia	2.615	2.862	1.916	2.355	699	507	73,27	82,29
Santa Albertina	5.586	5.723	4.433	4.891	1.153	832	79,36	85,46
Santa Clara d'Oeste	2.123	2.084	1.464	1.571	659	513	68,96	75,38
Santa Fé do Sul	26.512	29.239	24.911	28.088	1.601	1.151	93,96	96,06
Santana da Ponte Pensa	1.894	1.641	1.106	1.097	788	544	58,39	66,85
Santa Rita d'Oeste	2.695	2.543	1.554	1.773	1.141	770	57,66	69,72
Santa Salete	1.379	1.447	541	819	838	628	39,23	56,60
São Francisco	2.863	2.793	2.055	2.167	808	626	71,78	77,59
Três Fronteiras	5.159	5.427	4.067	4.598	1.092	829	78,83	84,72
Urânia	8.825	8.836	7.065	7.436	1.760	1.400	80,06	84,16
Vitória Brasil	1.675	1.737	1.189	1.435	486	302	70,99	82,61
RG Jales	142.184	144.974	116.847	126.661	25.337	18.313	82,18	87,37
RA São José do Rio Preto	1.299.589	1.437.549	1.157.557	1.319.401	142.032	118.148	89,07	91,78
Estado de São Paulo	37.032.403	41.262.199	34.592.851	39.585.251	2.439.552	1.676.948	93,41	95,94

Fonte: Fundação IBGE. Censos demográficos 2000 e 2010.

Os problemas de classificação de situação de domicílio serão tratados de maneira mais detalhada apenas no capítulo três. Por enquanto, é interessante expor que, diante do tamanho dos municípios abordados, o recorte censitário de rural e urbano não é suficiente para a análise aqui pretendida. De modo a driblar essa limitação, usamos o conceito de ruralidade exposto por Abramovay (2000). Além de romper com uma visão setorial – restrita à produção de bens primários –, esse conceito destaca a importância de uma abordagem territorial ou regional de rural. Isto é, o conceito de ruralidade não diz se tal localidade ou município é urbano ou rural, segundo os critérios estipulados, mas se, em termos globais, uma região é ou não rural, ainda que ela integre grandes e médios municípios cuja dinâmica de seu mercado de bens e serviços permita, a justo título, que sejam considerados como urbanos (ABRAMOVAY, 2000).

Nesse sentido, trabalhamos com o pressuposto de que a região de Jales é globalmente rural, sendo que a especificidade de sua ruralidade fundamenta-se na integração de uma série de pequenos e micromunicípios cuja dinâmica demográfica foi, e ainda é, essencial à consolidação de seus centros urbanos regionais. Dessa forma, reforçamos o argumento segundo o qual a emergência dessas novas espacialidades nessa rede urbana é corolário das especificidades vivenciadas pelos seus espaços rurais. Ou seja, despontam menos como produto do processo de interiorização do desenvolvimento dos anos 1970 – tal como o são as aglomerações urbanas e os centros regionais do sudeste paulista⁴ – e mais como expressão da dinâmica de sua população rural.

Além de destacar a natureza rural da dinâmica demográfica dos principais centros urbanos do Oeste Paulista, é de nossa intenção investigar os sentidos da diminuição das perdas populacionais registradas por quase todos os municípios da RG de Jales (Tabela 14). Essa tendência, apontada pelo censo 2000, apenas em parte é reforçada pelo levantamento de 2010, haja vista algumas cidades voltarem a sofrer com a emigração ou aumentarem seu volume emigratório (caso de Aparecida d'Oeste, Jales, Marinópolis, São Francisco, Urânia e Vitória Brasil).

Tabela 14			
Saldo migratório anual			
Municípios da Região de Governo de Jales/SP			
1980/1991, 1991/2000 e 2000/2010			
Municípios	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Aparecida d'Oeste	-103	-60	-61
Aspásia	-	-55	-13
Dirce Reis	-	-46	1
Dolcinópolis	-48	-16	-11
Jales	-65	137	-148
Marinópolis	-21	-13	-19
Mesópolis	-	-27	-15
Nova Canaã Paulista	-	-48	-41
Palmeira d'Oeste	-352	-170	-110
Paranapuã	-104	-51	-2
Pontalinda	-	-2	21
Rubinéia	-41	20	20
Santa Albertina	-121	-66	10
Santa Clara d'Oeste	-60	-65	-10
Santa Fé do Sul	-118	133	147
Santana da Ponte Pensa	-115	-104	-16
Santa Rita d'Oeste	-	-10	5
Santa Salete	-77	-64	-24
São Francisco	-85	12	-18
Três Fronteiras	-188	-31	14
Urânia	-298	-33	-38
Vitória Brasil	-	9	-3
RG Jales	-1796	-550	-308
RA São José do Rio Preto	525	7.804	6.647

Fonte: Fundação Seade. Informação dos municípios paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso 5/1/13.

⁴ A discussão sobre a emergência de novas espacialidades na rede urbana de São Paulo é objeto de estudo do capítulo seguinte.

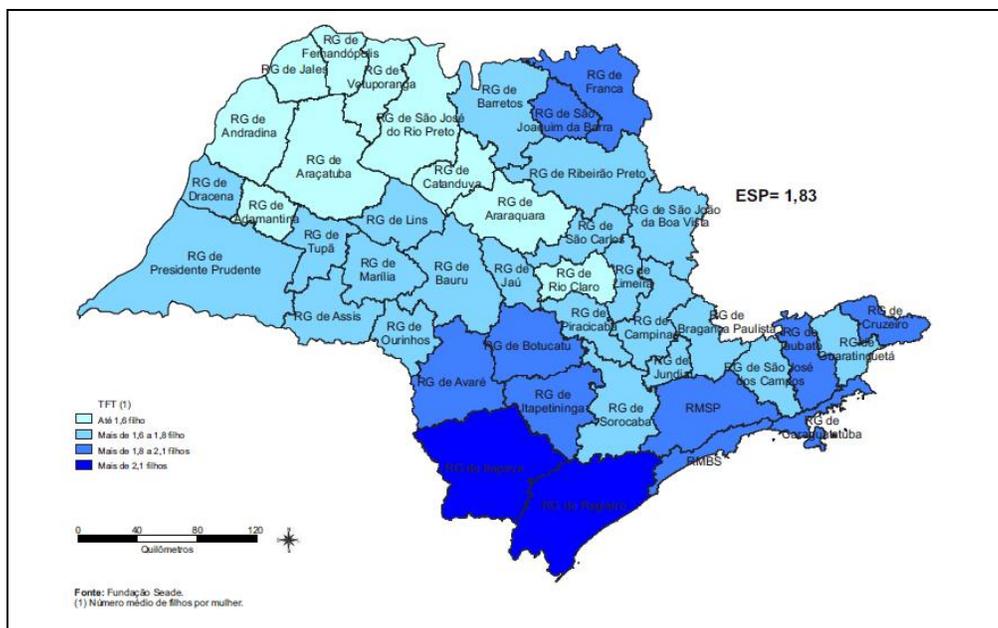
Diante dessa relativa oscilação dos saldos migratórios, será mesmo que essa diminuição dos volumes emigratórios elucidada apenas um aumento da capacidade de retenção de população em decorrência do desenvolvimento das atividades urbanas nos municípios envolvidos, como sugere Rodrigues (2006)? A hipótese aqui defendida é de que não. Na mesma linha do exposto por Baeninger e Manfredo (2003), acreditamos que as transformações urbanas vivenciadas pela região não são suficientes para explicar essas evidências empíricas. Em outras palavras, uma análise urbano-centrada não explicita as causas da atratividade populacional exercida por alguns desses municípios, uma vez que não se tratam “de espaços possuidores de grandes indústrias; sua rede de serviços é, na grande maioria, precária, tratando-se de localidades bastante marcadas pelo contexto rural” (MANFREDO e BAENINGER, 2003, p.2).

O entendimento desse fenômeno requer que consideremos, em primeiro lugar, a queda da fecundidade. Para a Região Administrativa de São José do Rio Preto, essa estimativa encontra-se, desde os anos 1990, no limiar do nível necessário à reposição populacional de 2,1 filhos por mulher, sendo que, para 2003, foi calculada em 1,5 (a mais baixa de todo o Estado de São Paulo) (Tabela 15 e Mapa 4). Isto é, é a diminuição da pressão demográfica por conta da queda da fecundidade a responsável por diminuir o estoque de população que potencialmente migraria. Daí o porquê da maior parte dos municípios da RG de Jales deixar de registrar altas taxas negativas de crescimento da população total (Tabela 16).

Tabela 15				
Taxa de Fecundidade Total				
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo				
1980-2009				
Regiões Administrativas	Taxa de Fecundidade Total (TFT)			
	1980	1991	2002	2009
Estado de São Paulo	3,4	2,3	1,9	1,7
Região Metropolitana de São Paulo	3,4	2,3	2,0	1,8
RA Registro	5,5	3,2	2,4	2,0
RA Santos	3,4	2,3	1,9	1,8
RA São José dos Campos	3,8	2,5	1,9	1,7
RA Sorocaba	4,0	2,7	2,0	1,7
RA Campinas	3,3	2,3	1,7	1,6
RA Ribeirão Preto	3,3	2,3	1,8	1,6
RA Bauru	3,5	2,3	1,7	1,6
RA São José do Rio Preto	3,2	2,3	1,7	1,5
RA Araçatuba	3,3	2,1	1,5	1,6
RA Presidente Prudente	3,5	2,2	1,7	1,6
RA Marília	3,6	2,3	1,7	1,6
RA Central	3,2	2,3	1,6	1,5
RA Barretos	3,4	2,3	1,6	1,6
RA Franca	3,3	2,4	1,9	1,7

Fonte: Para os dados de 1980, 1991 e 2001: SEADE, 2003.
Para os dados de 2009: SEADE, 2011.

Mapa 4
Taxas de Fecundidade Total
Regiões de Governo do Estado de São Paulo
2003



Fonte: Fundação Seade. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003. Disponível em: www.seade.gov.br/produtos/anipes/pdf/01.pdf. Acesso 5/1/13.

Contudo, uma análise apenas pautada pelos diferenciais de fecundidade também não é suficiente. Como mostra a Tabela 18, entre 2000 e 2010, todos os municípios da região apresentaram taxas de crescimento da população total negativas ou inferiores a 1% a.a., tendência válida inclusive para os maiores centros urbanos de Jales e Santa Fé do Sul, cujo ritmo de crescimento populacional foi de 0,18% a.a. e 0,98% a.a., respectivamente. A única exceção a essa verificação diz respeito ao município de Pontalinda, para o qual a taxa de crescimento demográfico foi estimada em incríveis 1,42% a.a. (Tabela 16). Esse município, emancipado em 1991, somava em 2010 pouco mais de 4 mil habitantes e grau de urbanização de 83% (Tabela 13). É interessante constar que, segundo as informações da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, Pontalinda, como nenhum outro município da RG de Jales, possui unidades carcerárias⁵.

Tabela 16						
Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.)						
Municípios da Região de Governo de Jales/SP						
1991/2000 e 2000/2010						
Municípios	População Total		População Urbana		População Rural	
	1991/2000	2000/10	1991/2000	2000/10	1991/2000	2000/10
Aparecida d'Oeste	-0,36	-1,03	0,81	-0,05	-3,13	-4,46
Aspásia	-	-0,28	-	0,68	-	-2,15
Dirce Reis	-	0,40	-	1,75	-	-2,86
Dolcinópolis	0,30	-0,26	1,56	0,74	-4,53	-8,10
Jales	0,06	0,18	0,83	0,44	-5,89	-3,22
Marinópolis	0,56	-0,38	2,11	0,14	-3,03	-2,13
Mesópolis	-	-0,23	-	1,89	-	-5,20
Nova Canaã Paulista	-	-1,60	-	0,68	-	-2,93
Palmeira d'Oeste	-0,65	-0,74	0,93	0,26	-3,42	-3,29
Paranapuã	-5,03	0,49	-2,95	1,14	-11,50	-3,53
Pontalinda	-	1,42	-	2,34	-	-2,10
Rubinéia	1,75	0,91	4,35	2,08	-3,12	-3,16
Santa Albertina	-0,55	0,24	0,94	0,99	-4,79	-3,21
Santa Clara d'Oeste	-1,79	-0,19	0,20	0,71	-5,13	-2,47
Santa Fé do Sul	1,54	0,98	2,07	1,21	-4,41	-3,25
Santana da Ponte Pensa	-2,44	-1,42	0,40	-0,08	-5,39	-3,64
Santa Rita d'Oeste	-2,82	-0,58	-0,87	1,33	-4,97	-3,86
Santa Salete	-	0,48	-	4,23	-	-2,84
São Francisco	-4,77	-0,25	-1,71	0,53	-9,81	-2,52
Três Fronteiras	-4,57	0,51	-0,21	1,23	-12,71	-2,72
Urânia	-3,44	0,01	-0,81	0,51	-9,88	-2,26
Vitória Brasil	-	0,36	-	1,90	-	-4,65
RG Jales	0,50	0,19	1,68	0,81	-3,63	-3,19
RA São José do Rio Preto	1,56	1,01	2,22	1,32	-2,63	-1,82
Estado de São Paulo	1,78	1,09	1,86	1,36	0,78	-3,68

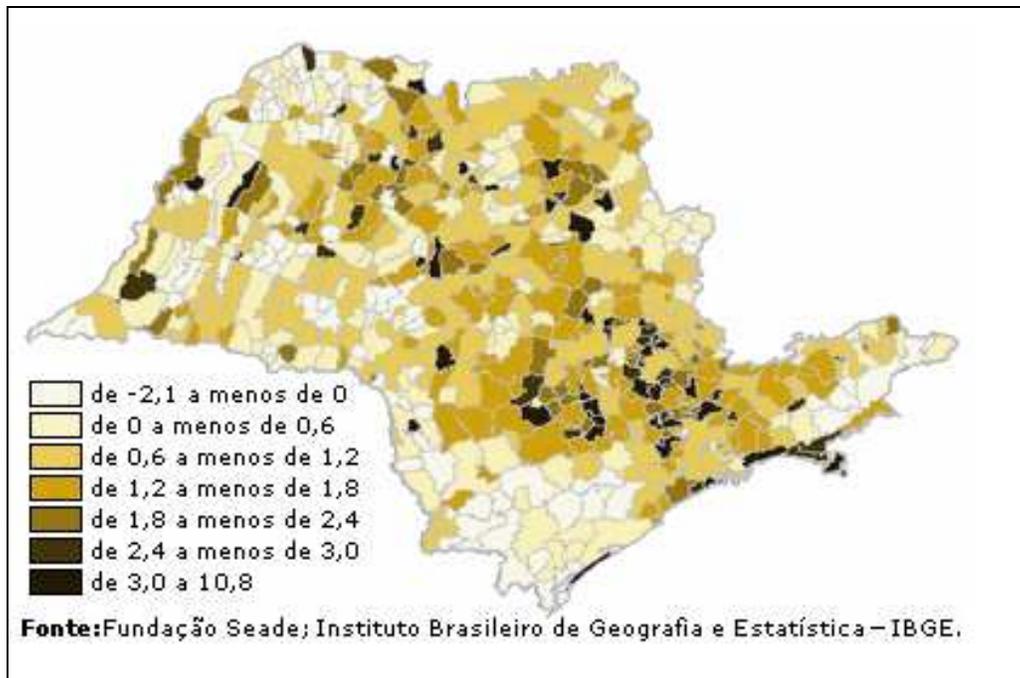
Fonte: Fundação IBGE. Censos demográficos 1991, 2000 e 2010.

Nota: Ente 2000 e 2010 nenhum município foi criado na região. Portanto, as estimativas para esse período não incorrem em problemas de reclassificação de situação de domicílio decorrentes da emancipação.

⁵ Ver http://www.sap.sp.gov.br/Img/Plano_de_Expansao.gif. Acesso 8/1/13.

Para uma análise da relação entre população e unidades carcerárias nos pequenos municípios do Oeste Paulista consultar Cescon (2012).

Figura 2
Taxa de crescimento populacional dos municípios paulistas (em % a.a.)
2000/2010



Fonte: Fundação Seade. Disponível em www.seade.gov.br. Acesso 19/09/2012.

Diante dessas evidências empíricas e do aporte teórico oferecido por Baeninger (2012), reforçamos a hipótese segundo a qual as entradas e saídas de população, na atualidade, não traduzem necessariamente o dinamismo gerado pelas atividades urbano-industriais de um determinado município. Nesse novo contexto, os clássicos fatores de expulsão e atração (SINGER, 1980) não mais conseguem captar a fluidez dos processos de redistribuição espacial da população que – diante do desenvolvimento dos meios de comunicação e da inserção brasileira na economia internacional – tem sido cada vez maior (BAENINGER, 2012).

Para a autora, as facilidades de transporte e acesso à informação têm impulsionado novos deslocamentos populacionais que “parecem não estar ligados propriamente a interpretações do tipo atração-expulsão, mas sim a várias determinações da vida social – dentre elas a econômica, porém não a única – que estão embutidas na decisão de migrar” (BAENINGER, 2012, p.55).

O processo de escolha ao nível individual passa também a ter papel relevante, uma vez que as múltiplas formas de interação dos espaços regionais vêm apontando novas modalidades de deslocamentos populacionais, onde, por exemplo, a mudança de emprego não implica mudança de residência, e vice-versa. A relação migração-emprego, por vezes simplista, tem apresentado complexidade crescente (BAENINGER, 2012, p.57).

Cano (2011), por sua vez, considera que a nova ordem econômica internacional, ao forçar a abertura comercial e consolidar o papel do Brasil no mercado global como grande produtor de bens primários, levou não só a uma reestruturação interna de nosso parque produtivo, como também a uma surpreendente expansão do agronegócio. Nesse contexto, Baeninger (2012) chama atenção para o fato de ambos os fenômenos implicarem, em nível local, uma reorganização da produção cuja análise é central ao entendimento de parte das migrações internas na contemporaneidade. Para usar seus próprios termos,

(...) o processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional tem contribuído, em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados (...). Tais espaços têm apresentado transformações significativas em termos econômicos, políticos e sociais em um esforço de inserção nessa dinâmica global (BAENINGER, 2012, p.60).

A hipótese defendida nesse trabalho é de que, no Oeste Paulista, os espaços selecionados pela reestruturação produtiva são majoritariamente rurais, visto ser principalmente por meio da produção de *commodities* primárias que essa região consegue inserir-se na nova dinâmica econômica internacional. Destacamos ainda o argumento segundo o qual a recente expansão do agronegócio guarda especificidades importantes quando comparado à integração agroindustrial em tempos fordistas, de caráter eminentemente nacional, quando observávamos uma transferência de recursos humanos e financeiros do rural para o urbano (BAENINGER, 2012). Como coloca Negri, Gonçalves e Cano (1988), foram as divisas da cafeicultura que custearam o início dos processos de industrialização nas regiões de ocupação tardia e madura. Hoje em dia, diferente do ocorrido até 1980, a produção de bens primários exportáveis, ao ser financiada pelo capital internacional, não mais possibilita essa drenagem de recursos (BAENINGER, 2012).

Nesse sentido, na RG de Jales, a articulação de uma agricultura dita dinâmica ocorreu – ou melhor, tem ocorrido – em outro tempo e outro espaço. Sob os marcos da acumulação flexível e da financeirização da produção (HARVEY, 1992), o momento atual padece do que Giddens (1991 *apud* BAENINGER, 2012, p.63) denominou de ‘mecanismos de desencaixe’, por meio dos quais a produção, agora orientada para a economia global, não mais contempla “as necessidades internas da cidade e das condições de vida de seus cidadãos”.

Nossa intenção é demonstrar como esses “mecanismos de desencaixe” levam ao redesenho das relações rurais/urbanas, com consequências negativas ao fortalecimento da rede urbana regional. Ainda que a recente expansão das *commodities* tenha desdobramentos no urbano, acreditamos que esses impactos são bastante pontuais, isto é, não são suficientes à formação de polos regionais, aglomerações urbanas e ao adensamento da rede de cidades de forma geral, como foram outrora. A nova inserção internacional da região dinamiza seus espaços urbanos, mas, por conta do “desencaixe” (GIDDENS, 1991 *apud* BAENINGER, 2012), seus efeitos são desconexos. A histórica complementaridade rural/urbana ganha, nesse contexto, novos contornos.

Não queremos, contudo, cair no velho discurso sobre a dicotomia campo/cidade. Ao contrário, na mesma linha do exposto por Castells (1983, p.19), reiteramos o argumento segundo o qual “as cidades só podem existir na base do excedente produzido pelo trabalho na terra”, de que o urbano, embora encerre outro sistema social,

(...) *não está separado do tipo rural*, nem é posterior a ele, pois os dois estão intimamente ligados no âmago do mesmo *processo de produção* das formas sociais, mesmo que, do ponto de vista destas próprias formas, estejamos em presença de duas situações diferentes (CASTELLS, 1983, p.19).

O desencaixe ao qual nos referimos alude à natureza ou à lógica da dinâmica econômica que rege esses dois espaços. Enquanto o rural do Oeste Paulista responde cada vez mais à demanda do mercado internacional por produtos primários, o seu urbano volta-se ao suprimento de bens e serviços básicos à população local. Daí o porquê desse espaço despontar-se pelo setor terciário. A nosso ver, é exatamente essa desconexão entre a dinâmica econômica do rural e do urbano regional o motivo pelo qual os municípios

abordados não terão muito mais fôlego do que hoje em dia apresentam. Isso não significa que eles perderão sua razão de ser. Esses pequenos municípios continuam a desempenhar papel fundamental no processo de acumulação capitalista. Todavia, face à internacionalização da economia agrícola, parte significativa dessas divisas geradas não é mais absorvida pela esfera municipal, estadual ou mesmo nacional.

Voltando à relação desse fenômeno com o processo de circulação de pessoas, acreditamos que parte das trajetórias de redistribuição interna da população na região está ligada à entrada de capitais internacionais, via financiamento da produção de *commodities*. Nesse sentido, o significativo incremento populacional registrado por Pontalinda no período recente (Tabela 16), não se limita às oportunidades econômicas oferecidas pelo seu mercado de trabalho urbano, remetendo também ao âmbito rural. Ou seja, expressa a forma particular como esse município insere-se na nova dinâmica internacional. Em outras palavras, trata-se de uma expressão local de um fenômeno global (BAENINGER, 2012).

Explorar as diferentes formas pelas quais a reestruturação produtiva integra as distintas regiões paulista, chamando atenção para seus efeitos nas relações rurais-urbanas do Oeste Paulista, é precisamente a tarefa do capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

A relação rural/urbana no Estado de São Paulo: a especificidade do Oeste Paulista

2.1. Aspectos teóricos da divisão social do trabalho entre campo/cidade e cidade/região

No capítulo anterior apresentamos a discussão acerca das especificidades da evolução da produção agrícola nos marcos do fordismo e da reestruturação produtiva. Se, até por volta de 1970, a expansão da agricultura de exportação impulsionava o processo de industrialização e urbanização nos territórios envolvidos, nos dias de hoje, o desenvolvimento de agronegócio não condiz com o fortalecimento de sua rede urbana. Diante dessa diferença, acreditamos haver espaços rurais distintos no Estado de São Paulo: um, produto da industrialização fordista; e outro, resultado da reestruturação produtiva e da internacionalização do mercado agrícola. Ambas as situações apresentam dinâmicas econômicas e sociais que não mais se enquadram nos aportes clássicos sobre campo e cidade, pensados para um momento histórico no qual o rural resumia-se à produção de bens primários e à ação avassaladora dos fatores de mudança e estagnação responsáveis por desencadear os grandes fluxos rurais-urbanos (SINGER, 1968, 1973, 1980).

Ainda que esse arcabouço não ofereça todo o suporte teórico necessário ao estudo dos atuais processos rurais/urbanos, uma breve revisão bibliográfica a seu respeito apresenta-se fundamental. A necessidade de resgatarmos as análises construídas por Singer (1968, 1973 e 1980) e Castells (1983) deriva-se do fato de seus conceitos tratarem-se de uma referência à investigação do processo de estruturação urbana no Estado de São Paulo, fenômeno cujo exame é importante para que possamos entender como a reestruturação produtiva dos anos 1980 expressa-se de forma diferenciada em território “abertos” em momentos históricos distintos.

Começamos, então, uma breve exposição em torno do debate clássico sobre campo e cidade. Segundo Singer (1973), o surgimento de pequenos adensamentos populacionais sedentários não é suficiente à caracterização do fenômeno urbano. Como adianta esse autor, até a Revolução Industrial, não se pode falar na existência de uma verdadeira divisão do trabalho entre campo e cidade pelo fato das cidades serem estéreis do ponto de vista

econômico. É apenas com o advento da indústria – século XVIII na Inglaterra e século XX na América Latina – que a cidade, no seu intercâmbio com o campo, “pode finalmente oferecer um contraponto econômico em troca do excedente alimentar” (SINGER, 1973, p.111). Ou seja, a distinção entre campo e cidade passa a fazer sentido somente a partir desse determinado momento histórico.

Ao analisar o processo de urbanização, Castells (1983, p.28) ressalta a importância de não apreendê-lo como um fenômeno natural, por meio do qual as cidades despontam-se como um desdobramento mecânico do “simples movimento cumulativo dos recursos técnicos e materiais de uma sociedade”. Na mesma linha de raciocínio, Singer (1980, p.220) adverte que

(...) a industrialização em moldes capitalistas está longe de ser um processo espontâneo, promovido exclusivamente pelo espírito de iniciativa de inovadores. Ela só se torna possível mediante arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação de capital e, do outro, encaminhar o excedente acumulável às empresas.

Esse arranjo político institucional não beneficia, contudo, a sociedade em seu conjunto: “enquanto industrializa a parte privilegiada do país, reduz as demais à condição de produtores especializados de alimentos ou matérias-primas, privando-as de grande parte de seu excedente acumulável e da melhor parte de sua mão-de-obra” (SINGER, 1968, p.9). Os desequilíbrios espaciais são, portanto, intrínsecos ao próprio desenvolvimento capitalista. Com a indústria, o Setor de Subsistência, nos termos de Singer (1973), ou a estrutura social rural, para usar a expressão de Castells (1983), é paulatinamente estrangulada. A sociedade industrial massacra a produção artesanal, impondo ao homem do campo sua liberdade de trocas (SINGER, 1973, p.112). Nesse contexto, o rural “vai sendo despojado de uma atividade produtiva após a outra, até que nele restem unicamente as atividades primárias. Cada ramo que se desprende da agricultura reaparece na cidade tecnologicamente revolucionado” (SINGER, 1973, p.112). Esta migração de atividades é acompanhada da migração de força-de-trabalho, dando lugar ao esvaziamento social e demográfico do campo.

Dentro desse quadro teórico, os processos migratórios rurais-urbanos têm suas causas nas relações desiguais estabelecidas entre campo e cidade. Entre os países de desenvolvimento periférico, esses desequilíbrios são ainda mais graves. Por um lado, a nossa industrialização via substituição das importações restringiu-se à demanda de um débil mercado interno (CASTELLS, 1983). Por outro lado, se nos países avançados a regra geral é o conjunto da população estar integrado à economia de mercado no momento histórico da industrialização, entre nós, esse fenômeno evolui quando boa parte da população ainda se encontrava na economia de subsistência (SINGER, 1980).

Na América Latina, esse descompasso entre desenvolvimento das forças produtivas e industrialização faz com que as causas do êxodo rural não remetam apenas à modernização agrícola (fatores de mudança) (SINGER, 1980). Temos de considerar também os fatores de estagnação, isto é, aqueles que, mesmo sem refletir os efeitos propulsores da integração agroindustrial, incidem na expulsão da população rural por conta da pressão demográfica sobre a terra, resultado do crescimento vegetativo ou da expansão do latifúndio (SINGER, 1980).

Nesse sentido, tanto as áreas integradas pela cidade industrial como aquelas localizadas fora de seu raio de influência padecerão com a perda de população rural. Nas palavras de Singer (1980, p.224), a industrialização, ao limitar a disponibilidade de terras agricultáveis aos pequenos agricultores, também dará lugar à emigração, “mas de tipo distinto, por razões e conseqüências completamente diferentes”. Ou seja, a importância dos conceitos de fatores de mudança e de estagnação é mostrar que, no Brasil, correntes migratórias oriundas do campo podem se formar mesmo quando os espaços de origem não são atingidos pelos benefícios da industrialização (aumento de produtividade que, a princípio, poderia compensar a diminuição dos postos de trabalho resultado da mecanização) (SINGER, 1980).

Se nos países centrais a regra é que as migrações internas sejam provocadas unicamente por fatores de mudança, na América Latina, o processo de transição urbana – ao envolver também os fatores de estagnação – incide na exagerada concentração demográfica em alguns poucos centros urbanos, na formação de favelas, desemprego, subemprego e pobreza (SINGER, 1980). Para Castells (1983), a incapacidade de nossa indústria em absorver produtivamente toda mão-de-obra trazida pela migração confere um

traço peculiar ao nosso setor terciário. Segundo este autor, sob a denominação enganadora de serviços, agrupam-se uma série de vendedores ambulantes, trabalhadores domésticos e tantos outros tipos de serviços transitórios que nada mais são que “desaguadouro” da grande massa de antigos trabalhadores rurais não absorvidos pelo mercado formal (CASTELLS, 1983, p.74). Face à precária inserção dos migrantes na cidade, não se pode afirmar que as oportunidades oferecidas no destino sejam os principais condicionantes da migração rural-urbana. Ao contrário, são as características da origem – ou os fatores de expulsão – que desencadeiam esse fluxo (SINGER, 1980). De forma semelhante, Castells (1983, p.62) declara ser a fuga para a cidade mais um *push* do rural que de um *pull* do urbano.

O crescente processo de desruralização – termo preferido por Camarano e Abramovay (1997) ao conceito de urbanização, uma vez que a fixação de residência na cidade não é garantia de acesso aos serviços urbanos – leva a uma expansão do número e tamanho das cidades. Esse movimento resulta no aprofundamento contínuo da divisão sócio-espacial do trabalho entre os próprios núcleos urbanos, e não apenas entre campo e cidade (CORRÊA, 2006). Com a formação de uma rede urbana, o clássico debate campo/cidade é elevado a um outro patamar. Nas palavras do autor, nas sociedades de base urbana-industrial, as relações entre campo e cidade tornam-se “relações entre cidade e região, sendo a rede de cidades o fenômeno que traduz esse relacionamento” (CORRÊA, 2006, p.30). Como ressalta a passagem a seguir,

(...) estamos longe (...) de uma relação cidade e campo tal como se passava no século XVIII, entre um burgo e sua restrita hinterlândia constituída por aldeias e suas áreas agrícolas: cidade e campo completavam um universo onde a vida econômica e social plenamente podia ser realizada. É por essa razão que adotamos a expressão cidade e região: trata-se da grande cidade, um centro metropolitano, criação do próprio capitalismo, e de áreas agrícolas diversas e numerosos centros urbanos menores, todos subordinados à metrópole (CORRÊA, 1994, p.54 apud SIQUEIRA, 2008, p.30).

Nesse novo contexto, o já consagrado papel das cidades de apropriação dos excedentes agrícolas é ampliado e transmitido à rede urbana, que passa “a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (CORRÊA,

2006, p.15). É via rede urbana que, hoje, regiões distintas se articulam segundo funções complementares e hierárquicas. A partir dos trabalhos de Corrêa (1994, *apud* Siqueira, 2008), Siqueira (2008) destaca a importância de operarmos com um conceito igualmente expandido de hinterlândia. Se nos estudos de Singer (1968) esse termo aparece como sinônimo de áreas rurais vizinhas à cidade industrial que a ela cedem parte de sua produção agrícola e dela consomem bens e serviços urbanos, na atualidade, esse raio de influência envolve espaços não tão próximos e que, embora urbanos, encontram-se subordinados a um centro maior. Assim, o conceito de hinterlândia tem de abranger todas aquelas regiões complementares a localidades centrais (SIQUEIRA, 2008).

A questão da divisão do trabalho permanece, portanto, fundamental na temática da relação cidade/região. Para Corrêa (2006), a rede urbana é, ao mesmo tempo, reflexo e condição da divisão do trabalho. É reflexo na medida em que, por razão de vantagens locais diferenciadas, resultante de uma divisão do trabalho prévia, cada cidade passa a compor um tipo específico de urbano. Por outro lado, é

(...) devido à ação de centro de acumulação de capitais, as grandes metrópoles, cabeças de redes urbanas de extensão mundial ou nacional, que a divisão do trabalho aparece condicionada à rede urbana. Através dela, decisões, investimentos e inovações circulam descendentemente, criando e transformando, constante e desigualmente, atividades e regiões (CORRÊA, 2006, p.16).

Oliveira (2012) ressalta que as múltiplas escalas da divisão do trabalho – passando do local ao regional, nacional e até mesmo ao global –, reforçam a dimensão espacial do conceito de rede urbana. Nessa reinterpretação dos clássicos, o espaço não se apresenta como um simples produto social, mas também como um importante condicionante dos fenômenos sociais, protagonista de um processo no qual as áreas que “oferecem maior capacidade de apropriação privada dos rendimentos e onde ‘valorizar o valor’ seja mais fácil” são favorecidas (BRANDÃO, 2007, p.53 *apud* OLIVEIRA, 2012, p.16).

Essas potencialidades abertas pelo conceito de rede urbana nos permitem entender o porquê das regiões serem, a um só tempo, desiguais e integradas (CORRÊA, 2006). Essa contradição apenas aparente é resultado do próprio desenvolvimento capitalista, cuja expansão prevê o surgimento de diferenciados pontos interferindo no longo percurso de

circulação de mercadorias. Tais pontos são justamente os centros urbanos, onde parte do excedente é reinvestida, enquanto a outra parte é apropriada na forma de lucro (CORRÊA, 2006).

Em sua análise sobre urbanização na América Latina, Castells (1983) aponta a fragilidade da rede urbana desse continente. Pelo fato de nossa estrutura urbana datar do período colonial, centros urbanos robustos despontaram apenas no litoral. Além disso, o caráter de entreposto comercial desses grandes aglomerados repercutiu na precariedade de sua integração regional. O resultado, para o autor, foi a constituição de uma rede de cidades pouco articulada, dentro da qual se verifica a ausência de um *continuum* na hierarquia urbana, conferindo enorme distância social e econômica entre os principais aglomerados urbanos e as comunidades rurais. Em suas palavras,

As bases da estrutura urbana atual refletem em grande parte o tipo de dominação sob a qual se formaram as sociedades latino-americanas, quer dizer, as colonizações espanhola e portuguesa (...). As cidades coloniais na América Latina preencheram duas funções essenciais: 1. a administração dos territórios conquistados, a fim de explorar seus recursos para a Coroa e de reforçar uma dominação política por meio de um povoamento; 2. o comércio com a área geográfica circunvizinha, mas sobretudo com a metrópole (...). Disso resultam duas consequências fundamentais no que diz respeito ao processo de urbanização:

1. As cidades estão diretamente ligadas à metrópole e não ultrapassam quase nada os limites da região circunvizinha nas suas comunicações e dependências funcionais. Isto explica a fraqueza da rede urbana na América Latina e o tipo de implantação urbana afastada dos recursos naturais do interior do continente (...).

2. As funções urbanas de uma vasta região concentram-se no núcleo de um povoamento inicial, lançando assim as bases da primazia de um grande aglomerado. A cidade e seu território estabeleceram relações estreitas e assimétricas: a cidade gera e consome o que o campo produz (CASTELLS, 1983, p.78-79).

Ao dialogar com a hipótese de Castells (1983), Faria (1983, p.130) expõe algumas reticências para o caso brasileiro – em especial, o paulista –, por ele considerado como “uma espécie de paradigma de país de industrialização retardatária onde o crescimento

econômico e a diferenciação das forças produtivas têm apresentado uma extraordinária vitalidade”. Segundo este autor, a vigorosa industrialização vivenciada pelo Brasil a partir de 1970 alterou em definitivo as bases de nosso padrão de acumulação: de agrário-exportadora, passamos a uma sociedade urbano-industrial. Se até essa década o desenvolvimento industrial restringia-se praticamente à Grande São Paulo, a partir de então todo o interior paulista, bem como outras unidades da federação, passaram a sustentar uma “difusão do processo de urbanização pelo território” (FARIA, 1983, p.130).

Na esteira desse processo, enquanto a Região Metropolitana de São Paulo registrou um arrefecimento de suas taxas de crescimento demográfico, a classe de cidades entre 50.000 e 500.000 habitantes protagonizou um crescimento acima da média nacional (FARIA, 1983). Levando-se em consideração essa evidência empírica, o autor desqualifica a hipótese segundo a qual o processo de desenvolvimento brasileiro repercutiu na concentração populacional em apenas algumas poucas localidades urbanas, cuja interação com as demais cidades da rede seja precária. Para Faria (1983), apesar dos ciclos anteriores de desenvolvimento terem qualificado a questão da concentração, a análise da industrialização brasileira dos anos 1970 conclui o contrário.

Na hipótese por ele defendida, a relativa dispersão da população urbana contrasta-se com a distribuição ainda concentrada das principais atividades industriais. Essa assimetria Faria (1983) associa ao processo heterogêneo de industrialização brasileira que, a despeito de culminar em um mercado robusto e dinâmico, produziu também uma sociedade altamente segmentada. Dito de outra forma,

Um crescimento de tal magnitude, ocorrendo a ritmo tão acelerado na periferia da economia capitalista mundial, não poderia dar-se sem que tivessem lugar, por um lado, profundas modificações quantitativas e qualitativas na estrutura espacial, demográfica e social do país e, por outro, o agravamento de antigos e o surgimento de novos desequilíbrios setoriais, regionais e sociais (...). Foi com base nessa estruturação sócio-econômica desigual e contraditória que se constituiu, no Brasil, um mercado não só de certa magnitude como também dinâmico mas, sobretudo, um mercado altamente segmentado. Criou-se, em outras palavras, uma peculiar sociedade de consumo na periferia do sistema mundial (FARIA, 1983, p.122 e 160).

A constituição de uma rede urbana altamente integrada, precoce com relação aos demais sistemas de cidades latino-americanos, está, segundo Martine e McGranaham (2010), na base de nossos desafios sociais, econômicos e ambientais. A maturidade da rede urbana brasileira – em particular da paulista – sustentou uma abrupta transição urbana no país (uma das mais rápidas do mundo), processo “particularmente difícil para os contingentes mais pobres que (...) raramente tiveram seu lugar contemplado na expansão urbana” (MARTINE e McGRANAHAM, 2010, p.11). As já profundas desigualdades sociais, combinadas à incapacidade pública de planejar antecipadamente o crescimento urbano maciço e inevitável, facilitaram a “propagação da pobreza habitacional, da inadequação fiscal e da degradação ambiental que hoje marca tantas cidades brasileiras” (MARTINE e McGRANAHAM, 2010, p.12).

À luz do arcabouço teórico oferecido por Faria (1983), e levando-se em consideração as características do processo de urbanização no Brasil citadas por Martine e McGranaham (2010), a parte seguinte dessa dissertação dedica-se ao estudo do processo de desenvolvimento industrial e estruturação urbana no Estado de São Paulo. Nessa discussão, destaca-se a construção de espacialidades urbanas (e também rurais) que, embora heterogêneas, encontram-se profundamente articuladas por uma robusta rede urbana responsável por ampliar as desigualdades regionais no Estado.

Como será discutido, o vigor dessa peculiar rede de cidades deve-se ao fato de seu desenvolvimento datar do período fordista. Já o seu desequilíbrio é resultado da forma desigual como a industrialização fordista atinge cada região, as quais serão integradas de modo igualmente distinto na nova ordem mundial.

2.2. A interiorização da indústria em São Paulo: a especificidade da rede urbana paulista

O sistema urbano paulista apresenta uma formação histórica peculiar: foi constituído a partir da articulação de redes urbanas regionais estruturadas por processos econômicos anteriores à indústria (GONÇALVES, 1998). A necessidade do complexo cafeeiro de integrar distintas regiões por meio de estradas de ferro responsáveis pelo

escoamento da produção levou à formação de uma embrionária rede de cidades, onde os “nós urbanos – dotados sempre de serviços portuários – recolhiam e canalizavam a produção do interior para o mercado externo e ao mesmo tempo acolhiam e distribuía para o mercado interno regional os bens importados que vinham do exterior” (GONÇALVES, 1998, p.2).

Nesse contexto, a atividade industrial teve apenas um efeito estimulante ao crescimento, ou seja, “veio a reforçar um fenômeno pré-existente” (GONÇALVES, 1998, p.3). Segundo a autora, a principal diferença entre o desenvolvimento de São Paulo e o das demais Unidades Federativas (UFs) está no fato de, aqui, a produção cafeeira ter encontrado condições históricas e materiais capazes de conformar um complexo de atividades industriais e comerciais que, embora originalmente alimentado pelas divisas do café, consolidou-se autônomo em relação a ele (GONÇALVES, 1998).

Por ser produto do complexo cafeeiro, e não da indústria, desde as suas origens o sistema urbano paulista apresenta um implante relativamente interiorizado. Como destaca Gonçalves (1998, p.7):

A rede urbana paulista em muito pequena medida caracterizou-se por apáticas cidades agrícolas mas, desde a sua formação, caracterizou-se por um meio urbano em contínuo desenvolvimento e modernização, em cidades de complexidade crescente. Muito rapidamente surgiram no interior paulista médias e grandes concentrações urbanas – entre as quais encontram-se hoje expressivos centros regionais, com volume populacional e complexidade funcional urbana comparáveis aos de algumas capitais de estados brasileiros.

Essa vantagem permitiu que – no momento em que a exagerada concentração da atividade industrial na Grande São Paulo passou a criar barreiras à própria reprodução de capital – o interior tivesse condições de dar a “acolhida adequada” à indústria (GONÇALVES, 1998, p.8). É por isso que, se nas outras UF's os planos nacionais de desenvolvimento da década de 70 levaram à metropolização de suas capitais, no Estado de São Paulo, esse mesmo processo engendrou o “reflorescimento” econômico e populacional do interior, com a formação de importantes aglomerações urbanas fora das franjas metropolitanas da capital (BAENINGER, 1997).

Tal como fizemos para a região de Jales, na análise da formação histórica da rede urbana paulista perseguiremos uma investigação conjunta entre os movimentos de redistribuição espacial da população e as etapas econômicas. Como ressalta Baeninger (1996, p.11), “ainda que não possamos estabelecer uma relação mecânica entre os fenômenos demográficos e econômicos, no limite, essas dinâmicas articulam-se num mesmo processo”. Nessa exposição, devemos ressaltar, em primeiro lugar, a variedade de condicionantes históricos que influenciaram a conformação do parque industrial e da rede de cidades em São Paulo, razão de hoje verificarmos uma diversidade bastante grande tanto da localização de suas atividades quanto da distribuição de sua população (BAENINGER, 1996; NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

Na intenção de melhor expor tais constrangimentos, o presente trabalho segue a orientação de Negri, Gonçalves e Cano (1988), demarcando a existência de três períodos no processo de desenvolvimento em São Paulo entre 1920 e 1980: a própria década de 1920, início do processo de industrialização e momento no qual a estrutura urbana estadual começa a tomar corpo; o intervalo 1930/55, fase da industrialização restringida e da ocupação do Oeste Pioneiro; e os anos 1955/80, quando a industrialização pesada desdobra-se na modernização agrícola e em profundas alterações na relação campo/cidade. A partir dessa periodização, o texto a seguir almeja elaborar um estudo integrado da industrialização, urbanização e migração em São Paulo, numa perspectiva histórica espacializada e fundamentada nas relações entre o urbano e rural.

As principais influências do primeiro período – os anos 1920 – são as sucessivas crises de superprodução do café e o colapso do comércio mundial decorrente da Primeira Guerra (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Esses acontecimentos criaram condições para uma ocupação capitalista diversificada do território que, sem incorrer numa crescente homogeneização do espaço, reforçou e estruturou uma complexa heterogeneidade regional, ensaiando uma primeira divisão sócio-espacial do trabalho colada nos três tempos da dinâmica cafeeira de incorporação de terras, que “ia continuamente definindo uma velha zona, outra madura e uma nova zona” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.7).

Na primeira, onde a já significativa concentração populacional e os antigos recursos da cafeicultura permitiram a instalação de uma densa infraestrutura urbana, despontava-se uma indústria de bens de consumo. Nas zonas de ocupação madura, a crise do café abria

portas para a implementação de novas culturas voltadas à produção de matérias-primas para o emergente processo de industrialização. Por fim, nas novas zonas – o Oeste Pioneiro – a ocupação deu-se de forma débil e desordenada, subordinada ao ordenamento empresarial de companhias loteadoras e colonizadoras que dominavam o mercado de terras na região (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Nesses espaços são as ferrovias e a especulação imobiliária as grandes definidoras do processo de estruturação urbana, fenômeno cuja principal característica foi a formação de inúmeros pequenos patrimônios onde se comercializava o excedente da produção agrícola, voltada sobremaneira à subsistência (VASCONCELOS, 1992; RODRIGUES, 2006).

Nesse sentido, já em 1920, o processo de ocupação do território paulista “foi definindo regiões e organizando uma primeira hierarquia no sistema de cidades do Estado” que, desde a sua formação, era marcada pela subordinação às necessidades da capital, ponto de encontro da malha ferroviária, instrumento por meio do qual esse município “estendeu sua área de influência por todo o interior do Estado, redefinindo os papéis dos demais centros urbanos” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.7). A essa divisão social do trabalho segue-se uma redistribuição da população no espaço marcada pela imigração internacional para as zonas consolidadas – fenômeno responsável por fornecer a força-de-trabalho necessária à expansão da indústria e da cafeicultura –, bem como uma maciça migração rural-rural para as áreas de fronteira agrícola. Disso resultou uma população concentrada no interior do Estado (84% dos quase 5 milhões de paulistas encontravam-se fora da Grande São Paulo), principalmente nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, cidades com mais de um milhão de habitantes cada uma (BAENINGER, 1996 e NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

Em resposta a esse crescimento demográfico, tanto a indústria como a agricultura tomaram impulso. A produção de alimentos tornou-se mais capitalizada e diversificada, adquirindo autossuficiência em vários produtos e “passando, inclusive, a exportar excedentes para o abastecimento de outros Estados” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.12). A essa época, São Paulo tratava-se do principal produtor de café, arroz, feijão, o segundo de batata-inglesa, milho e aves, e o terceiro na pecuária, tanto de corte como leiteira. No tocante ao desenvolvimento da indústria, destacava-se a de bens de consumo, em especial a têxtil, de alimentos e vestuário. Os anos 20 registram ainda a implantação de

“importantes segmentos da indústria química, metalúrgica, de papel e celulose, mecânica e material de transporte” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.13).

Embora a atividade industrial estivesse concentrada na capital, as regiões mais consolidadas do interior, como Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e parte do Vale do Paraíba – com concentração populacional suficiente, infraestrutura urbana desenvolvida e um passado de excedentes gerados pela expansão cafeeira –, também assistiram a um florescimento industrial. Nos termos dos autores, nessas cidades “já houvera tempo e história para que os excedentes produzidos dessem origem a uma indústria de transformação complementar à da Capital” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.21).

Isso significa dizer, portanto, que a despeito da inquestionável concentração industrial no município de São Paulo, desde o seu princípio a indústria paulista apresenta um implante interiorizado, ainda que espacialmente concentrado em alguns pontos (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). A indústria da capital e do interior não eram, contudo, a mesma. O centro da acumulação capitalista, dispondo de força-de-trabalho e serviços suficientes, desenvolveu uma indústria mais complexa e mecanizada. No interior, por sua vez, predominou um setor secundário cuja implementação dependia da maior proximidade de matérias-primas, como frigoríficos, laticínios, produção de açúcar, etc. (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

Ao contrário da situação de ambos os contextos, o Oeste Paulista assistia, nesse momento, ao germinar de uma modesta atividade produtiva urbana em respaldo à população rural em fase de instalação, construção e mobiliagem de suas casas (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Disso decorre uma divisão do trabalho entre campo e cidade ainda embrionária nesse território, completamente diversa da já existente nas cidades mais desenvolvidas do interior e da capital.

É importante ressaltar também que, nesse período, o despontar da indústria no município de São Paulo e em algumas poucas cidades do interior teve a concentração populacional disso decorrente contrabalanceada pela expansão da fronteira agrícola rumo ao Oeste. Assim, em relação ao processo de urbanização, a ocupação do Oeste Paulista exerceu uma determinação diversa à indústria por reforçar as pontas da ramificação urbana (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Em resumo,

o que caracteriza a dinâmica regional do processo de urbanização no Estado de São Paulo, nos anos 20, é o desenvolvimento urbano decorrente da combinação entre indústria e expansão agrícola, por sobre uma rede urbana originada de processos anteriores à acumulação industrial que estava tomando corpo nos anos 20 (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.27).

Pelo exposto até então, já é bastante clara a interação entre diferentes condicionantes sociais na conformação dos traços básicos do sistema urbano paulista. Assentada em processos históricos diversos, a rede de cidades resultante deu sustentação a economias apoiadas em recursos igualmente diferenciados, com distintos pesos da indústria na determinação do crescimento urbano (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Como resultado, o Estado de São Paulo apresenta-se como uma colcha de retalhos sobre a qual se conformam relações campo/cidade com sentidos variados. Essas relações expressavam não apenas “as raízes da concentração industrial em São Paulo, mas também as raízes da divisão inter-regional do trabalho dentro do Estado” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.28). Assim, já em 1920 esboçava-se o destino de cada uma de suas regiões, sendo evidentes as que dispunham de condições para enfrentar um desenvolvimento alicerçado em bases efetivamente industrial e urbano (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). O Oeste Pioneiro, de ocupação recente e ainda em andamento, ficaria amplamente à margem desse processo.

Em se tratando do segundo momento da periodização proposta por Negri, Gonçalves e Cano (1988), nos anos de 1930 a 1955, novos condicionantes passam a influenciar o processo de urbanização, industrialização e reestruturação da divisão do trabalho, dentre os quais se destacam o fim da fronteira agrícola no Estado de São Paulo, a Crise de 1929 e a autonomização do capital industrial frente ao desmanche do complexo cafeeiro. A Grande Depressão abriu caminhos para um novo padrão de acumulação, fazendo dessas décadas um período de mudança por excelência. Enquanto os anos de 1920 marcaram um momento estratégico do desenvolvimento paulista – quando criaram-se as bases sob as quais se assentou o processo de industrialização em São Paulo –, as décadas seguintes caracterizam precisamente a passagem de uma sociedade rural para outra industrial:

(...) com base na produção agrícola que se desenvolvera na década anterior, na rede urbana e na divisão territorial do trabalho que se estabelecera no Estado, a economia paulista pôde ultrapassar a crise de 29 e se restabelecer com novas características, dando início à nova etapa de desenvolvimento econômico (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.30).

Esse processo de transição encontrava-se, contudo, limitado pela estreiteza do suporte técnico e econômico do próprio capital industrial. Dessa forma, embora o processo de acumulação já se encontre assentado na expansão industrial, as fragilidades acima descritas não permitiam o implante, de uma só vez, de “um segmento de bens de produção capaz de assegurar a autodeterminação do processo de acumulação” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.29). Como um efeito dominó, esses limites se impunham a todo o processo de diferenciação do trabalho e do espaço. Restringida à acumulação, o crescimento industrial, a unificação do mercado nacional e a modernização da agricultura encontravam-se também limitados. Logo:

(...) reestruturam-se as relações campo e cidade, mas não com o sentido que assumiriam a partir do desenvolvimento de um segmento de bens de capital para o setor (...). Avança a diferenciação do trabalho dentro das cidades, mas também ainda não da forma que se efetivaria mais tarde com os novos segmentos médios da população, com as formas de consumo de massa e toda a repercussão que este acarreta no terciário das cidades (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.29-30).

A despeito desses limites, as dificuldades de importação resultantes da Segunda Guerra Mundial tornaram o mercado nacional cativo à indústria paulista, fato que beneficiou sobremaneira a diversificação de seu parque produtivo (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Além disso, o gradual crescimento do grau de urbanização pressionava cada vez mais por alimentos, serviços e manufaturas. No reboque das transformações na indústria, a agricultura também registra alterações importantes. Já assentada em bases mercantis, com a crise da cafeicultura, o setor agrário procurou nas possibilidades abertas pelo próprio capital as formas de manutenção de seu lucro. Emergem, assim, o algodão e a

cana-de-açúcar como boas alternativas de negócio frente às suas excelentes condições internacionais (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

Assim, os anos 1950 ensejam um incipiente processo de mecanização da agricultura em resposta à necessidade de produção em larga escala de alimentos e matérias-primas. O aumento da tecnificação da produção, do assalariamento e da mercantilização criava as condições para o êxodo rural que, embora já evidente, se fortaleceria apenas na década seguinte (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Os efeitos desse fenômeno são captados pelas estimativas oficiais relacionadas à composição setorial do emprego que, pela primeira vez, registraram um decréscimo absoluto na população ativa alocada no primário (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Vale ressaltar que a participação do setor primário na PEA não teve maiores quedas graças ao Oeste Pioneiro, ainda em processo de ocupação e que, portanto, permanecia gerando emprego agrícola (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

É importante lembrar que o surto industrial desse momento, a despeito de apresentar uma pequena ramificação em alguns pontos do interior, desenvolveu-se fortemente concentrado na cidade de São Paulo e em seu entorno mais imediato. Essa situação trouxe consigo “as sementes do processo de metropolização da Capital do Estado, que começaram a germinar nesse período para mostrarem-se em toda a sua força no período posterior” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.31). Paralelamente às transformações produtivas no campo e na cidade, despontam-se novos fluxos migratórios, com origem no interior e destino na Grande São Paulo (PATARRA e BAENINGER, 1988). Inicia-se, pois, uma inversão do movimento migratório que “até então levava à ocupação econômica do território paulista pela agricultura” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.43).

A esse fluxo somam-se ainda a entrada de migrantes vindos de outras unidades da federação. O saldo migratório, aliado à alta fecundidade e à mortalidade em queda, conformou alto crescimento demográfico para o Estado de São Paulo, em especial à população urbana (BAENINGER, 1996). Como é possível observar, a população paulista – que em 1940 somava 7,2 milhões de habitantes – chegou a quase 13 milhões em 1960. Seu grau de urbanização saltou de 44% a 62%, quando então era estimado em apenas 45% para a população brasileira (Tabela 17).

Tabela 17								
População total, urbana, rural e grau de urbanização (em %)								
Brasil e Estado de São Paulo								
1940, 1950 e 1960								
Ano	População brasileira (em milhões)				População paulista (em milhões)			
	Total	Urbana	Rural	G.U.	Total	Urbana	Rural	G.U.
1940	41,236	12,88	28,356	31,23	7,18	3,168	4,012	44,12
1950	51,994	18,783	33,162	36,13	9,134	4,804	4,33	52,59
1960	70,191	31,534	38,657	44,93	12,974	8,149	4,824	62,81

Fonte: Dados referentes ao Brasil: BAENINGER, 2012, p.30.
 Dados referentes ao Estado de São Paulo: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950 e 1960.

Com relação à população urbana, sua taxa de crescimento superou os 5 % a.a. na década de 1960 (Tabela 18), marca que muito reflete o desempenho do município de São Paulo (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Para esses autores, esse “crescimento populacional urbano simultaneamente deu corpo à rede urbana do interior do Estado e origem à concentração que configuraria a metrópole paulista”, onde já se concentrava mais da metade da população urbana estadual e 30% de seus habitantes totais (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.31).

Tabela 18						
Taxas de crescimento da população total, urbana rural (em % a.a.)						
Brasil e Estado de São Paulo						
1940, 1950 e 1960						
Ano	População brasileira			População paulista		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940/50	3,05	5,32	1,54	2,44	1,82	0,77
1950/60	2,87	5,15	0,6	3,57	5,43	1,09

Fonte: Dados referentes ao Brasil: BAENINGER, 2012, p.30.
 Dados referentes ao Estado de São Paulo: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950 e 1960.

A magnitude das transformações em curso na cidade de São Paulo acabou por conformar tipos urbanos distintos entre capital e interior: se o primeiro chamava atenção pela complexidade de seu setor secundário, o segundo destacava-se pela importância das atividades terciárias (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Também o comércio e serviços apresentavam características peculiares nesses diferentes contextos. Enquanto o terciário da capital servia de respaldo à atividade industrial e à grande concentração

populacional, no interior, de população majoritariamente rural até 1950, a sua dinâmica emergia do suporte às atividades agrícolas (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

Ainda sobre a composição setorial do emprego, é importante constar que, até a década de 1940, o setor secundário tratava-se do grande responsável pela geração de novos postos de trabalho no Estado, situação influenciada pelo desempenho da indústria na capital. Contudo, já em 1950 essa liderança passa a ser ocupada pelo terciário que, sozinho, respondeu por 78% dos mais de um milhão de empregos criados na década, enquanto a indústria contribui com apenas 250 mil vagas (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Começa, então, a crescente informalidade desse setor referida por Castells (1983).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que no intervalo 1930/55 a indústria ampliou a sua influência no crescimento urbano de forma extremamente localizada, “estimulando a concentração populacional nos núcleos em que se implementava e estimulando o desenvolvimento do setor terciário, tanto por suas demandas específicas como pelas decorrentes do crescimento populacional” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.53). A metropolização da capital – corolário desse processo – apontou para um novo padrão de urbanização no Estado que, nesse período, mostrava apenas seus contornos iniciais, desenvolvendo-se plenamente somente na década seguinte, quando o fenômeno da industrialização pesada

(...) desobstruiria o advento para uma modernização generalizada de todo o sistema urbano, desenvolvendo ao extremo aquilo que nesses anos ainda era embrionário: a exacerbação do crescimento das cidades, o esvaziamento do campo e a consagração do consumo industrializado (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.12).

A despeito das forças concentradoras que levaram à formação da metrópole, vale ressaltar, mais uma vez, a expansão da fronteira agrícola rumo ao Oeste Paulista, cuja ocupação contrapunha-se à tendência de concentração econômica e populacional na capital. Esgotado esse processo, os anos 1960 marcam a completa expansão capitalista sobre o território de São Paulo, em um movimento no qual o avançar da modernização agrícola e da industrialização conduziu a divisão inter-regional do trabalho a um novo patamar, agora subordinando completamente a agricultura à indústria e o campo à cidade (NEGRI,

GONÇALVES e CANO, 1988). De área de atração demográfica, o Oeste Pioneiro passa a ser a região que mais expulsa população do Estado.

Por fim, o último momento da periodização proposta por Negri, Gonçalves e Cano (1988) contempla os anos de 1955 a 1980 e firma, em definitivo, a ruptura no padrão de acumulação brasileira. Nessas décadas, a instalação de uma indústria de bens de capital juntamente às reformas financeira e tributária, criou “as condições para a autodeterminação do movimento do capital”, cujo limite passaria a ser a sua própria tendência à sobreacumulação (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.57). Disso decorre o caráter cíclico da econômica brasileira, na qual cada etapa de expansão econômica sucede um período de crise, com efeitos específicos no processo de urbanização (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

A primeira dessas etapas caracteriza-se pelo reforço à metropolização. Contudo, o agravamento dos problemas sociais decorrentes da exagerada concentração econômico-populacional e a crise econômica de fins dos anos 1950 culminaram no golpe de 1964. Para amenizar tais desequilíbrios, o governo militar promoveu um reordenamento institucional, por meio de um conjunto de reformas que, entre outros efeitos, modernizaram o país, aparelhando-o para dar suporte à manutenção do desenvolvimento da industrialização pesada (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

Esse segundo momento da industrialização pesada destaca-se, por sua vez, pelos planos nacionais de desenvolvimento e seus efeitos descentralizadores, tanto em termos produtivos, como demográficos (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Embora os incentivos públicos tenham sido importantes desde os primórdios do processo de industrialização, a partir meados da década de 1960 eles tornaram-se fundamentais. Nos termos dos autores, redefiniram-se as “regras do jogo” que, desde então, passam a ter como principal árbitro o próprio Estado (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.64). Não fossem as reformas empreendidas pelo governo federal de ampliação do crédito rural, a modernização agrícola e a dinamização da atividade industrial dela decorrente não teriam acontecido na intensidade e rapidez que aconteceram. “Apoiada no crédito agrícola e no financiamento industrial de longo prazo, a indústria nacional de equipamentos e insumos agrícolas ganhou condições para poder crescer, criando-se os meios para a subordinação da agricultura à indústria” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.64). Essa medida

intensificou o êxodo rural de modo sem precedentes, situação na qual a contrapartida imediata é o intenso crescimento urbano desordenado (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988).

A completa subordinação da agricultura à indústria repercutiu no extraordinário crescimento da produção de artigos agrícolas e pecuários voltados à exportação, entre os quais se destacam sucos cítricos, soja e seus derivados, carnes resfriadas e congeladas (bovinos e aves) (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). A crise do petróleo em 1973 levou a mudanças adicionais na agricultura paulista, com a instalação do Proálcool em 1975, programa responsável por fazer da cana-de-açúcar o principal produto agrícola de São Paulo. “Essa nova agricultura paulista produziu inúmeros desdobramentos em relação ao processo de urbanização” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.69). Diferenciando-se da modernização agrícola dos anos 1920/50, que se desenvolveu à custa da ocupação territorial e do reforço à ramificação e ao adensamento da rede urbana, a modernização agrícola da década de 1960/70 produziu exatamente o inverso: “reduziu a terra à sua condição de meio de produção e expulsou o trabalhador do campo” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.69). Em resposta, a rede urbana “teve o crescimento reforçado apenas nos núcleos urbanos capazes de oferecer oportunidades de emprego que constituam alternativas para o trabalho na agricultura, isto é, os centros maiores, com alguma produção industrial e de serviços” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.69).

Dessa forma, é importante enfatizar não ter havido uma tendência de crescimento industrial e populacional uniforme no interior paulista. Respeitando as distintas regiões criadas em 1920, apenas o Velho Oeste Paulista (eixo Campinas-Ribeirão Preto), a Baixada Santista e a porção do Vale do Paraíba mais próxima da capital beneficiaram-se com os planos nacionais de desenvolvimento (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Ou seja, a maior parte das cidades do oeste não conseguiu se industrializar. Esses centros urbanos passaram a sofrer também com o esvaziamento demográfico de sua população urbana, na medida em que o apoio aos trabalhadores rurais tratava-se do principal elemento de dinamismo econômico (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). Nesse novo contexto, o Oeste Paulista deixa de ser a alternativa econômica nos anos 1930 para se tornar uma das regiões com índices econômicos e demográficos mais estagnados do Estado de São Paulo. Em outras palavras:

(...) o modo como se deu o desenvolvimento de cada região – os recursos existentes e o momento histórico em que ocorreu, pelo contexto internacional e pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas com que se contava – definiu para cada uma um certo universo de recursos e de possibilidades, pré-requisitos com que ingressaram no segundo ciclo de crescimento da industrialização pesada (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.87).

Pode-se dizer, portanto, que o processo de interiorização do desenvolvimento em São Paulo selecionou regiões e subordinou a força-de-trabalho estadual, dispersa em sua maioria na parte oeste do Estado (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988). O consequente processo de modernização fez-se, pois, à luz da herança social anterior, expressão dos desequilíbrios do próprio desenvolvimento tardio do capitalismo. “Emergiu desse processo um novo país, marcado pelas contradições inerentes a um processo retardatário” (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988, p.57).

A despeito de tamanha heterogeneidade, não é correto afirmar, no entanto, a fraqueza da rede urbana paulista, tal como o fez Castells (1983) ao se referir às cidades na América Latina. Como afirmam Caiado e Santos (2003, p.116), a existência de três áreas metropolitanas, diversas aglomerações urbanas e várias cidades de porte médio “são a face de uma estrutura territorial, cuja contraface está no grande número de municípios com população urbana inferior a 20 mil habitantes”⁶.

2.3. A reestruturação produtiva dos anos 1980 e a consolidação de novas espacialidades na rede urbana paulista: a nova fase da urbanização em São Paulo

Os processos de industrialização acima descritos enquadram-se nas formas fordistas e keynesianas de organização do capital. De acordo com Harvey (1992, p.124) esse padrão de acumulação destaca-se pelo fortalecimento do papel do Estado de indutor do desenvolvimento que, apoiado na expansão da carga tributária e na ampliação do gasto público em infraestrutura e serviços sociais, conseguiu não apenas alavancar a produção e o

⁶ Para o ano de 2012, a Fundação SEADE já discrimina a existência de uma quarta região metropolitana, a do Vale do Paraíba e Litoral Norte, composta por 39 municípios e 2,2 milhões de habitantes (informação extraída de <http://www.seade.gov.br/produtos/imp> Acesso: 22/8/2012).

consumo, mas também acomodar – mesmo que temporariamente – “a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução”. Como descreve a passagem a seguir,

o crescimento fenomenal da expansão do pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processo de produção. O equilíbrio de poder tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado (...) [formou] a base de poder da expansão do pós-guerra (HARVEY, 1992, p.125).

Segundo esse autor, o pacto fordista teve o seu sucesso influenciado também pela conjuntura internacional. Os planos de reconstrução dos países devastados pela guerra e o financiamento dos processos de industrialização entre os países periféricos levou à formação de um ainda embrionário mercado de capitais internacionais, responsável por permitir “que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures (...). A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações” (HARVEY, 1992, p.131).

Contudo, se por um lado, a formação de um mercado de capitais global fortaleceu o padrão de acumulação fordista sob a égide americana, por outro, a montagem do parque produtivo dos países emergentes e o reestabelecimento da dinâmica econômica na Europa Ocidental significou também o acirramento da competição por mercados (HARVEY, 1992). A saturação desse padrão de acumulação chega ao fim na década de 1970, quando uma secular crise de superprodução culminou no subconsumo, desemprego e concentração de capitais. Para o autor, o endividamento público, somado à crise econômica, obrigou Estados e empresas

(...) a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (...). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de

controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 1992, p.137 e 140).

Nesse contexto, os anos 1970 e 1980 marcam uma “mudança na maneira de operação do capitalismo” (HARVEY, 1992, p.107), dando início a uma nova fase na organização do capital denominada pelo autor de acumulação flexível. Em suas palavras,

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do tempo-espaço” (...) no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 1992, p.140).

Segundo Harvey (1992, p.144), os altos investimentos em automação industrial levaram não apenas à redução dos postos de trabalho, mas também à flexibilização dos contratos existentes, conformando uma tendência cuja lógica é “empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”. Assistimos, assim, à expansão das subcontratações e terceirizações, fenômenos responsáveis por revigorar antigos sistemas de trabalhos domésticos, muitos deles realizados por grupos de imigrantes nas grandes cidades (HARVEY, 1992). Dito de outra forma,

(...) as pressões competitivas e a luta por um melhor controle do trabalho levaram quer ao surgimento de formas industriais totalmente novas ou à integração fordista a toda uma rede de subcontratação e de ‘deslocamento’ para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos. A produção em pequenos lotes e a subcontratação tiveram por certo a virtude de superar a rigidez do sistema fordista e de atender a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis (HARVEY, 1992, p.148).

A acumulação flexível marca ainda a articulação de um sistema financeiro “global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas” (HARVEY, 1992, p.152), cujo funcionamento parece “desprezar as restrições de tempo e de espaço que costumam ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo” (HARVEY, 1992, p.155). O crescimento de um “empreendedorismo com papéis” consolidou maneiras alternativas de obtenção de lucros que não se restringem à produção pura e simples de bens e serviços (HARVEY, 1992, p.154).

O aumento da especulação e dos juros internacionais afetaram sobremaneira os países devedores – como o Brasil – quando a crise da dívida externa da década de 1980 os levou à beira da falência (HARVEY, 1992). Para Cruz (2007), nesses países, a necessidade de equilibrar as finanças deu início à longa era dos ajustes estruturais, das reformas neoliberais envolvendo cortes dos gastos públicos, flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, abertura econômica, etc. Em seus termos:

A crise, certamente, era profunda, mas a reestruturação dela resultante acabou por reforçar as hierarquias de poder, criando um quadro incomparavelmente mais restritivo para aqueles países, os quais, um a um, foram sendo compelidos a sacrificar suas veleidades de desenvolvimento nacional autônomo e a enquadrar-se na disciplina ditada pelos protagonistas da economia capitalistas (CRUZ, 2007, p.380).

Diferente do afirmado pelo senso comum, Harvey (1992) chama atenção para o fato das reformas neoliberais não incidirem na diminuição da importância do Estado na economia. Seu papel permanece ainda mais fundamental e complexo. Como descreve a passagem a seguir:

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um ‘bom clima de negócios’, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas (HARVEY, 1992, p.160).

Nesse novo contexto, os movimentos de desconcentração produtiva iniciados ao final da era fordista se fortalecem. De acordo com Harvey (1992, p.156), através do desenvolvimento sem precedentes dos meios de comunicação e transporte, a “indústria, que tradicionalmente dependia das restrições locais no tocante a fontes de matérias-primas e a mercados, pôde se tornar muito mais independente”. Para o autor, o deslocamento geográfico – juntamente com o deslocamento temporal (financeirização econômica) – tem sido o meio pelo qual as rotineiras crises de superprodução, típicas do atual padrão de acumulação, são contornadas. Todavia, longe de evitar essa tendência, o “reparo espacial” do problema de superacumulação, ao promover “a produção de novos espaços dentro dos quais a produção capitalista possa prosseguir (...) amplia o espaço no âmbito do qual pode surgir o problema da superacumulação” (HARVEY, 1992, p.172). Ou seja,

(...) a expansão geográfica só pode, na melhor das hipóteses, ser uma solução de curto prazo. O resultado de longo prazo será, quase certamente, o aumento da competição internacional e inter-regional, com os países e regiões que têm menos vantagens sofrendo as mais severas consequências (HARVEY, 1992, p.172).

A desconcentração produtiva nos marcos da acumulação flexível apresenta, contudo, motivações e consequências completamente distintas daquela organizada em moldes fordistas. Com relação às causas, Cano (2011, p.1) afirma:

Entre 1930 e 1980 as principais determinações sobre nossa urbanização, integração do mercado nacional e desenvolvimento regional decorreram basicamente da industrialização, das políticas macroeconômicas e de políticas de desenvolvimento regional. Após 1980, com a “Década perdida” e as políticas neoliberais, aquelas determinações foram em grande parte modificadas pelas

novas formas de nossa inserção externa, pelo câmbio baixo e juro alto, e pela Guerra Fiscal.

No tocante aos efeitos, o autor ressalta seu caráter *espúrio*, isto é, a nova desconcentração produtiva não mais significa crescimento econômico em termos de geração de emprego e renda à população. Para Cano (2011) trata-se, ao contrário, de um reflexo da própria retração econômica. Assim, embora tenha persistido, a expansão geográfica do capital “em tempos de crise profunda tem sentido muito diverso da que ocorre quando se dá crescimento normal ou alto. No período, ela foi *espúria*, um resultado meramente estatístico” (CANO, 2011, p.11).

Quanto aos seus reflexos no processo de urbanização, a nova forma de acumulação de capital também tem repercussões importantes. Até 1970, a despeito da desvalorização real do salário mínimo e da consequente concentração de renda, o crescimento acelerado do emprego urbano e a expansão do gasto público na área social minimizaram os efeitos perversos de um desenvolvimento levado a cabo “pelo e para o capital” (CAIADO, 1995, p.51-52). Além disso, a existência de um setor imobiliário ainda pouco articulado permitiu a compra de lotes mais ou menos próximos aos centros urbanos a preços relativamente baratos, fato que, ao possibilitar a acomodação das camadas de baixa renda, repercutiu em um processo de “urbanização suportável” (CANO, 2011, p.5).

No entanto, com o problema da dívida externa, o corte de gastos públicos e o início dos processos de reestruturação da produção aos moldes da acumulação flexível (HARVEY, 1992), os anos 1980 mergulharam numa profunda crise econômica e social por meio da qual “os efeitos nocivos de nossa forma de crescer e de nossa urbanização se transmitiram a todo o território nacional” (CANO, 2011, p.1). Como resultado,

O Censo de 1991 mostra que a diferença entre a PEA total e a ocupada atingiu 3,2 milhões, cifra muito acima da verificada pelo Censo de 1980, no qual a não ocupação era de 964 mil pessoas. (...) além do aumento da desocupação aberta, também aumentou o desemprego oculto. A ‘válvula de escape’ foi, como de costume, o emprego terciário, que passou de 18,8 milhões em 1980 para 29,7 milhões em 1991, já dando mostras de precarização do mercado de trabalho e expansão da economia informal (CANO, 2011, p.11).

Segundo Cano (2011), essa situação tornou-se ainda mais crítica nos anos 1990, quando a abertura comercial e a valorização cambial debilitaram importantes segmentos da indústria nacional – em especial da paulista –, sobretudo nos setores automobilístico e eletrônico. Em consequência, a “diversificação industrial parou, com sua estrutura regredindo (...). Demos um passo atrás na evolução industrial, num período em que o capitalismo mundial acelerava sua reestruturação produtiva” (CANO, 2011, p.11).

Para equilibrar nosso balanço de pagamentos, sobrecarregado com as importações, o Estado apostou na exportação de *commodities* agrícolas, cuja produção foi favorecida pela expansão da fronteira agrícola para o Centro Oeste (CANO, 2011). As estratégias de escoamento desses produtos substituíram os antigos planos de desenvolvimento regional com a ascensão da política dos *Grandes Eixos* que, ao se preocuparem apenas com os pontos de origem e de destino, pouco ou nada fizeram em prol das regiões envolvidas que integravam (CANO, 2011, p.16). Nas palavras do autor,

Esse esvaziamento das políticas e dos recursos para o desenvolvimento regional deu azo à disseminação, junto à Academia e aos órgãos públicos que tratam da matéria, ‘novas e modernas’ idéias, como as de *poder local*, da *região* (ou cidade) *competitiva*, submetendo-se verdadeiros leilões de localização industrial promovidos por empresas de grande porte (geralmente transnacionais), transferindo dinheiro de pobres para milionários, e fomentando a localização pelo subsídio e pelo trabalho periférico ainda mais precarizado e barato (CANO, 2011, p.16).

Ainda que sem repercutir o mesmo crescimento econômico da industrialização fordista, os estudos de Caiado (1995 e 2003) e Caiado e Santos (2003, 2004 e 2006) indicam que a continuidade dos processos de desconcentração produtiva rumo ao interior de São Paulo consolidou uma tendência já observada desde o final do período anterior: a expansão da conurbação urbana em aglomerações urbanas metropolitanas ou não metropolitanas, concentrando parcela crescente da população. A ascensão dessas novas espacialidades na rede urbana paulista incidiu na crescente regionalização da divisão do trabalho no Estado e, por conseguinte, na supremacia dos movimentos migratórios de curta distância (BAENINGER, 1997).

Entretanto, a articulação dessas territorialidades tem de ser analisada vis-à-vis à hierarquia da rede de cidades (CAIADO e SANTOS, 2004). Isto é, sua emergência não ocorreu da mesma forma nas distintas regiões do Estado. Nas zonas de ocupação antiga e madura (Campinas, São Paulo, Jundiaí, Vale do Paraíba, Sorocaba – regiões que historicamente integram o eixo de desenvolvimento paulista), a interiorização do desenvolvimento tem levado a um crescimento negativo para os municípios-sede e positivo para as cidades do entorno (CAIADO, 1995). Esse fenômeno – denominado por alguns pesquisadores de ‘periferização da população’ – afetou diretamente na diversificação dos movimentos intraurbanos, na intensificação dos movimentos migratórios entre áreas periféricas e nos deslocamentos pendulares, conformando um espaço com grande tendência à formação de uma mancha urbana única (BAENINGER, 1997).

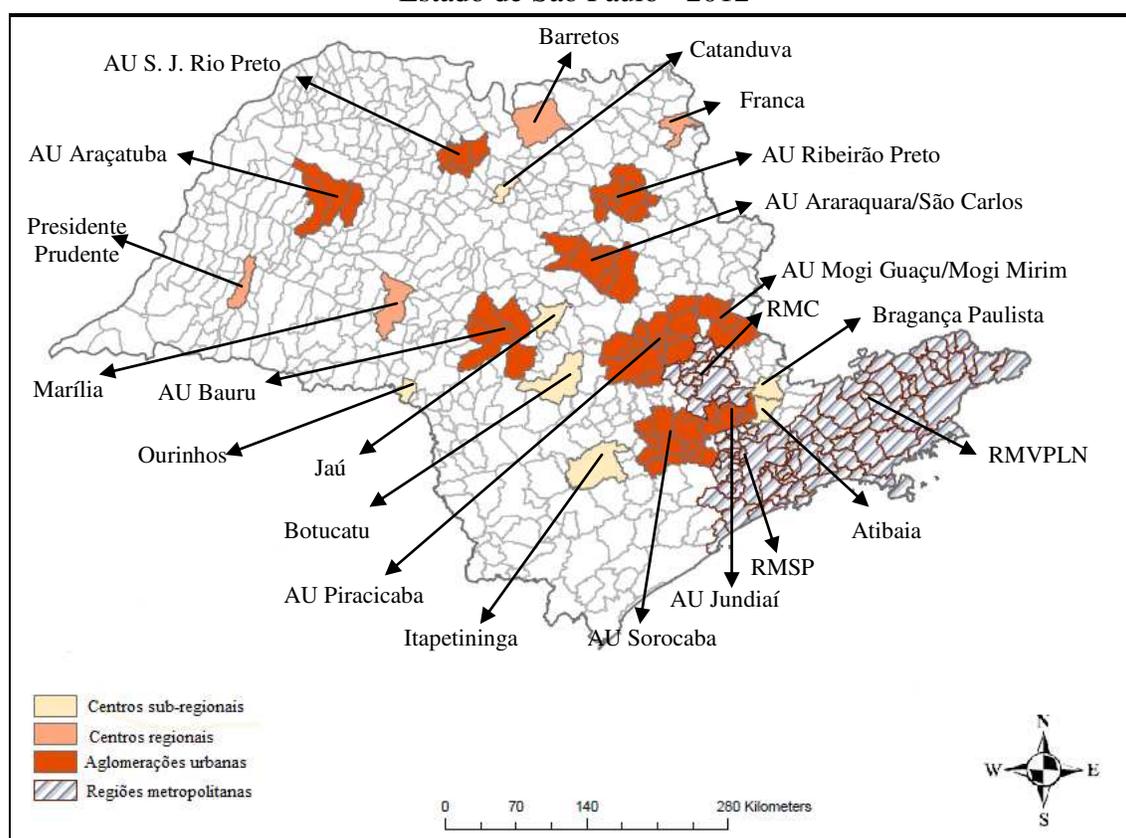
Por outro lado, no Oeste Paulista, a desconcentração produtiva (que apenas muito marginalmente beneficiou a região) reforçou a importância dos polos regionais – como o de São José do Rio Preto –, catalizadores da migração inter e intrarregional (BAENINGER, 2005). Ou seja, muitas das cidades dessa porção do Estado, que vinham perdendo população em décadas anteriores, permanecem como área de evasão demográfica em anos recentes. A diferença é que, com a interiorização do desenvolvimento, novos destinos migratórios despontaram no território estadual (CAIADO, 2004). Sobre a discrepância em termos dos efeitos da desconcentração produtiva na dinâmica populacional, a passagem abaixo é bastante ilustrativa:

De fato, o complexo conjunto de mudanças econômico-espaciais experimentados pelo interior paulista contribuiu para o fortalecimento das distintas economias regionais, favorecendo, por um lado, a dispersão populacional no Estado e, por outro, um rearranjo das formas de distribuição espacial da população no âmbito de cada região (...). Assim, a histórica rede urbana do interior redesenha-se em múltiplas formas (BAENINGER, 2005, p.93).

Para Caiado e Santos (2004), as novas espacialidades da rede urbana paulista refletem o caráter contraditório de nosso dinamismo econômico que, embora tenha produzido uma região formada principalmente por grandes cidades onde se concentram a indústria e os serviços mais complexos, também repercutiu na formação de espaços às

margens desses processos, nos quais se verifica a presença majoritária de pequenos municípios de atividade industrial reduzida e mercado urbano pouco diversificado (a distribuição dessas espacialidades são retratadas no Mapa 5). A depender das características de cada região, os autores assinalam diferenças importantes nas formas de interações espaciais, que podem ser predominantemente de subordinação (caso dos centros regionais que polarizam sozinhos os municípios de seu entorno) ou de complementaridade (caso das aglomerações urbanas do sudeste do Estado, onde os municípios dividem as funções polarizadas) (CAIADO e SANTOS, 2004).

Mapa 5
Rede urbana
Estado de São Paulo - 2012



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010; EMLASA/SEADE, 2011; Fundação SEADE disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/divpolitica>. Acesso em 19/09/12

A consolidação dessas novas espacialidades e de todos os processos de redistribuição espacial de população a elas associado combina-se, hoje em dia, com elementos que refletem a inserção internacional do Brasil no âmbito da reestruturação produtiva (BAENINGER, 2012; EMPLASA/SEADE, 2011). Com relação à hierarquia da rede urbana,

(...) nos anos recentes, os fenômenos de polarização vem experimentando recomposições importantes pela ação de processos globalizantes e/ou fragmentários. Estes processos estruturam redes de relações e interações funcionais entre centros urbanos de mesma escala ou de escalas distintas, tendendo a gerar polarizações múltiplas – algumas competitivas e outras complementares – que tornam os espaços regionais cada vez mais complexos e fluídos e, assim, capazes de se rearticularem com agilidades e segundo variáveis e dimensões diversas (EMPLASA/SEADE, 2011, p.18).

No plano do fenômeno migratório, o deslançar de processos mais antigos coexiste com outros arranjos das migrações, reflexos da nova ordem internacional (BAENINGER, 2012). Segundo a autora, apenas partindo de uma interpretação ampliada das migrações é que podemos entender, por exemplo, a situação da Grande São Paulo. Nos últimos anos, essa região tem apresentado volume imigratório cada vez menor, fato que pode ser associado à metropolização das capitais estaduais, as quais passaram a absorver pessoas que potencialmente migrariam para São Paulo (CUNHA e BAENINGER, 2007). Por outro lado, ao observamos as saídas de população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), temos volumes cada vez maiores o que, por sua vez, pode indicar o retorno de seus antigos imigrantes (CUNHA e BAENINGER, 2007). No entanto, se analisarmos as diferenças entre as entradas e saídas, a Grande São Paulo destaca-se pela alternância de saldos positivos e negativos (Tabela 19).

Tabela 19			
Saldo migratório anual			
Regiões Metropolitanas, Aglomerações e Principais Centros Urbanos do Estado de São Paulo			
1980/1991, 1991/2000 e 2000/2010			
Regiões Metropolitanas, Aglomerações e Centros	Saldos migratórios		
	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Total do Estado	53.352	147.443	47.265
Sub-Total Regiões Metropolitanas	-24.966	63.947	-1.757
RMSP	-24.966	24.399	-29.968
RMC	-	26.433	23.194
RMBS	-	13.115	5.017
Sub-Total Aglomerações Urbanas	50.625	60.366	40.014
AU Ribeirão Preto	5.880	5.765	7.284
AU São José do Rio Preto	5.810	7.098	3.408
AU Araraquara/São Carlo	4.636	4.208	3.159
AU São José dos Campos	7.875	7.124	4.839
AU Sorocaba	10.552	13.831	8.541
AU Bauru	3.259	3.266	625
AU Araçatuba	1.456	1.490	1.073
AU Jundiá	2.635	5.824	5.633
AU Mogi Guaçu/Mogi Mirim	1.611	2.622	553
AU Piracicaba	6.911	9.138	4.899
Sub-Total Principais Centros Urbanos	9.834	12.123	5.403
Atibaia	1.306	1.503	425
Barretos	772	131	262
Botucatu	1.085	822	988
Bragança Paulista	643	1.332	1.057
Catanduva	582	725	240
Franca	3.645	2.239	-37
Itapetininga	30	960	501
Jaú	517	1.052	1.028
Marília	1.160	2.008	456
Ourinhos	400	909	108
Presidente Prudente	-306	442	375

Fonte: Fundação Seade. Informação dos municípios paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso 14/1/13.

Observação: As aglomerações urbanas foram consideradas segundo sua divisão político-administrativa de 2009, contida em EMPLASA/SEADE, 2011.

Para Baeninger (2005 e 2012), a oscilação das trocas migratórias da RMSP diz respeito ao fato dessa região – e particularmente a cidade de São Paulo – ter se transformado em área de rotatividade para parcela significativa da população migrante. Tal situação é resultado da inserção dessa espacialidade na dinâmica internacional da reestruturação urbana. Ao criar um mercado de trabalho altamente competitivo e complexo, a nova etapa do desenvolvimento econômico da capital retém somente a menor parte dos

migrantes: os qualificados. De acordo com a autora, essa é a “condição pós-moderna” da metrópole paulistana, através da qual haverá, cada vez mais, excedente populacional sem perda de dinamismo econômico (BAENINGER, 2005, p.90).

Ao contrário do cenário registrado pela RMSP, as principais espacialidades da rede urbana do interior do Estado destacam-se por saldos migratórios positivos (com exceção do centro regional de Franca) (Tabela 19). Segundo Baeninger (2005), apesar da RMSP permanecer como o principal polo receptor da migração interestadual, o interior desponta como um importante espaço na absorção desses migrantes, em especial os advindos de Minas Gerais, Paraná e mesmo do Nordeste. A esse fluxo somam-se contingentes significativos vindos da própria Grande São Paulo. Esse contraste entre o desempenho da capital e do interior coloca, nas palavras da autora, um dos mais inquietantes desafios para os estudos migratórios: o fim do “paradigma explicativo da *emigração* como um dos efeitos sociais negativos do menor crescimento econômico e, sobretudo, da ausência de atividades industriais fortes” (BAENINGER, 2005, p.90).

Na relação migração/dinâmica econômica, as cidades mais prósperas (em termos de inserção no mercado regional, nacional e internacional) tendem a registrar maiores volumes de emigrantes, tanto na RMSP quanto no interior do Estado. Assim, os fatores de expulsão, para os migrantes de baixa renda, estariam nas áreas mais dinâmicas e os de atração nas de menor dinamismo (BAENINGER, 2005, p.90).

O arcabouço teórico acima exposto, analisado à luz da queda generalizada da fecundidade em São Paulo (Mapa 4; Tabela 15), nos permite entender o crescimento demográfico das principais espacialidades da rede urbana paulista (Tabela 20). Como é possível observar, pela primeira vez desde o início dos processos de industrialização, esse Estado cresceu abaixo da média brasileira, comportamento que reflete, em grande medida, o desempenho da RMSP.

Tabela 20
 População Total e Taxas Médias Anuais de Crescimento Demográfico
 Regiões Metropolitanas, Aglomerações e Principais Centros Urbanos do Estado de São Paulo
 1970/2010

Regiões Metropolitanas, Aglomerações e Centros	População										Taxa de Crescimento			
	1970		1980		1991		2000		2010		70/80	80/91	91/00	00/10
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%				
Total Brasil	93.134.846		119.011.052		146.825.475		169.799.170		190.755.799		2,48	1,93	1,63	1,17
Total do Estado	17.770.975	100,00	25.042.074	100,00	31.588.925	100,00	37.032.403	100,00	41.262.199	100,00	3,49	2,13	1,78	1,09
Sub-Total Regiões Metropolitanas	9.434.161	53,09	14.674.769	58,60	18.300.432	57,93	21.427.996	57,86	23.876.504	57,87	4,52	2,03	1,77	1,09
RMS	8.099.905	45,58	12.436.725	49,66	15.214.158	48,16	17.613.028	47,56	19.415.231	47,05	4,38	1,85	1,64	0,98
RMC	680.826	3,83	1.276.801	5,10	1.866.025	5,91	2.338.148	6,31	2.797.137	6,78	6,49	3,51	2,54	1,81
RMBS	653.430	3,68	961.243	3,84	1.220.249	3,86	1.476.820	3,99	1.664.136	4,03	3,94	2,19	2,14	1,20
Sub-Total Aglomerações Urbanas	2.871.279	16,16	4.240.391	16,93	5.821.279	18,43	7.036.530	19,00	8.066.962	19,55	3,98	2,92	2,13	1,38
Araçatuba	166.812	0,94	202.715	0,81	261.371	0,83	292.397	0,79	320.904	0,78	1,97	2,34	1,25	0,93
Araraquara/São Carlos	225.006	1,27	314.140	1,25	433.743	1,37	513.950	1,39	585.277	1,42	3,39	2,98	1,90	1,31
Bauru	201.533	1,13	282.311	1,13	380.741	1,21	450.788	1,22	493.458	1,20	3,43	2,76	1,89	0,91
Jundiaí	214.473	1,21	352.983	1,41	467.670	1,48	580.131	1,57	698.724	1,69	5,11	2,59	2,42	1,88
Mogi Guaçu/Moji Mirim	118.047	0,66	172.126	0,69	228.793	0,72	277.928	0,75	302.331	0,73	3,84	2,62	2,19	0,85
Piracicaba	456.955	2,57	650.472	2,60	875.505	2,77	1.056.877	2,85	1.192.218	2,89	3,59	2,74	2,11	1,21
Ribeirão Preto	301.442	1,70	444.771	1,78	619.064	1,96	734.756	1,98	877.002	2,13	3,97	3,05	1,92	1,79
São José do Rio Preto	157.102	0,88	232.703	0,93	345.128	1,09	439.186	1,19	502.494	1,22	4,01	3,65	2,71	1,36
São José dos Campos	647.405	3,64	998.633	3,99	1.352.239	4,28	1.597.581	4,31	1.807.636	4,38	4,43	2,79	1,87	1,24
Sorocaba	382.504	2,15	589.537	2,35	857.025	2,71	1.092.936	2,95	1.286.918	3,12	4,42	3,46	2,74	1,65
Sub-Total Principais Centros Urbanos	742.942	4,18	977.786	3,90	1.310.710	4,15	1.560.193	4,21	1.747.043	4,23	2,78	2,70	1,95	1,14
Atibaia	36.838	0,21	57.820	0,23	86.336	0,27	111.300	0,30	126.603	0,31	4,61	3,71	2,86	1,30
Barretos	65.574	0,37	72.768	0,29	95.414	0,30	103.913	0,28	112.101	0,27	1,05	2,49	0,95	0,76
Botucatu	51.954	0,29	64.545	0,26	90.761	0,29	108.306	0,29	127.328	0,31	2,19	3,15	1,98	1,63
Bragança Paulista	63.676	0,36	84.050	0,34	108.980	0,34	125.031	0,34	146.744	0,36	2,81	2,39	1,54	1,61
Catanduva	58.251	0,33	72.865	0,29	93.317	0,30	105.847	0,29	112.820	0,27	2,26	2,27	1,41	0,64
Franca	93.638	0,53	148.990	0,59	233.098	0,74	287.737	0,78	318.640	0,77	4,75	4,15	2,37	1,03
Itapetininga	63.606	0,36	84.381	0,34	105.132	0,33	125.559	0,34	144.377	0,35	2,87	2,02	1,99	1,41
Jaú	56.301	0,32	74.012	0,30	94.116	0,30	112.104	0,30	131.040	0,32	2,77	2,21	1,96	1,57
Marília	98.176	0,55	121.768	0,49	161.149	0,51	197.342	0,53	216.745	0,53	2,18	2,58	2,28	0,94
Ourinhos	49.221	0,28	59.738	0,24	76.923	0,24	93.868	0,25	103.035	0,25	1,96	2,33	2,24	0,94
Presidente Prudente	105.707	0,59	136.849	0,55	165.484	0,52	189.186	0,51	207.610	0,50	2,62	1,74	1,50	0,93
Sub-Total Restante do Estado	4.682.793	26,35	4.997.108	19,95	5.925.721	18,76	6.742.009	18,21	7.302.946	17,70	0,65	1,56	1,44	0,80

Fonte: Adaptado de CAIADO, 2004 com base nas informações contidas em EMPLASA/SEADE, 2011 e IBGE, Censos Demográfico 2010.

Observação: As aglomerações urbanas foram consideradas segundo sua divisão político-administrativa de 2009, contida em EMPLASA/SEADE, 2011.

Na hipótese defendida por Baeninger (2012), a nova fase de acumulação capitalista, ao pressupor uma intensa mobilidade do capital e da força de trabalho, desencadeia uma nova configuração dos processos internos de redistribuição populacional: a rotatividade migratória. A autora não utiliza o conceito de circulação de população pelo fato de nossas fontes de informação não possibilitarem identificar se os que entram são os mesmos que saem, “compondo, de fato, um movimento circular” (BAENINGER, 2012, p.51). Além do mais, em suas origens teóricas, a circulação de pessoas remete a “um excedente populacional com origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino”, cujas causas relacionam-se a mudanças na estrutura fundiária (BAENINGER, 2012, p.81). Ao contrário, no aporte de Baeninger (2012), rotatividade trata-se de um fenômeno eminentemente urbano, reflexo em nível nacional de mudanças globais. Sua intensidade é proporcional à inserção de seus espaços à economia internacional e, portanto, à fluidez do capital.

2.3.1. As relações rurais/urbanas e a reestruturação produtiva: a inserção do Oeste Paulista

A nova inserção internacional do Brasil não repercutiu apenas em mudanças em suas feições urbanas (CAIADO e SANTOS, 2004) ou nos processos internos de redistribuição de população que tem como palco esses espaços (BAENINGER, 2012). Também o rural tem sofrido alterações significativas, as quais podem, grosso modo, ser analisadas segundo duas perspectivas diferentes. Por um lado, a internacionalização econômica incide no “estabelecimento de uma agricultura orientada para a exportação por meio de investimentos estrangeiros” (BAENINGER, 2012, p.79). Essa situação tem repercutido na expansão das *commodities* (CANO, 2011), com transformações importantes na dinâmica econômica, social e demográfica dos espaços envolvidos. Por outro lado,

O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo

que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estrutura etc. assumem crescente importância (HARVEY, 1992, p.265).

Nesse outro contexto, as tradições, amenidades e recursos naturais partilhados pelos espaços rurais de determinadas regiões são mercantilizados, reproduzidos e vendidos “como imagem, como um simulacro” (HARVEY, 1992, p.273). Essa tendência tem feito com que os espaços rurais imersos em regiões densamente povoadas passem a ser explorados para turismo, como lugar de segunda residência ou para a produção voltada para nichos de mercado relacionados às demandas das classes média e alta dos grandes centros urbanos (SILVA, 1999).

Dessa forma, a nova fase de acumulação capitalista tem reforçado a heterogeneidade do rural paulista, demarcando a existência de pelo menos dois tipos bem específicos de espaços rurais. Temos, assim, o novo rural de Silva (1999) – beneficiado pelo processo de industrialização fordista e atingido pelos efeitos propulsores da modernização agrícola desse período – e o outro rural do Oeste Paulista, de ocupação capitalista tardia, afetado apenas pelos efeitos de estagnação da modernização agrícola da era fordista.

Enquanto no primeiro o aumento da produtividade agrícola gerou divisas drenadas pelas cidades do entorno, onde se desenvolveu um processo de industrialização voltado para dentro (NEGRI, CANO e GONÇALVES, 1988), no segundo, o fortalecimento do agronegócio financiado pelo capital internacional tem desencadeado, em nível local, “mecanismos de desencaixe” (GIDDENS, 1991 *apud* BAENINGER, 2012, p.63) por meio dos quais a produção, agora orientada pelas demandas globais, não mais consideram “as necessidades internas da cidade”. Nesse novo contexto, não verificamos mais – ou pelo menos não da mesma maneira de antes – a transferência de capitais gerados pelas atividades agrícolas para os setores secundário e terciário do urbano.

Consideramos que esse fenômeno tem dado novos contornos às relações rurais/urbanas que, embora não sejam de caráter dicotômico, passam a refletir os efeitos desconexos partilhados pela dinâmica econômica desses dois espaços: enquanto o rural abre-se cada vez mais às demandas internacionais, seus espaços urbanos voltam-se ao suprimento de bens e serviços elementares à população local. Para usar os termos de Cano (2011), esse desencaixe pode ser visto como a consequência *espúria* da modernização

agrícola nos marcos da reestruturação produtiva que, ao não ter suas divisas absorvidas pelos centros urbanos regionais, restringe a integração dos mercados rurais/urbanos e, portanto, o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista demográfico, cada um desses espaços rurais apresenta processos de redistribuição de população que também lhes são específicos. No rural das “novas” atividades agrícolas de Silva (1999), registramos a entrada de novos moradores, em sua maioria profissionais liberais urbanos e aposentados em busca de amenidades e lazer (WANDERLEY, 2000). Já no “outro” rural do Oeste Paulista, os novos habitantes são de outro tipo: trabalhadores temporários vindos de outros Estados para atuar no corte da cana ou na colheita da laranja (SILVA, 1998; OLIVEIRA, 2012). Além disso, se os movimentos pendulares e a ‘periferização’ da população (BAEINGER, 1997) são a marca distintiva do rural produto da industrialização fordista, no rural das *commodities* internacionais do século XXI, as recentes transformações na estrutura produtiva têm colaborado na constituição de uma força de trabalho excedente móvel (BAENINGER, 2012), que ora se emprega nos serviços urbanos, ora nas atividades agrícolas, compondo um movimento que se enquadra melhor ao conceito de circularidade migratória exposto por Baeninger (2012), apesar de nossas fontes de informações não permitirem afirmar que as pessoas que entram são as mesmas que saem.

Acreditamos, no entanto, que essa circularidade de pessoas adquire contornos peculiares na RG de Jales. Por tratar-se de uma região de ocupação tardia, fundamentada na pequena propriedade, são as mudanças em sua própria estrutura fundiária as responsáveis pela formação de uma força de trabalho excedente que – diante do aprofundamento dos processos de reestruturação urbana e o esgotamento das fronteiras agrícolas – circula por entre os próprios espaços regionais, sejam eles rurais ou urbanos, compondo um movimento a que chamaremos de circularidade migratória regional.

A discussão mais aprofundada dos processos históricos acima descritos é objeto de estudo do capítulo a seguir. Contudo, antes de passarmos a ele, é importante considerar que nenhum dos dois rurais acima expostos encaixa-se às relações campo/cidade, tal como teorizadas nos aportes clássicos (SINGER, 1968, 1973, 1980; CASTELLS, 1983). Pensar o rural apenas como produtor de bens primários, cujo excedente é apropriado pelo urbano, não é suficiente na atualidade. Do mesmo modo, o tradicional homem do campo também se

encontra em vias de extinção em São Paulo. Todavia, isso ocorre simultaneamente à incorporação de novos habitantes (WANDERELY, 2000). Mesmo seus moradores mais antigos passam a partilhar de visões de mundo e hábitos de consumo completamente diversos do passado (FAVARETO, 2007b).

Nesse sentido, assistimos, hoje em dia, a um deslocamento da oposição campo/cidade para a contradição rural/urbana. Nas palavras de Favareto (2007b, p.184):

Enquanto a primeira diz respeito ao contraste entre espaços, sendo os campos o lugar de realização de atividades predominantemente primárias, destacadamente a agricultura, na segunda, o estatuto fundante da distinção desloca-se para o grau de artificialização desses espaços e seus impactos para os modos de vida, exigindo assim uma abordagem capaz de combinar critérios ecológicos com outros de caráter social e econômico. O rural mostra-se não mais como uma categoria passível de ser apreendida em termos setoriais, e sim territoriais.

CAPÍTULO III

As transformações na ruralidade paulista e a RG de Jales: entre o local e o global

3.1. O processo de modernização agrícola conservadora e a heterogeneidade do rural paulista

A distinção que colocamos entre o rural das “novas” atividades agrícolas de Silva (1999) e o rural das *commodities* do século XXI não é, de modo algum, estanque. Mesmo na RG de Jales assistimos a uma ressignificação dos espaços rurais através da valorização de seus atributos naturais, explorados para fins turísticos. O fato de vários municípios dessa região serem banhados pelos rios Paraná e Grande contribui sobremaneira para esse processo. Contudo, acreditamos que a porção sudeste de São Paulo – onde se concentram os grandes centros urbanos e o grupo de consumidores de média e alta renda aos quais essas atividades estão atreladas – apresenta melhores condições históricas de desenvolvimento de uma nova visão de rural. Ao contrário, no Oeste Paulista – formado principalmente por pequenos municípios cuja sobrevivência depende amplamente da produção agrícola tradicional – tal processo de ressignificação restringe-se, em linhas gerais, às iniciativas do poder público. Nesse território, o novo rural de Silva (1999) perde espaço para o “outro” rural imposto pela expansão das *commodities* atrelada às necessidades do mercado internacional.

As diferenças entre esses dois rurais podem ser explicadas pelas possibilidades históricas de cada região na acumulação de capitais, de desenvolvimento das forças produtivas e de mercantilização de suas relações econômicas (TARTAGLIA e OLIVERIA, 1988). Enquanto os territórios de ocupação madura e antiga – que contaram com um histórico de divisas geradas principalmente pela cafeicultura – apresentam maiores possibilidades de acumulação, progresso técnico, capitalização e desenvolvimento de novos segmentos de mercado e novas formas de consumo, os espaços de ocupação tardia compõem, ainda hoje, a região cujo rural é o menos mecanizado e capitalizado do Estado (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 1988).

Segundo esses autores, essa divisão socioespacial do trabalho rural em São Paulo tem seus pressupostos colocados ainda no começo do século XX, quando a crescente industrialização exigia, por um lado, maior produção de alimentos e, por outro, incremento das exportações de bens primários para o financiamento desse processo. Para Tartaglia e Oliveira (1988), essa dupla função da agricultura paulista foi organizada espacialmente: as regiões mais antigas especializavam-se na agricultura de exportação, ao passo que as mais novas voltavam-se à produção de alimentos para abastecimento interno.

Portanto, da mesma forma que o urbano, o momento histórico no qual ocorreu a estruturação de cada região condicionou certas potencialidades de desenvolvimento rural, as quais, já em 1920, apresentavam-se bem definidas. A essa época, enquanto nas zonas de ocupação antiga (litoral e Grande São Paulo) a urbanização crescente e a baixa fertilidade do solo acabaram por reduzir a atividade agrícola à produção de frutas e hortaliças, nas zonas de ocupação madura (Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba), a crise do café abria portas para outras culturas exportáveis, como o algodão, a cana e, mais tarde, a laranja. Por sua vez, no Oeste Pioneiro (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente), inicia-se um processo de ocupação baseada na pequena propriedade familiar, com baixos níveis de capitalização e voltado principalmente à produção de alimentos para consumo interno (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 1988).

Haja vista essa bem estabelecida divisão socioespacial do trabalho rural, a modernização agrícola de meados do século passado ocorreu de maneira mais completa nos espaços previamente capitalizados, beneficiando desproporcionalmente as atividades desenvolvidas nesse âmbito (MARTINE e GARCIA, 1987; KAGEYAMA). Segundo essa autora, a persistência de um padrão desigual de desenvolvimento agrícola alude à heterogeneidade estrutural inerente à evolução histórica de cada região e às suas formas particulares de inserção no circuito capitalista. Ainda que os resultados da chamada “industrialização do processo de produção da agricultura” (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 1988) sejam os mesmos, o ritmo e a intensidade com que eles ocorreram nas diversas regiões do Estado foram completamente diversos. Nas palavras de Kageyama (1987, p.102):

(...) dada a desigualdade na origem (...), apesar do ritmo mais acelerado de incorporação do progresso técnico – sempre em termos relativos – as regiões

mais “atrasadas” não conseguiram elevar proporcionalmente os níveis de produtividade, alargando as desigualdades regionais desse ponto de vista. (...) o esforço “mais que proporcional” das regiões periféricas não foi suficiente nem para elevar sua participação no produto agrícola nem para reduzir os contrastes regionais de produtividades. É como se a base capitalista, isto é, a base geral da acumulação em São Paulo tivesse propiciado, ao se desencadear o processo de modernização agrícola, maior capacidade de “ressonância” dos efeitos desse processo, em comparação com as regiões onde tal base era ainda restrita.

A autora ainda continua:

(...) existe um fator de ordem geral, relacionado com a própria base capitalista – e capacidade de acumulação – da agricultura das regiões mais desenvolvidas, resultado de um processo histórico de longo prazo, que confere a essas regiões um dinamismo intrínseco que não pode ser dissecado por meio de simples indicadores tecnológicos (KAGEYAMA, 1987, p.108-109).

Além dos maiores incentivos públicos dirigidos ao financiamento e à comercialização da agricultura de exportação, a expansão desses produtos contou também com um contexto internacional favorável (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 1988). Os efeitos da Revolução Cubana e as diversas crises do petróleo dos anos 1970 levaram ao surpreendente crescimento da produção de cana-de-açúcar no período. Merecem destaque ainda os bons preços da carne e do suco de laranja concentrado, fato que – principalmente a partir de 1980 – impulsionou a pecuária e os laranjais no interior do Estado (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 1988).

Ao analisar os efeitos sociais da modernização agrícola brasileira, Wanderley (2011) e Martine e Garcia (1987) identificam alguns pontos de saturação nesse projeto. A baixa capitalização de algumas regiões, a extrema concentração fundiária, os problemas de segurança alimentar – resultado da queda na produção de alimentos – e o uso indiscriminado de agrotóxicos e outros insumos industriais estão entre os principais deles.

Martine e Garcia (1987) dão especial destaque à diminuição da produção de gêneros alimentícios, fenômeno cuja contrapartida imediata foi o aumento do preço desses produtos a níveis acima da inflação, problema particularmente grave para as classes baixas, principalmente depois da crise econômica da década de 1980. Segundo esses autores, a

despeito do mais elevado grau de urbanização exigir uma produção superior de alimentos, esse aspecto não foi considerado pelo projeto brasileiro de modernização agrícola conservadora. “Como resultado, depois de vinte anos de políticas em prol da agricultura ‘dinâmica’, a disponibilidade de alimentos básicos não acompanha o crescimento da população” (MARTINE e GARCIA, 1987). Ao não prever incentivos à produção desses artigos, tradicionalmente cultivados em pequenas propriedades, Martine e Garcia (1987, p.88) consideram que esse modelo de desenvolvimento reforçou a divisão do trabalho rural segundo o tamanho dos estabelecimentos, por meio do qual

(...) os produtores capitalistas com maior acesso à terra, crédito e tecnologia produzem basicamente para o mercado externo, ou em função dos preços tomados no mercado externo, e os pequenos produtores respondem pela alimentação básica das grandes massas urbanas. Enquanto os preços da agricultura dinâmica têm sido garantidos pelo mercado externo e pelos reajustes cambiais, os preços dos produtos básicos, a nível dos produtores, têm se mantido relativamente baixos.

Essa situação foi agravada com a reestruturação produtiva dos anos 1980 e o grande incremento na produção de *commodities* existente desde então, fenômenos responsáveis por provocar “o virtual fechamento da fronteira para os pequenos produtores”, resultante do domínio exercido pelas grandes empresas agrícolas sobre as novas áreas (MARTINE e GARCIA, 1987). Para Wanderley (2011), esse foi o momento no qual os conflitos sociais no campo e as questões fundiárias decorrentes de nosso modelo produtivista de modernização agrícola ascendem à cena pública. De acordo com a autora, a luta pela terra chegou a tal ponto que, durante esse período, não houvera um único Estado da Federação onde não tenha sido registrada a resistência dos trabalhadores rurais em deixar as terras onde viviam, sejam eles posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores.

Diante de todos os ônus do projeto de modernização agrícola vigente no Brasil, Martine (1987, p.10) expõe:

Atualmente, o modelo tecnológico mundial está em crise e, pelos menos no Brasil, o custo social das mudanças ocorridas agudiza o questionamento das suas vantagens econômicas. Sem dúvida, a produção e a produtividade aumentaram,

mas não ao ritmo esperado. A agroindústria se expandiu rapidamente, mas a produção *per capita* de alimentos básicos é menor do que no início da modernização (...). O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto, o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades. Em suma, as transformações rápidas e complexas da produção agrícola provocaram resultados sociais igualmente intrincados e abrangentes (MARTINE, 1987, p.10).

3.2. O “outro” rural do Oeste Paulista: do agrário ao território da produção internacional de *commodities*

O último quartel do século XX marcou novos questionamentos aos estudos rurais, nos quais as discussões em torno da crise do modelo produtivista ocupavam apenas parte do debate. De um lado, os teóricos da urbanização completa – dentre os quais Favareto (2007b) destaca Lefebvre – preconizavam o fim da especificidade rural mediante o movimento envolvente da sociedade urbana. Do lado extremo, Kayser (1972 *apud* FAVARETO, 2007b), apoiando-se na evidência empírica de crescimento demográfico de algumas regiões europeias e americanas, apontava o renascimento dos espaços rurais, agora integrados de forma completar à dinâmica das cidades.

Ao discutir essas duas versões, Veiga (2005 *apud* FAVARETO, 2007b, p.181) oferece uma terceira explicação: “as mudanças por que vem passando o rural contemporâneo não dão lugar nem ao fim do rural, como em Lefebvre, nem a um renascimento, como em Kayser, mas diferente de ambos, ensejam a emergência de uma nova ruralidade”. Na mesma linha de raciocínio, Wanderley (2000, p.128) exprime “uma outra leitura das semelhanças e aproximações entre o meio rural e o meio urbano” que supere as formas tradicionais da dicotomia campo/cidade, definidas a partir de uma visão setorial da relação.

Segundo a autora, a despeito dos levantamentos censitários de grande parte dos países industrializados estimarem a redução absoluta das populações rurais tradicionais – aquelas cuja sobrevivência depende basicamente da produção de bens primários –, esse decréscimo ocorre ao mesmo tempo em que outros habitantes são incorporados nesses espaços, atores sociais responsáveis por conferir uma nova dinâmica e sentido ao rural

contemporâneo. Assim, Wanderley (2000) salienta a necessidade de apreendermos o rural como um produto histórico.

Em sua análise, a autora privilegia os espaços rurais em sua multiplicidade de formas e relações com o mundo urbano e o conjunto da sociedade. Nos seus próprios termos, a atualidade “redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar da agricultura na sociedade, à importância social cultural e política da sociedade local” (WANDERLEY, 2000, p.89). Portanto, o rural permanece como “uma categoria do mundo social (...). Por ela, é possível compreender a sociedade, classificar e distinguir as pessoas e as coisas e construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo” (WANDERLEY, 2000, p.130).

Wanderley (2000) discrimina dois processos principais responsáveis por redefinir a ruralidade contemporânea: a incorporação de novos habitantes nos espaços rurais e as políticas voltadas ao desenvolvimento local/territorial. Com relação ao primeiro fenômeno, a autora menciona, sobretudo, profissionais liberais e idosos em busca de amenidades e lazer, agentes de um processo de redefinição do rural reforçado pela “crise do modo de vida urbano” que, cada vez mais, faz com que o rural seja visto “como um bem coletivo, (...) lugar de moradia de boa qualidade” (WANDERLEY, 2000, p.100). Face a essas novas demandas, o rural deixa de ser o lugar exclusivo da produção para se tornar também um espaço de consumo, voltado “principalmente para as atividades relacionadas às funções de *residência e de lazer*, que vão desde as formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes e temporárias” (WANDERLEY, 2000, p.100).

No tocante às políticas de promoção do desenvolvimento local, a autora considera que a pressão pelo uso sustentável dos recursos naturais, bem como a urgência de se combater a pobreza rural – cuja incidência mesmo entre os países desenvolvidos é superior à urbana –, levou a um reordenamento institucional, organizado agora no

(...) reconhecimento político da necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional, dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, por meio da valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território, sejam eles ou não associados às atividades agrícolas. Seus objetivos são definidos em torno de três princípios: aproveitar as oportunidades econômicas, assegurar o bem estar das populações rurais e

salvaguardar o patrimônio sociocultural das regiões rurais (WANDERLEY, 2000, p.116).

Essa nova abordagem do desenvolvimento rural escamoteia a questão da produtividade para prezar por “um território e uma sociedade que devem imperiosamente viver tanto quanto produzir” (WANDERLEY, 2000, p.116). Assim, são alvos desses programas os espaços rurais onde, a despeito da baixa produtividade agrícola e da insatisfatória remuneração do agricultor, se identifica “a sobrevivência a longo prazo de certas funções ambientais valorizadas pelas sociedades” (WANDERLEY, 2000, p.117). A valorização da identidade local funciona, desse modo, como um alicerce a um novo projeto para o rural. Nesse contexto, a autora afirma ser cada vez mais frequente o desenvolvimento rural se dar por conta da exploração das “potencialidades de cada local, oferecendo à clientela produtos cuja qualidade é reconhecida e procurada, precisamente, pela vinculação que possui com a própria localidade” (WANDERLEY, 2000, p.119).

Além dos processos discriminados por Wanderley (2000), Abramovay (2000) também destaca a centralidade da evolução dos meios de comunicação na desconstrução do isolamento característico da vida rural pretérita. Segundo o autor,

Viver no campo não é mais pertencer a um ‘povoado comunitário’ (...) com tudo o que isso comportava em termos de regras compartilhadas, de restrições coletivas, de memória comum e também de fechamento na lei de grupo. Agora existe uma mobilidade cotidiana, um rápido trânsito entre residência, trabalho, lazer, compras que permite o acesso a infra-estrutura e a serviços básicos da vida contemporânea (ABRAMOVAY, 2000, p.11-12).

Para Favareto (2007a, p.31), a maior integração entre esses mercados, bem como a emergência de instituições preocupadas com a regulamentação das formas de uso e ocupação dos espaços rurais representam, “na verdade, a intensificação da longa evolução de um processo de racionalização do mundo rural”. Em uma perspectiva weberiana, o autor expõe a hipótese segundo a qual esse fenômeno envolve um crescente desencantamento das visões de mundo responsável por solapar as bases teóricas da ruralidade pretérita (FAVARETO, 2007a). A intensificação do processo de racionalização e desencantamento da vida rural na contemporaneidade corresponde, portanto, a “um *dépassement* do

paradigma clássico de explicação do desenvolvimento rural”, cujo fundamento básico remetia a “uma visão eminentemente agrária e tradicional” (FAVARETO, 2007a, p.169). Como a passagem a seguir reforça,

(...) nas raízes clássicas da teoria social, as possibilidades de compreensão dos fenômenos sociais se consolidaram, destacadamente, a partir de dois registros. Um, de viés econômico, onde as estruturas determinantes de desenvolvimento rural estão assentadas nos caracteres agrários destas sociedades. E outro, de viés cultural, no qual a tradição e a oposição comunidade-sociedade é que adquire estatuto fundante em tais processos. [Entretanto] (...), as bases sociais destes dois pilares foram solapados com as mudanças na vida rural nas últimas décadas, esvaziando seu conteúdo explicativo (FAVARETO, 2007a, p.178).

O aprofundamento dessa visão de mundo ‘desencantada’ decorre de uma série de transformações da vida social, dentre as quais Favareto (2007a, p.184) destaca

(...) uma crescente monetarização da vida econômica local, com tudo o que isso tem de correspondente em termos de introdução do cálculo e de impessoalidade; o acesso crescente a tecnologias como a meteorologia, que serviu para, no mínimo, dividir com o religioso as explicações sobre as manifestações do mundo natural; e a existência de conflitos e relações de dominação, cuja metabolização e encaminhamento por parte destas populações só poderia se dar no plano da religião ou da política.

O autor reforça ainda a influência da própria Revolução Verde nesse deslocamento do “sentido do mundo” que, por exigir maior domínio técnico sobre o tradicional trabalho rural, limitou o alcance dos “conhecimentos transmitidos de pai para filho” (FAVARETO, 2007a, p.185). À luz de tamanhas mudanças, o autor acredita que, de fato, nos dias de hoje,

(...) o rural adquire um novo sentido, pois passa a ser um lugar onde é possível uma vida crescentemente conduzida e onde os conteúdos sociais que informam as estruturas cognitivas e os espaços dessa interação não obedecem mais aos signos de isolamento e das raízes agrárias, mas sim de uma maior aproximação entre o rural e o urbano, entre a natureza e sociedade (FAVARETO, 2007a, p.194).

A ruralidade contemporânea não encerra apenas uma alteração de suas bases teóricas. Também do ponto de vista empírico as instâncias definidoras de rural apresentam mudanças significativas. A incorporação dos novos habitantes acima descrita tem repercussão direta na economia desses espaços e no perfil demográfico de suas populações (FAVARETO, 2007a). Essas mudanças em nível empírico e teórico consolidam, de uma vez por todas, o fim de um tipo específico de rural no qual os aspectos agrários e setoriais ocupavam o centro do debate. Em outras palavras:

(...) os processos sociais subjacente àquilo que a literatura das ciências sociais aplicadas vem chamando por nova ruralidade trouxeram consigo uma erosão das bases empíricas que estavam na raiz do paradigma clássico de explicação do desenvolvimento rural (...). A relação entre sociedade e natureza, que encerra um primeiro traço distintivo da ruralidade, é objeto de um deslocamento em que as formas de uso social dos recursos naturais passam do privilégio da produção de bens primários a uma multiplicidade de possibilidades em que se destacam aquelas relativas à valorização e ao aproveitamento das amenidades naturais, à conservação da biodiversidade e à utilização de fontes renováveis de energia. As relações de proximidade, segundo traço distintivo da ruralidade, também são alvo de um deslocamento: a relativa homogeneidade que marcava os espaços rurais dá lugar a uma crescente heterogeneização e um certo esgarçamento dos laços de solidariedade que eram a marca da ruralidade pretérita. A relação com as cidades, último traço distinto, deixa de se basear na exportação de produtos primários para dar origem a tramas territoriais complexas e multifacetadas, com diferentes mecanismos de composição entre os dois polos, agora baseados em novas formas de integração entre os mercados de trabalho, de produtos físicos e serviços e de bens simbólicos. De exportadora de recursos como bens materiais e trabalho, os territórios rurais passam a ser atrativos de novas populações e de rendas urbanas. Em suma, desaparece todo o sentido em tratar o rural exclusivamente como o oposto do urbano, em proclamar seu desaparecimento, ou em resumi-lo a apenas uma de suas dimensões: o agrário (FAVARETO, 2007b, p.184-185).

O abandono aos pressupostos setoriais nos leva a uma abordagem territorial de rural, a uma análise cuja “escala necessariamente remete ao conceito de região e que obriga o seu reexame” (FAVARETO, 2007a, p.30). A partir de uma perspectiva histórico-estrutural, Abramovay (2000, p.22) considera que o território,

(...) mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização completa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

O autor ainda continua:

(...) [territórios] não são entidades dadas, de uma vez por todas, por qualquer tipo de mão mágica ou de dotação natural. Eles são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir (ABRAMOVAY, 2000, p.22).

De forma semelhante ao pensamento de Abramovay (2000), Favareto (2007a) declara que as características intrínsecas a cada território definem certas possibilidades de desenvolvimento rural. Segundo o autor, o conceito de desenvolvimento tem de ser entendido sob um aspecto não normativo, isto é, devemos tratá-lo “não como um desejo, utopia ou ilusão, pelos conteúdos expressos num ‘dever ser’ (...), mas sim como evolução de configurações determinadas, analisando as interdependências entre estruturas sociais, meio ambiente e instituições” (FAVARETO, 2007a, p.158). O autor distingue, assim, três fatores essenciais a serem considerados nos estudos sobre desenvolvimento rural: o dinamismo gerado a partir da vitalidade dos espaços urbanos próximos; a incidência de políticas sociais; e um dinamismo próprio de determinados espaços rurais, cuja explicação remete às características históricas de cada território. Dessa forma, Favareto (2007a, p.193) encara a emergência da nova ruralidade como uma possibilidade histórica que

(...) não foi resultado exclusivo da introdução unilateral ou exógena de nenhuma norma ou sanção, mas sim da evolução destas configurações historicamente determinadas, em cuja trajetória houve um crescente processo de racionalização, permitindo que, nestes termos mesmo, a um só tempo ecológicos, históricos e

racionais, se constituíssem as estruturas sociais e as instituições necessárias para tanto.

A diversificação em termos econômicos e sociais dos espaços rurais não se trata, portanto, de um processo linear, nem tampouco tem contribuído à sua homogeneização crescente. Ao contrário, a heterogeneidade é uma marca candente da nova ruralidade (FAVARETO, 2007a). Prova disso é o caso da América Latina. Nesses países, tradicionais exportadores de bens primários, o processo de ressignificação do rural tem oportunidades de desenvolvimento muito mais restritas e fragmentárias que as partilhadas pelas nações capitalistas centrais. Embora alguns de nossos territórios rurais tenham conseguido fazê-lo, entre nós, as possibilidades de um novo projeto de desenvolvimento rural foram seriamente debilitadas com a Década Perdida, a crise da dívida externa dos anos 1980, os ajustes estruturais que levaram ao abandono das políticas específicas de desenvolvimento e ao incremento das exportações de *commodities* (FAVARETO, 2007a).

Diante de tamanhas adversidades, ao falar do novo rural brasileiro, Silva (1999) destaca a necessidade de levarmos em consideração quatro subconjuntos: o *agrobusiness*; uma agricultura de base rudimentar (os ‘sem-sem’, como o autor convencionou chamar); o rural das atividades não-agrícolas ligadas à moradia, lazer, indústria e à prestação de serviços; e, por fim, as “novas” atividades agrícolas, localizadas em nichos específicos de mercado, como a piscicultura, a criação de animais exóticos, a produção de legumes e verduras integrada às redes de supermercado e *fast-food*, cultivo de flores e mudas ornamentais, fruticultura de mesa, etc. Embora o novo rural teorizado por Silva (1999) seja mais amplo, ao referirmos a ele temos a intenção de destacar a importância desses dois últimos grupos por compreenderem dinâmicas que, efetivamente, são inéditas.

Silva (1999) usa o termo “novas” entre aspas pelo fato dessas atividades serem, em verdade, seculares no país. No entanto, até há pouco tempo, não representavam valor econômico. “Eram atividades de ‘fundo de quintal’ ou *hobbies* pessoais que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda em anos recentes” (SILVA, 1999, p.91). Embora antigas, em décadas passadas, elas tinham “apenas valor de uso e não valor de troca” (SILVA, 1999, p.101). Todavia, o acirramento da competição capitalista fez surgir novos hábitos de consumo, segmentos de mercado inteiramente novos (HARVEY, 1992). Esse fenômeno repercutiu na formação de outros espaços de reprodução do capital

no meio rural brasileiro, articulados a partir da associação entre rural e meio ambiente, da valorização das paisagens e costumes locais (SILVA, 1999). Nos termos desse autor: “É como se houvesse uma busca incessante dos capitais no sentido de converter em mercadorias todos os valores de uso, o que leva à criação de novos mercados e novas necessidades” (SILVA, 1999, p.101). Ou seja, a despeito de seculares, essas atividades

(...) foram recriadas não apenas com nova roupagem, mas também com conteúdo novo: são, no fundo, serviços pessoais e auxiliares da produção que foram agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos no longo caminho que hoje vai do produtor rural ao consumidor final (SILVA, 1999, p. 101).

De acordo com Silva (1999), apenas levando-se em consideração a emergência desse novo rural que conseguimos compreender a evolução do emprego no setor primário ao longo dos anos 1990 em São Paulo que, apesar de toda mecanização, manteve-se relativamente estável. Para o autor, as “novas” atividades agrícolas constituíram, em muitos casos, a “salvação da lavoura” face à crise da agricultura brasileira da última década do século XX, período

(...) marcado pelo “desmanche” dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito agropecuário) promovido pelo governo Collor, juntamente com a significativa queda nos recursos (gastos) públicos destinados à agricultura (infra-estrutura, pesquisa agropecuária, assistência técnica, etc.). Além disso, houve uma abrupta abertura comercial, que trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, na maioria das vezes impossibilitada de competir com produtos internacionais fortemente subsidiados nos seus países de origem (SILVA, 1999, p.79-80).

De fato, parte do rural paulista conseguiu compensar o mau desempenho das atividades agrícolas tradicionais com a produção para novos nichos de mercado. Esse é o caso principalmente das regiões rurais próximas aos espaços metropolitanos e de aglomerações urbanas do sudeste (PINTO, 2006). Nesses contextos, o dinamismo gerado pela vitalidade das grandes cidades do entorno criou as condições necessárias ao processo de resignificação do rural descritos por Wanderley (2000). Mesmo Silva (1999) reconhece

que a diversificação econômica nesses espaços rurais é resultado do esforço dos “pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem” (SILVA, 1999, p.102).

A RG de Jales, por sua vez, localizada no extremo noroeste do Estado e formada por uma série de pequenos municípios historicamente dependentes das atividades agrícolas tradicionais, não teve as mesmas possibilidades históricas de reparar as perdas decorrentes da crise da agricultura brasileira com as “novas” atividades agrícolas. Dessa forma, nos perguntamos: como a reestruturação produtiva de fins do século passado tem afetado as regiões não beneficiadas pela interiorização do desenvolvimento fordista?

Nesses espaços, a necessidade de ampliar a exportação de *commodities* primárias para equilibrar nosso balanço de pagamentos, sobrecarregado com o aumento das importações decorrente da abertura econômica (CANO, 2011), reforçou o caráter agrícola da região. No entanto, diferente de outros tempos, quando os principais produtos da região eram arroz, feijão, mandioca, algodão, milho e café, hoje em dia, observamos o significativo aumento na produção de laranja, banana, borracha e, em especial, da cana-de-açúcar (Tabela 21).

Tabela 21					
Produção (em toneladas) de alguns dos principais produtos agrícolas					
Região de Governo de Jales - Estado de São Paulo					
1995, 2000, 2005 e 2010					
Produtos agrícolas	1995	2000	2005	2010	
Arroz	3.529	1.866	193	109	
Feijão	2.281	3.214	964	12	
Mandioca	8.368	8.119	3.756	1.604	
Café	2.048	1.576	3.038	690	
Algodão	16.768	5.596	14.120	-	
Milhão	59.391	35.790	25.706	25.177	
Banana	1.387	14.828	11.363	30.728	
Borracha (Látex)	283	1087	1834	4626	
Cana-de-Açúcar	62.440	43.200	98.037	2.536.935	
Laranja	300.116	317.257	304.939	433.932	

Fonte: Fundação SEADE. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso 18/01/13.

Dessa forma, observamos a conformação de pelo menos dois rurais com características bastante diferentes no Estado de São Paulo: um, na porção sudeste, marcado pelas “novas” atividades descritas por Silva (1999); e outro, na parte oeste, no qual a difusão das *commodities* é o que chama atenção. Como o próprio Silva (1999, p. 103) admite,

(...) as “novas” atividades ganham impulso a partir da dinâmica que tem a ver mais com as demandas específicas de grupos de consumidores de média e alta renda dos grandes centros urbanos do país. Nesse sentido, as “novas” atividades, sejam elas agrícolas ou não, significam nada mais nada menos que a emergência de formas de produção “pós-fordistas” (...) que estão se desenvolvendo no rural brasileiro, distintas das nossas tradicionais *commodities* dirigidas aos mercados agropecuários nacionais e internacionais.

Isso não significa, contudo, que o rural do Oeste Paulista não registre o crescimento das atividades não-agrícolas. Como o trabalho de Caiado e Santos (2003) indica, algumas indústrias têm se instalado no perímetro rural dos municípios dessa região. Todavia, de acordo com Silva (1999), são principalmente as indústrias ditas tradicionais, sujas ou ainda decadentes, que têm procurado “refúgio” no rural brasileiro, pelo fato desse espaço contar com uma força-de-trabalho mais barata e não sindicalizada, bem como um menor rigor na fiscalização de crimes ambientais. O estudo de Caiado e Santos (2003) aponta também a existência de loteamentos e grandes equipamentos de lazer no rural da porção oeste do Estado, ainda que esses empreendimentos estejam concentrados nas áreas próximas às aglomerações urbanas do sudeste. Entretanto, acreditamos que, nos territórios paulistas de ocupação tardia, onde verificamos o predomínio de pequenos municípios historicamente dependentes das atividades agrícolas tradicionais, uma visão de desenvolvimento rural baseada na valorização de seus recursos naturais depende muito mais de iniciativas do poder público.

Segundo Favareto (2007a), seja por pressão de organizações da sociedade civil, ou por influências de pesquisas acadêmicas, de agências internacionais, fundos de financiamento e organismos multilaterais (como a FAO, o Banco Mundial, a Cepal, etc.), uma “nova” visão de desenvolvimento rural se instituiu com força suficiente para reorientar o discurso e a desenho das políticas e programas formulados com este fim”

(FAVARETO, 2007a, p.141). Nesse contexto, surge também no Brasil uma série de projetos de desenvolvimento rural orientados por uma perspectiva territorial. O principal deles, segundo o autor, trata-se do Pronaf (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar), criado no início da década de 1990, por conta das críticas ao modelo produtivista de modernização da agricultura. Temos ainda o Pronat (Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais), originário do desmembramento da linha de infraestrutura do Pronaf. Abramovay (2000), por sua vez, menciona a criação de uma série de consórcios municipais de desenvolvimento rural, os quais – mesmo que de forma precária – tratam-se de iniciativas locais voltadas à incorporação do meio natural como um valor a ser preservado, e “não como um obstáculo que o progresso agrícola deve remover” (ABRAMOVAY, 2000, p.9).

No caso do Estado de São Paulo, são inúmeros os programas voltados ao desenvolvimento sustentável ou influenciados por uma perspectiva territorial. Para citar apenas alguns, podemos destacar os vários títulos de estâncias concedidos a uma série de municípios⁷; o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas⁸; a criação dos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural, articulados em parceria com a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral); o Projeto Município Verde Azul⁹; além de inúmeros consórcios e iniciativas de prefeituras em apoio à agricultura familiar. Muitos desses projetos beneficiam vários municípios da RG de Jales. No entanto, haja vista as raízes históricas dessa região, acreditamos que, em linhas gerais,

(...) o que parece estar ocorrendo é uma incorporação ‘por adição’ dos novos temas, onde sob nova roupagem, velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros para a atuação dos agentes sociais, coletivos e individuais, estabelecendo aquilo que a literatura em economia institucional chama por dependência de percurso (FAVARETO, 2007a, p.141).

Ressaltamos, portanto, que o aproveitamento para fins comerciais da “história local, da produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas” (HARVEY, 1992, p.273) também ocorre no Oeste Paulista. De acordo com esse autor, quanto mais

⁷ Ver: <http://www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html>. Acesso 11/11/2012.

⁸ Ver: <http://www.cati.sp.gov.br/new/projetosprogramas>. Acesso 11/11/2012.

⁹ Ver: <http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul>. Acesso 11/11/2012.

internacionalizada a economia de um determinado território, maior será a tendência de que as identidades locais sejam distorcidas, falseadas ou romantizadas pelo mercado. Afinal, “se ninguém ‘conhece o seu lugar’ nesse mutante mundo-colagem, como é possível elaborar e sustentar uma ordem social segura?” (HARVEY, 1992, p.272). E Harvey (1992, p.308) ainda continua: “Para onde quer que vá o capitalismo, o seu aparato ilusório, seus fetichismos e o seu sistema de espelhos não demoram a acompanhá-lo”. Todavia, esse processo de ressignificação da identidade local tem limites “fixados pelas condições historicamente situadas de sua produção” (HARVEY, 1992, p.308). As imagens abaixo tentam ilustrar como esse fenômeno é refletido no rural da região de Jales.

Figura 3
Local de confecção e venda de artesanatos em Santa Fé do Sul
(área rural) (SP) - 2008



Fonte: ROSAS, 2010, p.46.

Figura 4
Monumento em homenagem aos desbravadores de Santa Fé do Sul/SP (praça central da cidade) - Sem data



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul. **Galerias de Imagens da Estância.**
Disponível em: <http://www.santafedosul.sp.gov.br/>. Acesso 29/01/2013.

Figura 5
Balsa responsável por realizar passeios turísticos pelo Rio Grande Mesópolis/SP – sem data



Fonte: GOOGLE IMAGENS. Disponível em: <http://images.google.com.br>. Acesso 29/01/2013.

Figura 6
Monumento dos Tucunarés - entrada do município de Santa Fé do Sul/SP
(área urbana) – sem data



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul. Galerias de Imagens da Estância.
Disponível em: <http://www.santafedosul.sp.gov.br/>. Acesso 29/01/2013.

Figura 7
Pousada em Mesópolis/SP
Sem data



Fonte: Portal de Turismo. Disponível em: <http://www.ferias.tur.br/cidade/9358/mesopolis-sp.html>. Acesso 29/01/2013.

Figura 8
Trem cortando a cidade de Urânia /SP – área urbana
Sem data



Fonte: GOOGLE IMAGENS. Disponível em: <http://images.google.com.br>. Acesso 29/01/2013.

Pela análise das figuras acima é evidente que a exploração da identidade local tem melhores possibilidades de lucro nas regiões do sudeste de São Paulo. Dessa forma, a nosso ver, enquanto as “novas” atividades de Silva (1999), sejam elas agrícolas ou não, tratam-se dos principais processos sociais responsáveis por conferir um novo significado ao rural imerso em aglomerações urbanas, na RG de Jales, são principalmente as *commodities* que emprestam novas características a esses espaços. Essa diferença também tem repercussões quanto ao modo como os territórios rurais de cada região relacionam-se com suas respectivas cidades. No novo rural de Silva (1999), a expansão das atividades não-agrícolas traz consigo a expansão de bens e serviços antes considerados exclusivos do urbano, como energia elétrica, captação e tratamento de esgoto, coleta de lixo, transporte, etc. Nesses locais, “está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano”, sendo que ambos os espaços só podem ser entendidos – do ponto de vista espacial – pela existência de um *continuum* rural/urbano (SILVA, 1999, p.1).

Já no outro rural do Oeste Paulista, assistimos ao redesenho da relação rural/urbana, por meio da qual os territórios urbanos voltam-se ao suprimento de bens e serviços elementares à população local enquanto os espaços rurais respondem cada vez mais às

demandas do mercado internacional. Nesse contexto, salvo algumas exceções, os serviços acima descritos permanecem como padrão de conforto urbano, reforçando as diferenças espaciais entre esses dois territórios.

Esse descompasso na forma de interação entre os espaços urbanos e rurais não pode ser interpretado, entretanto, como expressão de uma independência ou autonomia. Ao contrário, tal como Castells (1983) e Singer (1973) colocam, mesmo atualmente, a relação rural/urbana tem de ser encarada como uma via de mão-dupla, na qual o urbano sobrevive à custa do excedente alimentar do rural que, por sua vez, carece dos bens e serviços oferecidos pelos espaços urbanos. Os “mecanismos de desencaixe” (GIDDENS, 1991 *apud* BAENINGER, 2012) ao qual nos referimos remete à natureza da dinâmica econômica que rege esses dois territórios: se o rural abre-se também para o global, o urbano parece voltar-se ao local compondo articulações regionais delimitadas. A nosso ver, essa desconexão na lógica de reprodução econômica desses espaços tem repercussões diferenciadas para o adensamento e complexidade da rede urbana regional, em comparação com as formas que estruturaram as regiões mais dinâmicas do Estado de São Paulo. Ou seja, consideramos que no período do desenvolvimento econômico baseado no processo de industrialização fordista, a contrapartida do desenvolvimento agrícola no urbano foi o reforço à industrialização e o adensamento da rede urbana. Contudo, a vinculação atual das *commodities* com o mercado internacional traz demandas muito pontuais para o urbano local (aumento de serviços em setores já existentes nas cidades: maquinários, bancos, melhoria nas rodovias), pois se serve da rede urbana nacional e internacional já articuladas.

Antes de passarmos à análise da relação entre os mecanismos de desencaixe da contemporaneidade, as interações rurais/urbanas e os processos de redistribuição espacial da população na região de Jales, faz-se necessário uma breve discussão acerca do que entendemos por rural e, conseqüentemente, por população rural. Esse debate é o objetivo do item a seguir.

3.3. Do conceitual ao operacional: as dificuldades metodológicas ao estudo das populações rurais

Desde pelo menos a década de 1970, as transformações ocorridas tanto no rural como no urbano animaram o debate em torno dos problemas de classificação de situação de domicílio resultantes de concepções engessadas dessas categorias, as quais “já não são suficientes para explicar os complexos processos socioeconômicos em curso no Estado de São Paulo” (CAIADO e SANTOS, 2003, p.115).

Nas regiões beneficiadas pelo processo de interiorização do desenvolvimento fordista, a tendência à conurbação levou a formas inéditas de uso e ocupação dos espaços rurais do entorno metropolitano e de aglomerações urbanas, repercutindo na surpreendente recuperação das taxas de crescimento dessa população, principalmente no período 1991/2000 (BAENINGER, 1997; Tabela 22).

Tabela 22
Evolução da população rural segundo Regiões Administrativas - Estado de São Paulo
1980, 1991, 2000 e 2010

Regiões Administrativas	1980		1991		2000		2010		Taxa de crescimento (em % a.a.)		
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	1980/91	1991/2000	2000/2010
Região Metropolitana de São Paulo	402.583	14,20	332.731	14,63	758.476	31,13	224.857	13,42	-1,72	9,59	-11,45
R. A. de Registro	82.530	2,91	88.998	3,91	89.508	3,67	76.996	4,60	0,69	0,06	-1,49
R. A. de Santos	5.129	0,18	5.239	0,23	6.028	0,25	3.456	0,21	0,19	1,57	-5,41
R. A. de São José dos Campos	151.407	5,34	138.567	6,09	140.020	5,75	133.194	7,95	-0,80	0,12	-0,50
R. A. de Sorocaba	428.923	15,13	406.355	17,86	405.656	16,65	378.770	22,61	-0,49	-0,02	-0,68
R. A. de Campinas	532.007	18,77	438.819	19,29	385.863	15,84	318.262	19,00	-1,74	-1,42	-1,91
R. A. de Ribeirão Preto	76.938	2,71	59.767	2,63	38.996	1,60	30.946	1,85	-2,27	-4,63	-2,29
R. A. de Bauru	134.687	4,75	92.107	4,05	63.465	2,60	59.195	3,53	-3,40	-4,05	-0,69
R. A. de São José do Rio Preto	278.147	9,81	181.781	7,99	141.900	5,82	118.057	7,05	-3,79	-2,71	-1,82
R. A. de Araçatuba	122.103	4,31	82.587	3,63	61.512	2,52	57.860	3,45	-3,49	-3,22	-0,61
R. A. de Presidente Prudente	204.894	7,23	134.359	5,91	115.046	4,72	93.193	5,56	-3,76	-1,71	-2,08
R. A. de Marília	193.312	6,82	131.187	5,77	93.394	3,83	72.796	4,34	-3,46	-3,71	-2,46
R. A. Central	96.973	3,42	83.303	3,66	65.631	2,69	47.255	2,82	-1,37	-2,61	-3,23
R. A. de Barretos	55.060	1,94	43.518	1,91	31.828	1,31	22.651	1,35	-2,12	-3,42	-3,34
R. A. de Franca	69.705	2,46	55.750	2,45	39.051	1,60	37.989	2,27	-2,01	-3,88	-0,28
Estado de São Paulo	2.834.398	100,00	2.275.068	100,00	2.436.374	100,00	1.675.477	100,00	-1,98	0,76	-3,67

Fonte: Fundação SEADE. Informação dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso 20/01/2013.

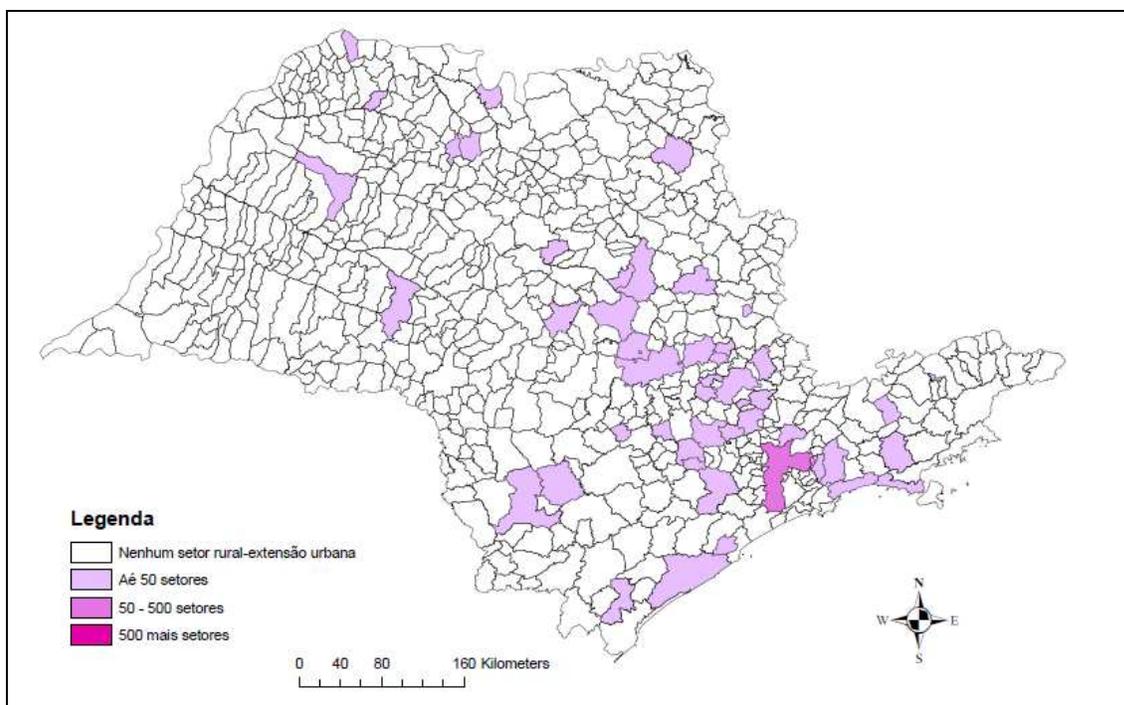
Diante dessa evidência empírica, Rodrigues (2001) propõe-se a investigar as causas dessa reversão à tendência de esvaziamento da população rural nessas áreas. Embora reconheça a emergência das “novas” atividades referidas por Silva (1999) na dinamização

da economia rural das regiões mais desenvolvidas, a autora acredita na hipótese de erro de classificação, problema por meio do qual áreas demarcadas pela legislação municipal como rurais passam a ser ocupadas do ponto de vista urbano (RODRIGUES, 2001). Essa hipótese é reiterada ao se verificar a grande disparidade na taxa de crescimento da população rural da RMSP entre 1980/2010, muito provavelmente em função da reclassificação (Tabela 22).

A fim de denunciar essa “falácia classificatória”, desde 1991, o IBGE passou a contar com uma maior desagregação da informação sobre situação de domicílio, “possibilitando que a análise dos dados pudesse ir além da simplificada dicotomia rural-urbana” (CUNHA, 2005, p.13). A partir de então, os setores censitários são classificados em três categorias de urbano e quatro situações de rural. No primeiro caso, distinguem-se as áreas urbanas normais, as urbanas não urbanizadas (aquelas legalmente definidas como urbanas, mas ocupadas com atividades agropecuárias) e o urbano isolado (setores não contíguos ao núcleo do município). Já no lado rural, definem-se os aglomerados rurais-extensão urbana (cujas distâncias devem ser inferiores a 1 km do perímetro urbano), os aglomerados rurais isolados (povoados ou núcleos) e os setores rurais exclusivos aglomerados (o rural tradicional) (IBGE, 1988 *apud* SILVA, 1999).

Como era de se esperar, os setores rural-extensão urbana tratam-se de um fenômeno típico das regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas do sudeste do Estado (Mapa 6). Na análise da população desse rural, além dos novos habitantes descritos por Wanderley (2000), Silva (1999, p.53) julga necessário considerar também a “demanda da população de baixa renda por terrenos para a autoconstrução de suas moradias em áreas situadas nas cercanias das cidades”. Desse modo, o crescimento das ocupações não-agrícolas no rural brasileiro não pode ser associado apenas à paridade em termos de infraestrutura entre o rural e o urbano, tal como na Europa e nos EUA (WANDERLEY, 2000).

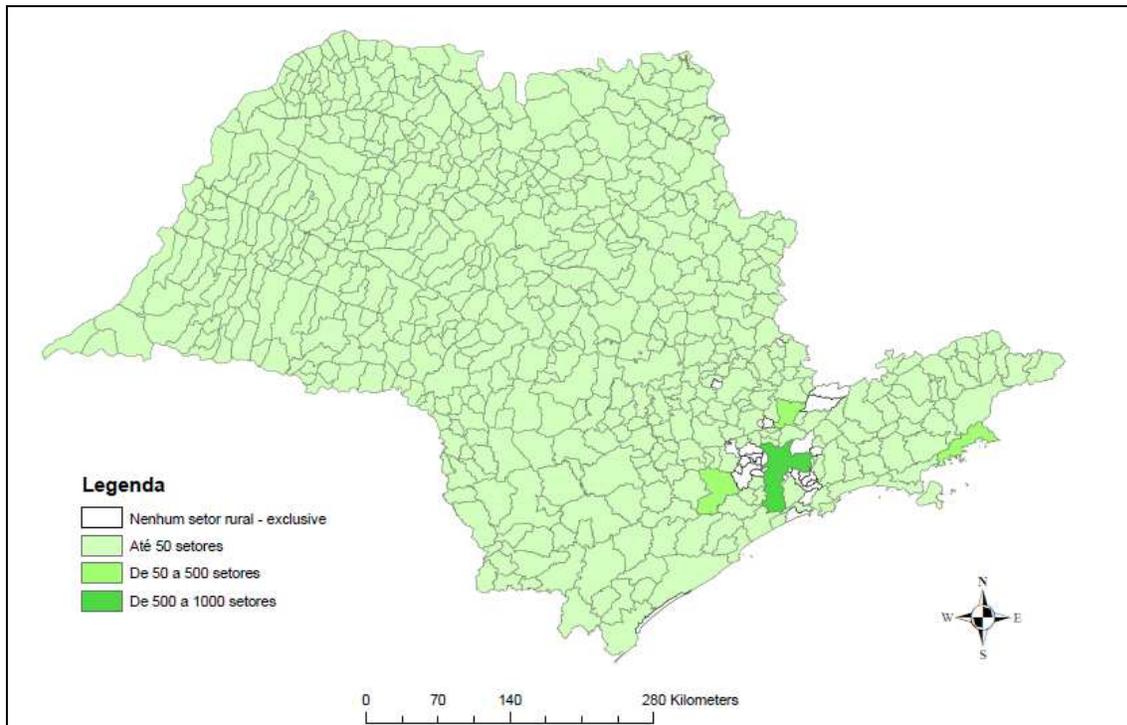
Mapa 6
Municípios que apresentam setores rural-extensão urbana
Estado de São Paulo - 2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

No tocante à distribuição dos setores rural-exclusive aglomerados – marca do rural do Oeste Paulista –, verifica-se a sua dispersão por todo o território estadual, ainda que o município de São Paulo concentre grande parte deles. Observa-se, também, que os poucos municípios onde não há setores rural-exclusive aglomerados encontram-se, em sua maioria, no entorno dessa cidade (Mapa 7).

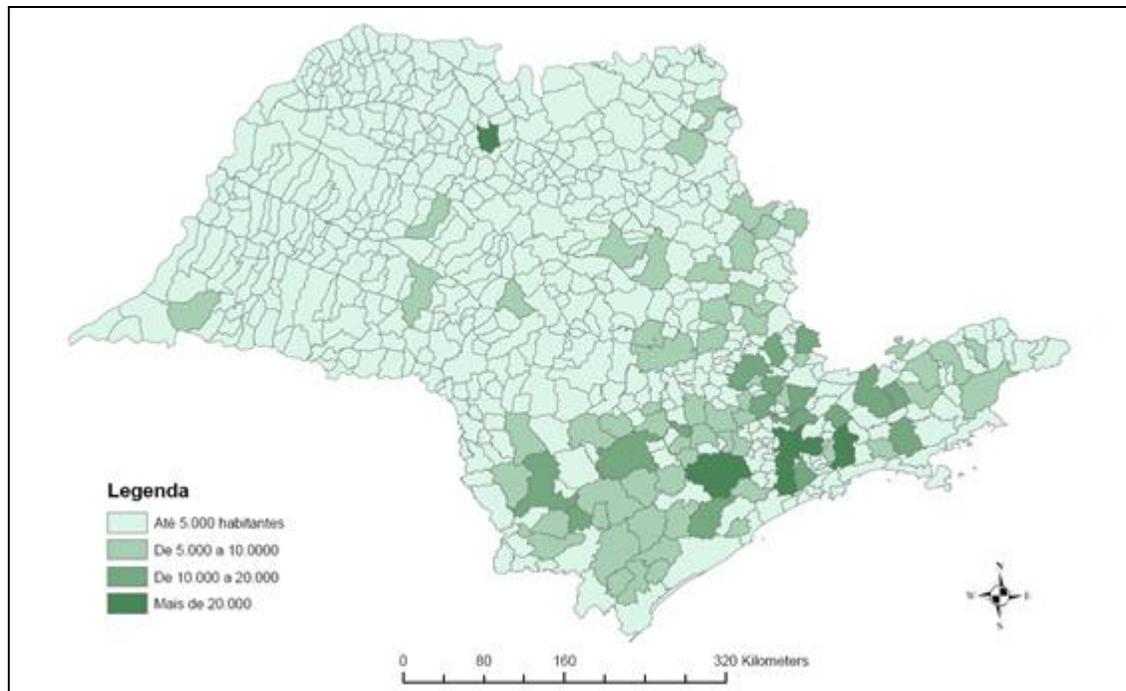
Mapa 7
Municípios que apresentam setores rural-exclusive aglomerados
Estado de São Paulo - 2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

O Mapa 8 aponta, por sua vez, o volume de população rural segundo município. Com exceção do Vale do Ribeira (uma das regiões mais pobres do Estado e que, não por coincidência, comporta significativo contingente de população rural), todos os outros municípios com população rural superior a 20 mil localizam-se em importantes aglomerações urbanas (Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Grande São Paulo). Ou seja, o problema de classificação está claramente inserido nesse contexto.

Mapa 8
 Volume de população rural por município
 Estado de São Paulo - 2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

Tabela 23	
Número de municípios por volume de população rural	
Estado de São Paulo - 2010	
População rural	Número de municípios
Até 5.000	561
De 5.000 a 10.000	61
De 10.000 a 20.000	18
Mais de 20.000	5

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

A análise do Mapa 8 e da Tabela 23 mostra ainda que a maioria dos 561 municípios paulistas com população rural inferior a 5 mil habitantes estão na porção oeste e norte do Estado. Na avaliação da população rural dessas localidades – grande parte delas situadas à margem dos eixos de desenvolvimento –, as principais limitações das fontes de dados

cenitários remetem às conotações políticas da definição de urbano e rural vigente no Brasil, problema que a inovação trazida pelo IBGE não é capaz de contornar (CUNHA, 2005). Nos termos desse autor, por ser uma prerrogativa dos municípios, essa classificação pode “não apenas variar de uma região para outra, como também dependem de injunções e interesses que, como se sabe, nem sempre obedecem a uma lógica racional ou funcional” (CUNHA, 2005, p.13). Em outras palavras, a “maior abertura das informações não resolveu o problema principal, que é de considerar urbana toda sede de município, independente de sua função, dimensão ou situação” (CAIADO e SANTOS, 2006, p.4). Essa discussão é também proposta por Veiga (2003), para quem as precárias definições brasileiras de urbano e rural, existentes desde 1938, permitem apreender como espaço urbano municípios de tamanho irrisório, simples aglomerações de agricultores.

Na mesma perspectiva dos autores acima citados, Abramovay (2000) expõe o argumento segundo o qual a autoridade concedida às prefeituras em definir suas próprias áreas rurais e urbanas permite que, “desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distritos com centenas ou dezenas de casas são definidas como ‘urbanas’” (ABRAMOVAY, 2000, p.4). Como resultado, o rural tenderá a ser apreendido, *a priori*, pela carência, “o que não pode ser adequado sob qualquer ponto de vista” (ABRAMOVAY, 2000, p.4).

Para esse autor, o lugar institucional do rural vinculado à pobreza e ao subdesenvolvimento é, portanto, produto de nossas próprias definições oficiais, as quais, de antemão, já o consideram como uma “expressão, sempre mingada, do que vai restando das concentrações urbanas” (ABRAMOVAY, 2000, p.3). Isto é,

Há um vício na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania. A definição do IBGE (...) é *de natureza residual*: as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso à infraestrutura e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne urbana. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a

ser vista – de maneira distorcida – como ‘urbanização do campo’ (ABRAMOVAY, 2000, p.2).

Além da definição do IBGE, Abramovay (2000) discorda também das classificações de rural e urbano segundo a distribuição da PEA por setor de atividade e com base em um mínimo populacional. Com relação à primeira, os limites desse recorte esbarram no crescimento das atividades não-agrícolas em muitos espaços rurais. Dessa forma, a “aplicação desse critério aboliria o espaço rural dos países desenvolvidos e faria com que seu peso fosse fortemente declinante nas nações em desenvolvimento” (ABRAMOVAY, p.5).

Já em consideração às designações fundamentadas em um patamar populacional, as críticas do autor giram em torno do caráter arbitrário dessas demarcações – que nos países latino-americanos que adotam esse conceito varia entre 1.000 e 2.500 habitantes – e ao fato dessa abordagem não permitir que tratemos os espaços rurais à luz de sua dimensão espacial ou regional. Ou seja, esse parâmetro

(...) nos diz que tal localidade é ou não rural – segundo os critérios estipulados –, mas não é capaz de indicar se existem regiões ou territórios mais ou menos rurais. Um aglomeração populacional de 25 mil habitantes cercada por pequenos povoados e distritos de 2 ou 3 mil habitantes será caracterizada – a justo título – como urbana, mas sem que se tenham instrumentos estatísticos que permitam perceber que ela está no meio de uma região que globalmente é rural (ABRAMOVAY, 2000, p.5-6).

Nesse sentido, a perspectiva territorial de rural é útil não apenas para as regiões mais desenvolvidas do país, onde grande parte da população rural dedica-se às atividades não-agrícolas, mas também

(...) pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e sobretudo mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades (ABRAMOVAY, 2000, p.27).

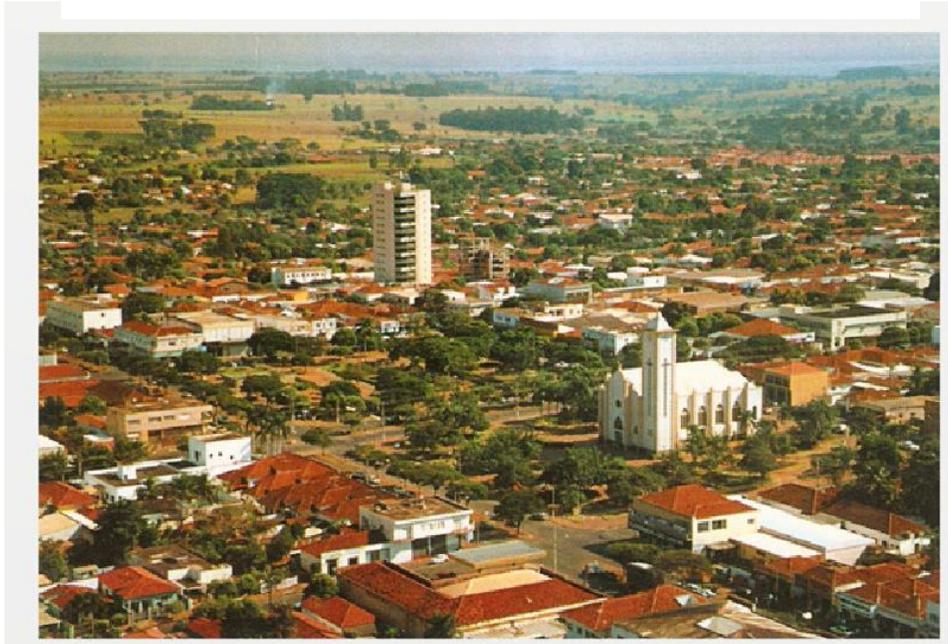
O autor ainda continua:

O meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. É crucial o papel destes pequenos centros na dinamização das regiões rurais (ABRAMOVAY, 2000, p.27).

Dessa maneira, o conceito de ruralidade, ao destacar a dimensão espacial do rural, trata-se de um recurso teórico capaz de contornar os problemas decorrentes da classificação censitária. Assim, apesar de adotarmos as definições oficiais, julgamos que, tal como Abramovay (2000, p.27) afirma, o “importante não é apenas saber se um distrito censitário é rural ou urbano, mas qual a dinâmica de uma certa região, sem que a aglomeração seja isolada de seu entorno”.

Face às características da RG de Jales (predomínio de pequenos e micro municípios, ausência de grandes indústrias, rede de serviços precária, importância das atividades agropecuárias tradicionais), partimos do pressuposto de que esse território é globalmente rural. Por estarem inseridas nesse contexto e também por entreterem forte complementaridade com o tecido dos pequenos aglomerados que os cercam, seus principais centros urbanos regionais (Jales e Santa Fé do Sul) podem ser considerados como ‘cidades rurais’ (ABRAMOVAY, 2000). As imagens abaixo procuram reforçar esse pressuposto. Trata-se de fotografias panorâmicas de algumas cidades da região, retratos de paisagens rurais diversas e mesmo de residências localizadas em perímetros urbanos e rurais.

Figura 9
Fotografia panorâmica do centro urbano de Santa Fé do Sul/SP
Sem data



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul

Figura 10
Horta em área urbana no município de Santa Clara d'Oeste/SP
2008



Fonte: ROSAS, 2010, p.52.

Figura 11
Residência rural localizada no município de Santa Clara d'Oeste/SP
2008



Fonte: ROSAS, 2010, p.197.

Figura 12
Residência rural localizada no município de Santana da Ponte Pensa/SP
2008



Fonte: ROSAS, 2010, p.197.

Figura 13
Praça central de Mesópolis/SP
Sem data



Fonte: GOOGLE IMAGENS. Disponível em: <http://images.google.com.br>. Acesso 29/01/2013.

3.4. População e dinâmica econômica na Região de Governo de Jales no século XXI: entre o local e o global

A seção final dessa dissertação empenha-se em demonstrar como os atuais processos de redistribuição espacial da população na RG de Jales devem ser analisados levando-se em consideração dois fenômenos distintos: os historicamente construídos em nível local e nacional e aqueles decorrentes da inserção dessa região na dinâmica econômica global, via produção de *commodities* no século 21.

Segundo Baeninger (2012), o atual momento histórico, ao não mais ter como marco um processo nacional de industrialização, impõe limites aos enfoques clássicos, nos quais a ênfase recaía na relação migração e desenvolvimento. Para a autora, o deslocamento hoje existente entre as dinâmicas econômica e demográfica tem sua base na inserção do Brasil no cenário da economia internacional, processo cujas origens remontam à década de 1980 e se fortalece nos anos 2000. Ou seja,

(...) ao entrarmos no século 21, o panorama para o entendimento das migrações internas se amplia; além do contexto nacional é preciso incorporar as transformações advindas da nova divisão social do trabalho no mundo (...). Tornam-se limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da economia brasileira. (...) é preciso abrir o olhar para fora das fronteiras nacionais (BAENINGER, 2012, p.10).

Assim, na análise dos recentes processos de redistribuição da população protagonizados pela RG de Jales verificamos a manutenção de tendências historicamente construídas, bem como processos cujas causas remetem à peculiar forma de inserção desse espaço no âmbito da reestruturação produtiva. Como expõem Negri, Cano e Gonçalves (1988) e Kageyama (1987), as particularidades com que cada território integra-se no circuito do capital está intimamente ligada à sua herança histórica, mais precisamente ao tempo de sua ocupação capitalista. É por isso que Baeninger (2012) afirma ser necessária a reconstrução do processo de urbanização e migração a partir dos tipos e etapas. Ainda que esse procedimento presente, na atualidade, algumas limitações,

(...) a reconstrução histórico-social do fenômeno migratório em seu tipo/etapa em diferentes espaços é que permitirá identificar as raízes das modalidades migratórias e suas especificidades e articulações na formação social e nas relações que estabelece em suas diferentes escalas, desde o local até o global (...). Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos serão as heranças para as diferentes manifestações, explicações e interpretações das migrações internas no Brasil no século 21 (BAENINGER, 2012, p.57).

Na investigação em torno dos movimentos migratórios recentes protagonizados pela RG de Jales utilizamos os censos de 2000 e 2010, levantamentos nos quais a metodologia utilizada para se captar migrantes é a data-fixa baseada em períodos quinquenais. Por esse método, são migrantes todos os indivíduos que há cinco anos residiam em um município diferente do atual. O problema dessa abordagem é a impossibilidade de se captar movimentos menores ocorridos entre esses anos. Apesar dessa limitação, a metodologia data-fixa é importante porque permite estabelecer um período de migração, informação esta

incapaz de ser obtida até o censo brasileiro de 1980, quando se perguntava apenas qual a residência anterior da pessoa (migração de última-etapa) (CARVALHO e RIGOTTI, 1997).

É necessário destacar também que, haja vista as questões relativas à migração interna não compor o questionário básico do censo demográfico, os volumes de emigrantes e imigrantes podem apresentar distorções em função da expansão da amostra. Esse problema é particularmente grave entre os pequenos municípios e, portanto, na RG de Jales. Ainda assim, consideramos importante constá-los por indicarem possíveis tendências migratórias.

Levando-se em consideração essas preocupações, nossa análise tem a intenção de reforçar a hipótese segundo a qual os processos decorrentes da inserção de cada região na economia globalizada têm repercussões distintas em escalas distintas (BAENINGER, 2012). Em âmbito intraestadual, as perdas de população para os principais centros regionais da hinterlândia de São José do Rio Preto (Fernandópolis, Votuporanga e o próprio município-sede) podem ser consideradas como expressões do encaixe entre migração e desenvolvimento, com raízes históricas explicadas pelo recurso teórico-metodológico dos tipos e etapas (BAENINGER, 2012) (Tabela 24, Figuras 14 e 15).

Já as entradas de população com origem nas cidades integradas pelo eixo de desenvolvimento estadual – que vai desde a metrópole de São Paulo, passa por Jundiaí, Campinas, Limeira, Rio Claro, Araraquara, estendendo-se até Catanduva – expressam a maneira como esses espaços são inseridos na dinâmica da reestruturação produtiva, fenômeno que, ao conformar um mercado de trabalho mais competitivo e complexo, passou a perder contingentes significativos de migrantes (Tabela 24 e Figura 14). Além disso, acreditamos que parte desse fluxo seja composto por técnicos e trabalhadores qualificados trazidos pelo processo de desconcentração industrial que vem atingindo o Oeste Paulista, envolvendo principalmente as atividades agroindustriais como as usinas de álcool e os frigoríficos. Temos ainda o significativo volume emigratório da RG de Jales para as RGs de Ribeirão Preto e São Carlos, regiões consideradas como os principais produtores de cana-de-açúcar e laranja do Estado de São Paulo (SEP, 2010), produtos estes também de grande relevância na RG de Jales (Tabela 24 e Figura 15). Todos esses fluxos expressam o desencaixe entre migração e desenvolvimento e, para a sua análise, a explicação pelos tipos e etapas já não é suficiente (BAENINGER, 2012).

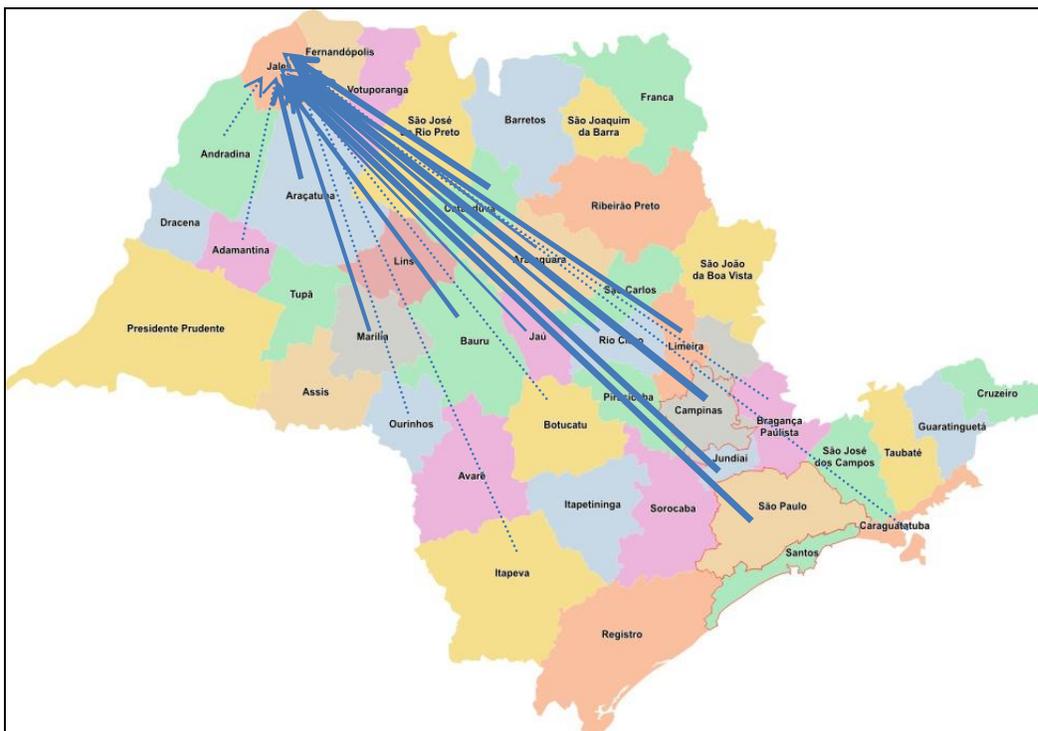
Tabela 24								
Volume de Emigração e Imigração Intraestadual e Índice de Eficácia Migratória (IEM)*								
Região de Governo de Jales - Estado de São Paulo								
1995/2000 e 2005/2010								
Regiões	1995/2000			2005/2010			IEM	
	Emigrantes	Imigrantes	Trocas (I-E)	Emigrantes	Imigrantes	Trocas (I-E)	(I-E)/(I+E)	
							1995/2000	2005/2010
Grande São Paulo	1.540	3.603	2.063	1.435	1.742	307	0,40	0,10
Registro	0	0	0	6	3	-3	-	-0,33
Santos	92	123	31	112	78	-34	0,14	-0,18
Caraguatatuba	13	9	-4	19	25	6	-0,18	0,14
Cruzeiro	0	0	0	6	0	-6	-	-1,00
Guaratinguetá	0	0	0	0	0	0	-	-
São José dos Campos	75	5	-70	21	0	-21	-0,88	-1,00
Taubaté	20	4	-16	22	0	-22	-0,67	-1,00
Avaré	31	12	-19	14	13	-1	-0,44	-0,04
Botucatu	0	0	0	3	5	2	-	0,25
Itapetininga	23	30	7	0	0	0	0,13	-
Itapeva	0	15	15	0	6	6	1,00	1,00
Sorocaba	65	43	-22	95	38	-57	-0,20	-0,43
Bragança Paulista	46	64	18	23	25	2	0,16	0,04
Campinas	1.585	1.633	48	756	1.280	524	0,01	0,26
Jundiá	219	225	6	142	251	109	0,01	0,28
Limeira	42	20	-22	24	90	66	-0,35	0,58
Piracicaba	13	7	-6	22	0	-22	-0,30	-1,00
Rio Claro	149	82	-67	70	87	17	-0,29	0,11
São João da Boa Vista	29	6	-23	40	10	-30	-0,66	-0,60
Araraquara	290	175	-115	111	149	38	-0,25	0,15
Barretos	144	173	29	76	71	-5	0,09	-0,03
Franca	33	44	11	64	46	-18	0,14	-0,16
Ribeirão Preto	140	53	-87	243	121	-122	-0,45	-0,34
São Carlos	114	10	-104	153	48	-105	-0,84	-0,52
São Joaquim da Barra	0	25	25	4	1	-3	1,00	-0,60
Bauru	222	49	-173	33	95	62	-0,64	0,48
Jaú	30	0	-30	0	19	19	-1,00	1,00
Lins	27	34	7	52	20	-32	0,11	-0,44
Catanduva	297	76	-221	84	288	204	-0,59	0,55
Fernandópolis	949	951	2	969	874	-95	0,00	-0,05
Jales	5.154	5.154	0	7.807	7.807	0	0,00	0,00
São José do Rio Preto	2.308	868	-1.440	1.399	777	-622	-0,45	-0,29
Votuporanga	789	538	-251	445	371	-74	-0,19	-0,09
Andradina	433	521	88	363	367	4	0,09	0,01
Araçatuba	302	729	427	503	585	82	0,41	0,08
Adamantina	0	46	46	21	26	5	1,00	0,11
Dracena	38	58	20	23	17	-6	0,21	-0,15
Presidente Prudente	148	45	-103	65	26	-39	-0,53	-0,43
Assis	0	7	7	122	65	-57	1,00	-0,30
Marília	110	0	-110	0	39	39	-1,00	1,00
Ourinhos	0	0	0	0	5	5	-	1,00
Tupã	9	11	2	26	10	-16	0,10	-0,44
Total Estado de São Paulo	15.479	15.448	-31	15.373	15.480	107	0,00	0,00

Fonte: Para os dados referente ao período 1995/2000: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP

Para os dados referentes ao período 2005/2010. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

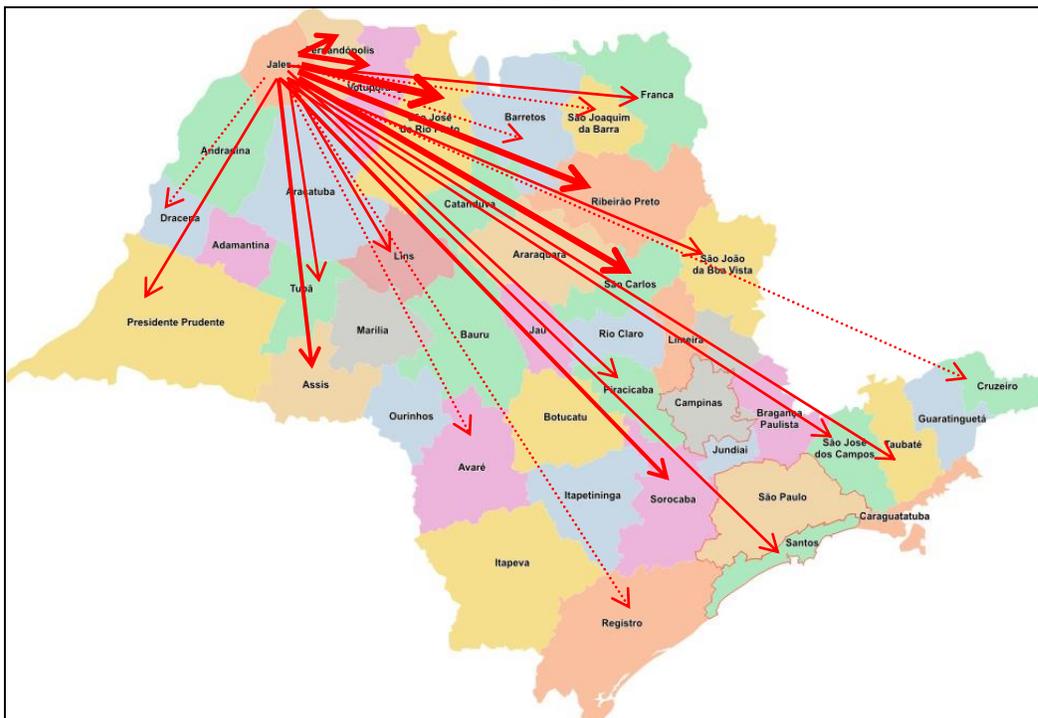
*Nota: Os volumes pequenos podem apresentar distorções em função da expansão da amostra. No entanto, consideramos importante constá-los por indicarem tendências migratórias.

Figura 14
 Direção dos fluxos imigratórios da RG de Jales com as demais regiões do Estado de São Paulo – 2005/2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

Figura 15
 Direção dos fluxos emigratórios da RG de Jales com as demais regiões do Estado de São Paulo – 2005/2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

O exame dos movimentos migratórios interestaduais (Tabela 25 e Figuras 16 e 17) também combina processos estruturados nacionalmente com fenômenos que expressam a inserção da região na nova ordem internacional. Com relação aos primeiros, temos as trocas de população com os Estados do Centro-Oeste e Norte, movimentos que refletem os desdobramentos do processo de expansão da fronteira agrícola nessa região. Já as trocas estabelecidas com os Estados do Nordeste podem ser interpretadas como uma expressão da forma como a própria RG de Jales insere-se na dinâmica econômica internacional (via produção de *commodities*). Assim, o grande volume imigratório da Bahia e do Maranhão muito provavelmente ocorra em função da importância de trabalhadores nordestinos na colheita da cana e da laranja (SILVA, 1998; 2012), dois dos principais produtos agrícolas do Oeste Paulista.

Tabela 25								
Volume de Emigração e Imigração Interestadual e Índice de Eficácia Migratória (IEM)*								
Região de Governo de Jales - Estado de São Paulo								
1995/2000 e 2005/2010								
Uf's	1995/2000			2005/2010			IEM (I-E)/(I+E)	
	Emigrantes	Imigrantes	Trocas (I-E)	Emigrantes	Imigrantes	Trocas (I-E)	1995/2000	2000/2010
Rondônia	67	80	13	20	50	30	0,09	0,43
Acre	0	0	0	0	0	0	-	-
Amazonas	0	0	0	48	3	-45	-	-0,88
Roraima	0	0	0	14	0	-14	-	-1,00
Pará	41	29	-12	20	80	60	-0,17	0,60
Amapá	0	0	0	0	0	0	-	-
Tocantins	18	39	21	24	30	6	0,37	0,11
Região Norte	126	148	22	126	163	37	0,08	0,13
Maranhão	33	0	-33	14	131	117	-1,00	0,81
Piuaí	0	18	18	26	43	17	1,00	0,25
Ceará	13	61	48	59	5	-54	0,65	-0,84
Rio Grande do Norte	0	37	37	2	0	-2	1,00	-1,00
Paraíba	21	0	-21	0	41	41	-1,00	1,00
Pernambuco	0	18	18	56	55	-1	1,00	-0,01
Alagoas	0	100	100	0	60	60	1,00	1,00
Sergipe	0	10	10	0	11	11	1,00	1,00
Bahia	8	252	244	129	333	204	0,94	0,44
Região Nordeste	75	496	421	286	679	393	0,74	0,41
Minas Gerais	323	562	239	353	610	257	0,27	0,27
Espírito Santos	0	12	12	8	12	4	1,00	0,20
Rio de Janeiro	23	22	-1	18	44	26	-0,02	0,42
Região Sudeste (exceto SP)	346	596	219	379	666	287	0,23	0,27
Paraná	199	142	-57	207	183	-24	-0,17	-0,06
Santa Catarina	59	57	-2	85	41	-44	-0,02	-0,35
Rio Grande do Sul	20	24	4	10	0	-10	0,09	-1,00
Região Sul	278	223	-55	302	224	-78	-0,11	-0,15
Mato Grosso do Sul	784	907	123	1.375	1.131	-244	0,07	-0,10
Mato Grosso	527	649	122	528	750	222	0,10	0,17
Goiás	250	217	-33	269	202	-67	-0,07	-0,14
Distrito Federal	0	8	8	61	18	-43	1,00	-0,54
Região Centro-Oeste	1.561	1.781	220	2.233	2.101	-132	0,07	-0,03
TOTAL BRASIL (exceto SP)	2.386	3.244	827	3.326	3.833	507	0,15	0,07

Fonte: Para os dados referente ao período 1995/2000: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP
Para os dados referentes ao período 2005/2010. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

*Nota: Os volumes pequenos podem apresentar distorções em função da expansão da amostra. No entanto, consideramos importante constá-los por indicarem tendências migratórias.

Figura 16
Direção dos fluxos migratórios para a
RG de Jales com as demais UFs
2005/2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

Figura 17
Direção dos fluxos emigratórios da RG
de Jales com as demais UFs
2005/2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.

Também em nível intrarregional observamos o encaixe e o desencaixe entre migração e desenvolvimento. As Tabelas 26 e 27 indicam as trocas de população estabelecidas entre os dois principais centros urbanos – Jales e Santa Fé do Sul – e os demais municípios da RG. Por um lado, a centralidade exercida pelo município-sede é corroborada pela composição positiva de seu saldo migratório (Tabela 26 e Mapas 9 e 10). Esse desempenho era o esperado para um município “cabeça” de uma rede urbana pouco adensada e que, portanto, funciona como catalisador da migração intrarregional (BAENINGER, 2005).

Por outro lado, é preciso reconhecer ainda que tanto Jales como Santa Fé do Sul registram perdas de população para municípios pequenos, fenômeno que adquire especial relevância em Santa Fé do Sul, onde as saídas para Três Fronteiras e Rubinéia colaboraram sobremaneira para o desempenho negativo das trocas intrarregionais envolvendo esse município (Tabela 27 e Mapas 11 e 12).

Para entendermos o porquê desses centros urbanos perderem população para municípios menores, realizamos entrevistas com agentes institucionais em Santa Fé do Sul. Segundo um ex-prefeito dessa cidade, as causas para tal emigração são basicamente duas. A primeira delas remete à facilidade de acesso. Assim, a emigração para Rubinéia e Três Fronteiras explica-se pelo fato desses municípios estarem muito próximos do centro urbano de Santa Fé do Sul (8km e 3km respectivamente), com linhas diretas disponibilizadas pelas prefeituras dessas cidades. Dessa forma, o entrevistado acredita que, embora continuem trabalhando em Santa Fé do Sul, muitas pessoas preferem morar em Rubinéia e Três Fronteiras que, por tratarem-se de municípios menores, possuem custos de moradia inferiores.

Já as saídas para municípios um pouco mais distantes estão, de acordo com o entrevistado, relacionadas à dinâmica rural: para ele, são “pessoas com característica mais rural, que se dedicam à agropecuária para o comércio”, e que migram para as cidades onde as possibilidades de inserção dentro dessa perspectiva são melhores (caso de Dolcinópolis e Aspásia entre 1995/2000) (Tabela 27).

A despeito de nenhuma entrevista ter sido realizada no município de Jales, esperamos que lá se tenha uma situação semelhante. Enquanto as perdas de população para municípios próximos resultam das facilidades de acesso, as saídas para municípios mais distantes são, predominantemente, compostas por trabalhadores rurais. No entanto, ainda que as evidências empíricas pareçam indicar que grande parte da imigração assistida por esses pequenos municípios limítrofes aos principais centros urbanos regionais reflita o dinamismo dessas cidades maiores, não podemos creditar todo o crescimento demográfico experimentado por tais localidades a esse fenômeno. Temos, por exemplo, o caso de Pontalinda, município vizinho a Jales que, entre 2000 e 2010, registrou a maior taxa de crescimento de toda a RG: 1,42% a.a., sendo que a média regional foi de 0.19% a.a. (Tabela 16).

Apesar das trocas intrarregionais protagonizadas pelo município de Pontalinda resultarem em um saldo positivo, principalmente em função dos fluxos estabelecidos com Dirce Reis, Jales e Urânia (Tabela 28 e Mapas 13 e 14), apenas os movimentos migratórios estabelecidos com os demais municípios da RG não são suficientes para explicar o porquê

A Tabela 29 ilustra o volume de emigrantes e imigrantes intraestaduais de Pontalinda. Para o período 2005/2010, observa-se que, mesmo diante das perdas para as regiões de Fernandópolis e São José do Rio Preto, no cômputo geral, o resultado das trocas foi positivo para o município em questão, muito em função das entradas de população com origem na Grande São Paulo e nas Regiões de Governo de Araçatuba e São Carlos.

Tabela 29						
Volume de Emigração e Imigração Intraestadual*						
Município de Pontalinda - Estado de São Paulo						
1995-2000 e 2005-2010						
Regiões (exceto a RG de Jales)	1995/2000			2005/2010		
	Emigrantes	Imigrantes	Trocas Migratórias	Emigrantes	Imigrantes	Trocas Migratórias
Grande São Paulo	0	30	30	19	34	15
Taubaté	0	4	4	0	0	0
Itapetininga	0	6	6	0	0	0
Campinas	0	5	5	11	17	6
Araraquara	0	39	39	0	0	0
Catanduva	0	5	5	0	2	2
Fernandópolis	13	28	15	45	5	-40
São José do Rio Preto	14	22	8	22	10	-12
Votuporanga	11	12	1	7	13	6
Andradina	0	6	6	4	11	7
Araçatuba	24	15	-9	33	52	19
Barretos	0	0	0	0	6	6
Bauru	0	0	0	0	11	11
Jundiaí	0	0	0	0	8	8
Limeira	0	0	0	0	7	7
Marília	0	0	0	0	5	5
Ribeirão Preto	0	0	0	0	3	3
São Carlos	0	0	0	0	17	17
Sorocaba	0	0	0	0	3	3
Total Estado de São Paulo	62	172	110	141	204	63

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.
 Para os dados referentes ao período 2005/2010. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.
 *Nota: Os volumes pequenos podem apresentar distorções em função da expansão da amostra. No entanto, consideramos importante constá-los por indicarem tendências migratórias.

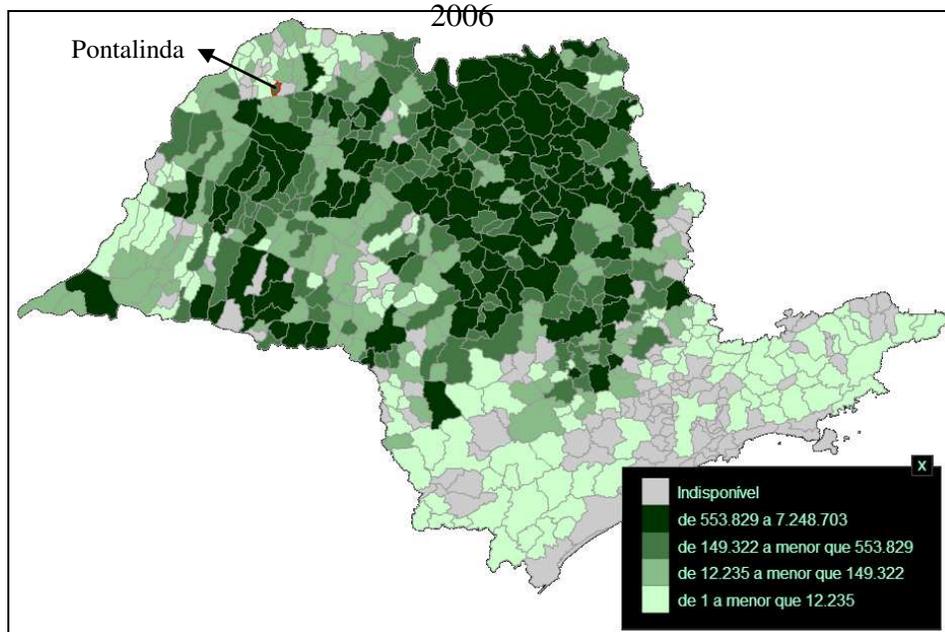
A Tabela 30 representa, por sua vez, o volume de imigrantes e emigrantes interestaduais de Pontalinda. No intervalo 2005/2010, verifica-se que, embora o município perca população para outras UFs da região Sudeste que não o Estado de São Paulo, a imigração nordestina – em especial a baiana – contribuiu para que o resultado das trocas de população interestaduais seja também positivo.

Tabela 30						
Volume de Emigração e Imigração Interestadual*						
Município de Pontalinda - Estado de São Paulo						
1995-2000 e 2005-2010						
Grandes Regiões	1995/2000			2005/2010		
	Emigrantes	Imigrantes	Trocas Migratórias	Emigrantes	Imigrantes	Trocas Migratórias
Região Norte	0	0	0	8	0	-8
Bahia	0	129	129	61	104	43
Região Nordeste	0	129	129	61	172	111
Região Sudeste (exceto SP)	0	6	6	51	9	-42
Região Sul	0	0	0	0	4	4
Região Centro-Oeste	26	74	48	26	27	1
TOTAL BRASIL (exceto SP)	26	209	183	146	212	66

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.
Para os dados referentes ao período 2005/2010. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2010.
*Nota: Os volumes pequenos podem apresentar distorções em função da expansão da amostra. No entanto, consideramos importante constá-los por indicarem tendências migratórias.

Julgamos, portanto, que é a imigração com origem nas RGs de Araçatuba e São Carlos, bem como as vindas do Nordeste (particularmente da Bahia), a principal responsável pelo grande crescimento demográfico de Pontalinda. Acreditamos que o entendimento desses fluxos passe pelo âmbito rural, haja vista ser esse um município pequeno (sua população foi estimada, para 2010, em 4.074 pessoas), com grau de urbanização relativamente baixo (calculado em 83% para o mesmo ano) (Tabela 13) e que se destaca por ser o maior produtor de cana-de-açúcar de toda a RG de Jales (Figura 18).

Figura 18
Produção de cana-de-açúcar (em toneladas)
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Fundação IBGE. Cidades. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat. Acesso 26/01/2013.

Mas por que a produção de cana desenvolveu-se com mais vigor em Pontalinda? Pesquisas de campo e uma revisão bibliográfica indicam duas razões principais. Em primeiro lugar, acreditamos que alguns municípios da região, por encontrarem-se mais distantes das estações de trem, apresentam uma estrutura fundiária mais concentrada desde a sua formação histórica. Como afirma Chaia (1980), à época da fronteira agrícola, os lotes de terra nas proximidades dessas estações eram os mais procurados. Assim, é possível que a CAIC tenha loteado esses espaços em propriedades menores. Hoje em dia, a presença dessas pequenas propriedades trata-se de um empecilho à expansão das *commodities*, tradicionalmente cultivadas em latifúndios.

Em entrevista com o agrônomo da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento de Santa Fé do Sul também captamos os entraves impostos pela estrutura fundiária à expansão da cana na região. Segundo o entrevistado, os usineiros preferem arrendar áreas maiores. Por isso, canaviais avançaram apenas ao sul desse município (onde se verifica a existência de grandes fazendas), mas principalmente em Nova Canaã Paulista, Suzanápolis, Ilha Solteira (essas duas últimas na RG de Andradina), cidades nas quais negociando com apenas alguns poucos proprietários rurais o usineiro já consegue arrendar um bom pedaço de terra.

O agrônomo nos informou ainda a influência das ações do poder público local. Como exemplo, citou o caso de seu município. Embora tenha sido cogitada a ideia de instalarem usinas de álcool em Santa Fé do Sul, o prefeito e o secretário de agricultura – apesar de não poderem coibir – dificultaram essa instalação, pois julgavam essa atividade destoante dos propósitos de uma estância turística (título conquistado pelo município no começo dos anos 2000).

Dessa forma, acreditamos que, em Pontalinda, os gestores públicos locais não tenham colocado empecilhos à expansão da cana. Além disso, pelo fato de não ter sido “boca de sertão”, o município provavelmente conta com uma estrutura fundiária mais concentrada. Como resultado, temos aí a maior produção de cana-de-açúcar de toda a RG de Jales, fenômeno com repercussões diretas na dinâmica de sua população.

Julgamos que o grande contingente imigratório recebido por Pontalinda não reflete os clássicos fatores de atração expostos por Singer (1980), para quem a vinda de imigrantes elucidada um aumento da capacidade de retenção da população em decorrência do

desenvolvimento das atividades urbanas. Nossa análise aproxima-se mais do aporte teórico oferecido por Baeninger (2012), segundo o qual a inserção do Brasil no âmbito da econômica global tem repercutido na extrema fluidez dos processos de redistribuição espacial da população, nos quais

Os clássicos fatores de expulsão e atração populacional (SINGER, 1973) dentro de um mesmo contexto urbano-regional, bem como a definição de origem e destino de determinado fluxo, não têm o mesmo significado que esses termos representavam quando se tratava de analisar os grandes movimentos rurais-urbanos, que marcaram o crescimento e a concentração da população (BAENINGER, 2012, p.55).

De acordo com a autora, na atual fase de acumulação capitalista, “a necessidade/demanda por força-de-trabalho (...) dependerá da ligação dos espaços da produção na economia globalizada” (BAENINGER, 2012, p.63). O modo como cada região é conectada ao mercado mundial empresta novas e diferentes características aos movimentos migratórios, sendo o aumento da fluidez dos processos de redistribuição da população no espaço e a oscilação entre as condições de migração (retenção, perda ou rotatividade) os aspectos principais (BAENINGER, 2012).

Como mencionado anteriormente, a inserção da RG de Jales na nova ordem econômica tem ocorrido por meio da expansão de uma agricultura pautada na produção de *commodities* e orientada por investimentos estrangeiros (CANO, 2011; BAENINGER, 2012). Consideramos que essa peculiar forma de internacionalização econômica tem desdobramentos igualmente específicos na configuração migratória da região, cuja fluidez é expressa através de um processo por nós denominado de circularidade regional de pessoas.

Acreditamos que as transformações na estrutura produtiva desencadeada pela expansão das *commodities* têm levado à formação de um excedente populacional de origem rural que – seja no mercado formal ou informal, nos espaços urbanos ou rurais – circula pelos municípios da própria região. Julgamos que essa circulação de pessoas também não se enquadra no conceito clássico de circularidade dos movimentos migratórios, pelo fato desse aporte referir-se a “um excedente populacional de origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino” (ZELINSK, 1971 *apud*

BAENINGER, 2012, p.81). Contudo, no contexto ao qual nos reportamos, a distinção entre origem e destino não faz sentido, já que se tratam do mesmo território. Além do mais, assim como o conceito de rotatividade migratória proposto por Baeninger (2012), entendemos que o processo de circularidade regional de pessoas inclui uma série de deslocamentos populacionais não contemplados pela definição tradicional de migração, elaborada com base na mudança definitiva de residência, sendo esse definitivo estipulado como tempo superior a 1 ano e inferior a 10 (NAÇÕES UNIDAS, 1972).

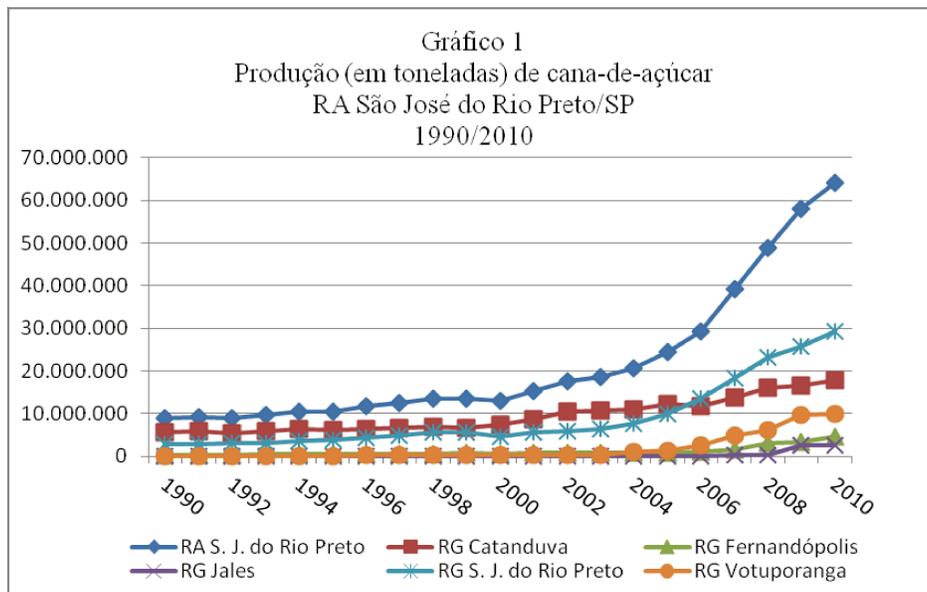
É importante ressaltar que, embora a formação de um contingente populacional excedente no Oeste Paulista date de meados do século XX – momento no qual a grande pressão demográfica e o engatinhar dos processos de modernização agrícola resultaram na expulsão de milhares de trabalhadores rurais de suas terras –, a essa época, a população excedente na RG de Jales era necessária à ocupação do Centro-Oeste brasileiro e à industrialização dos grandes centros do sudeste paulista (NEGRI, GONÇALVES e CANO, 1988; BAENINGER, 1996). Nos dias de hoje, apesar da queda da fecundidade ter repercutido na diminuição da pressão demográfica, a vigorosa expansão das culturas exportáveis no extremo noroeste de São Paulo continua a gerar um contingente populacional excedente de origem rural. Contudo, diante do esgotamento das fronteiras agrícolas e do aprofundamento dos processos de reestruturação urbana (BAENINGER, 1996; CANO, 2011), a população excedente do Oeste Paulista não é mais necessária em outros espaços. Segundo Baeninger (2012), a atual etapa do modo de produção capitalista prevê a formação de um contingente excedente a nível mundial. Daí a emergência dos processos de circulação populacional em áreas eminentemente rurais e de rotatividade naquelas de vocação urbana-industrial (BAENINGER, 2012).

Para captar esse processo de circulação regional de pessoas, as informações de período extraídas dos censos demográficos não são suficientes. Assim, realizamos trabalhos de campo exploratórios no município de Santa Fé do Sul. Aplicamos 30 questionários da seguinte forma: 10 em famílias cujo chefe tenha sempre morado no rural e nunca mudado de cidade; 10 em que ele tenha mudado do rural para o urbano dentro do próprio município; e 10 entre famílias que tenham experimentado uma migração rural-rural.

Devido ao fato da RG de Jales ter sido ocupada com base na pequena propriedade e esse processo datar principalmente dos anos 1950, muitas famílias trazidas pela fronteira

agrícola ainda residem no rural dessa região. Ou mesmo que tenham se mudado para o urbano, sua condição de pequenos proprietários rurais, em muitos casos, persiste. Essa situação foi captada pelas pesquisas de campo. Nos questionários aplicados entre famílias residentes no rural, observou-se que todas eram pequenos proprietários (ainda que algumas sejam beneficiários do Pronaf¹⁰). Em relação àquelas que haviam passado por uma migração rural/rural, a maior parte fixou residência em Santa Fé do Sul ao longo dos anos 1940 e 1950, sendo que os municípios de origem mais recorrentes são da própria RA de São José do Rio Preto. No tocante às famílias que saíram do rural e foram para o urbano de Santa Fé do Sul, embora algumas já tenham se desfeito da condição de proprietários rurais, muitas ainda o são. Trata-se de famílias que, apesar de terem como renda principal as ocupações urbanas, veem em seus estabelecimentos rurais uma segunda fonte de renda.

A ocupação tardia da RG de Jales, em especial, mas também das regiões de Fernandópolis e Votuporanga, pode ser encarada a razão da baixa participação desses espaços na produção de cana-de-açúcar, cultura em franca expansão na RA de São José do Rio Preto (Gráfico 1).



Fonte: Fundação SEADE. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso 6/1/13.

¹⁰ Oito das 10 famílias entrevistadas cujo chefe sempre morou no rural de Santa Fé do Sul vivem nos assentamentos do Pronaf. Tratam-se, em sua maioria, de filhos de pequenos proprietários que vieram com a fronteira. Esse fato reforça o pressuposto segundo o qual são as mudanças na estrutura produtiva em nível local que levam à formação de uma força de trabalho excedente que, nesse caso, foi acomodada pelo projeto de reforma agrária do governo federal.

Se, por um lado, o predomínio de pequenas propriedades cria obstáculos à disseminação das *commodities*, por outro, ele potencializa a formação de uma força-de-trabalho excedente que – ao não ser absorvida nem pelos pequenos centros urbanos regionais, nem pelas grandes cidades do Estado, cujos mercados estão cada vez mais competitivos (BAENINGER, 2012) – circula pelos espaços urbanos e rurais da região. Nesse sentido, acreditamos que o processo de circularidade migratória regional dá apenas os seus primeiros passos na RG de Jales. Todavia, diante da surpreendente velocidade das mudanças, é provável que em poucos anos esse fenômeno seja mais evidente. Se compararmos as estimativas do período 1995/2000 e 2005/2010, indícios importantes já são captados, como a oscilação da condição migratória do município de Santa Fé do Sul em escala intrarregional (Tabela 27).

As dificuldades na análise desse fenômeno não são apenas de natureza empírica. Também em termos teóricos o desafio é grande. Como coloca Baeninger (2012), a fluidez dos processos de redistribuição espacial de população conduz à revisão dos conceitos clássicos de atração e expulsão. Assim, a autora aproxima-se de aportes como o oferecido por Courgeau (1990 *apud* BAENINGER, 2012) através do conceito de espaço de vida. Em seus termos:

(...) dada a dificuldade de se estabelecer a fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração de longa permanência é recomendável compreendê-las simultaneamente, definindo a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades. (...), o espaço de vida não engloba apenas lugares de passagem e de permanência, mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona, mesmo de forma não presencial (BAENINGER, 2012, p.85).

Baeninger (2012, p.85) afirma ser esse um “caminho teórico-conceitual importante para as explicações da migração no âmbito da construção social de seus espaços no século XXI, tanto como entendimento dos processos mais amplos que ocorrem no âmbito global, como para as manifestações locais”. Se pensarmos que quanto mais os espaços regionais se conectam à economia internacional, mais circulares ou rotativos serão seus processos de redistribuição de população, maior será a necessidade de aproximarmos de aportes teóricos

tais como o oferecido por Courgeau (1990) através dos espaços de vida (*apud* BAENINGER, 2012).

A despeito de todas as restrições empíricas, e também do fato da expansão das *commodities* tratar-se de um fenômeno relativamente recente na RG de Jales (e, por isso, seus processos de redistribuição populacional podem ser considerados pouco fluidos), acreditamos ser essa circulação regional de pessoas a razão pela qual alguns pequenos municípios desse território (como Pontalinda) registrarem significativos ganhos de população ou, ainda que permaneçam perdendo migrantes, o façam em ritmo bem menor.

Em linhas gerais, o estudo da região de Jales aponta que a forma como cada área é inserida na nova ordem econômica mundial está intimamente ligada ao momento no qual cada região foi aberta ao capital internacional. A ocupação extremamente tardia da RG de Jales tem repercutido na expansão igualmente tardia da agricultura dita dinâmica. Mesmo na própria RA de São José do Rio Preto, nas RGs de formação capitalista mais antiga (Catanduva e São José do Rio Preto), o lento e gradual processo de anexação de propriedades possibilitou que os canaviais se alastrassem mais facilmente (Figura 18). Nesse sentido, essa região é, por excelência, híbrida. Enquanto parte dela beneficiou-se do último fio da desconcentração industrial paulista – em particular São José do Rio Preto –, as microrregiões de Votuporanga (Rodrigues, 2009), Fernandópolis e principalmente Jales ficaram às margens desse processo naquele momento histórico. A reestruturação produtiva traz um novo cenário para essas regiões, marcando as heterogeneidades presentes na rede urbana da RA.

Diferente da evolução das *commodities* nas zonas de ocupação antiga e madura – onde a integração agroindustrial em tempos fordistas levou a uma relativa drenagem dos recursos humanos e financeiros do rural para o urbano – nessas últimas regiões, essa evolução tem ocorrido em outro tempo e outro espaço. Na esteira dos processos de reestruturação produtiva, o momento atual padece do que Giddens (1991 *apud* BAENINGER, 2012) chamou de ‘mecanismos de desencaixe’, por meio dos quais a produção, agora voltada para o mercado internacional, traz outros contornos à vinculação dessa produção rural ao processo de industrialização nacional e à própria urbanização interna local e regional. Explica-se, dessa maneira, o redesenho da relação rural/urbana

entre os municípios dessa região, onde se verifica a mais “desenvolvida” agricultura da RG de Jales justamente em um município de atividades urbanas extremamente embrionárias.

Consideramos, dessa forma, que quanto mais internacionalizada for a produção agrícola da RG de Jales, mais complexas serão suas relações rurais/urbanas. Assim, à medida que seus espaços rurais abrem-se à produção das *commodities* no século XXI, mais a região pode fortalecer sua “vocaçãõ” no cenário internacional (HAVEY, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Região de Jales permitiu analisar como os processos desconcertantes de compressão do tempo-espaço (HARVEY, 1992) apresentam seus efeitos em espaços diversos. As *commodities* do século XXI passam a entrar em áreas cujos processos históricos deixaram heranças que possibilitam essa nova alocação de produção do rural; a histórica vocação agrícola da RG de Jales é, no entanto, redesenhada na contemporaneidade. De produtora de alimentos para abastecimento interno, essa região tem se transformado, a uma velocidade surpreendente, em um território da produção internacional de insumos primários.

Essa abertura econômica está na base dos ‘mecanismos de desencaixe’ ao qual Giddens (1991) se refere. No âmbito dos estudos populacionais, esses efeitos desconexos têm colocado desafios instigantes relacionados ao descompasso entre as dinâmicas econômicas e migratórias, por meio das quais grandes volumes emigratórios não mais podem ser entendidos como sinônimo de estagnação econômica (BAENINGER, 2012). Do mesmo modo, expressivos ganhos de população não significam também presença de atividades industriais fortes.

Na RG de Jales, esses desencaixes são claramente visíveis. No entanto, seus sentidos são completamente diversos daqueles partilhados pelos espaços beneficiados pela industrialização fordista. Se nas zonas de ocupação madura suas causas remetem ao contexto urbano, no Oeste Paulista, é no meio rural que esses mecanismos emergem. Sob os marcos da reestruturação produtiva, a expansão das *commodities* no século XXI não mais financiam um processo nacional de desenvolvimento. Essa é a raiz do redesenho da relação rural/urbana nessas áreas. Ainda que esse processo tenha desdobramentos sobre o urbano, seus impactos são bastante pontuais. Logo, parecem não ser suficientes à formação de polos regionais e aglomerações urbanas, como o foram em outros tempos.

Em consonância com as análises de Castells (1983, p.19), reforçamos o argumento segundo o qual esses dois espaços não podem ser entendidos de forma separada, pois compõem “o mesmo processo de produção das formas sociais”. O desencaixe a que nos referimos alude à natureza ou à lógica da dinâmica econômica que rege esses dois espaços: enquanto o rural de Jales responde cada vez mais à demanda do mercado internacional, o

seu urbano volta-se ao suprimento de serviços elementares à população local. Daí a importância de seu setor de serviços.

Portanto, parece ser esse desencontro entre a dinâmica econômica do urbano e do rural a razão pela qual os pequenos municípios não desenvolverem suas atividades urbanas com muito mais vigor, apesar do expressivo aumento na produtividade agrícola. Isso não significa, contudo, que deixarão de existir. Ao contrário, sua importância é fundamental no processo de acumulação capitalista, já que são necessários por assegurar a oferta de serviços básicos à reprodução da vida social local. Todavia, seus segmentos econômicos, por conta do desencaixe, não são inseridos na nova ordem global. Como ressalta a passagem a seguir:

(...) nem tudo se globaliza, nem tudo se flexibiliza, coexistindo em um mesmo espaço (internacional, nacional e local) zonas opacas, zonas luminosas e zonas intermediárias (...). Nessa perspectiva, se mantém o enfoque das hierarquias urbanas, o que permite compreender os nexos existentes entre as cidades, as cidades e suas regiões, o sistema de cidades em nível nacional e suas possíveis conexões com a hierarquia urbana internacional (BAENINGER, 2004, p.15).

No que diz respeito aos processos de redistribuição espacial da população de Jales, esse desencaixe reflete-se de formas diferentes em escalas diferentes. No âmbito interestadual, assistimos a uma intensificação das trocas estabelecidas com os Estados do Nordeste, muito provavelmente em função da importância adquirida pelos trabalhadores dessa região na colheita de cana ou no corte da laranja (OLIVEIRA, 2012; SILVA, 1998). No contexto intraestadual, temos o incremento da imigração com origem nas cidades integradas pelo histórico eixo de desenvolvimento do Estado, que vai desde a metrópole de São Paulo, passa por Jundiaí, Campinas, Limeira, Rio Claro, Araraquara, estendendo-se até Catanduva; fluxos que indicam ser compostos por técnicos e trabalhadores qualificados.

Quanto à escala intrarregional, consideramos que as transformações na estrutura fundiária desencadeadas pela expansão das *commodities* têm levado à formação de uma força de trabalho excedente - diante do esgotamento das fronteiras agrícolas, dos processos de reestruturação urbana e do desencaixe rural/urbano regional – que circula pelos próprios

municípios desse território, seja no mercado formal ou informal, nos empregos urbanos ou rurais.

Acreditamos que esse fenômeno apresente, ainda, seus contornos iniciais na região em questão. A ocupação tardia desse espaço repercute, atualmente, na permanência de uma estrutura fundiária pouco concentrada que se apresenta como um entrave à proliferação das *commodities*. Entretanto, se, por um lado, o predomínio de pequenas propriedades cria obstáculos à articulação da agricultura dita “dinâmica”, por outro, ele potencializa a formação de uma força de trabalho excedente. Seus efeitos serão, assim, ainda mais intrigantes.

Diante de todos os processos acima descritos, reforçamos, por fim, a heterogeneidade do rural paulista. Os fenômenos a que nos referimos para compor o “outro” rural da região de Jales são menos visíveis no novo rural de Silva (1999). As formas como cada um desses rurais foram “construídos” guardam diferenças históricas importantes, cujos desdobramentos manifestam-se em distintas formas de inserção na atual fase de acumulação capitalista. Enquanto um tem sua vocação urbana explorada, no outro, a velha vocação agrícola é a grande protagonista.

Para encerrar, a passagem extraída de Harvey (1992, p.321) é bastante ilustrativa de nossas intenções mais gerais:

(...) [essa nova ordem mundial trouxe consigo] um reconhecimento de que as dimensões do espaço e do tempo são relevantes, e de que há geografias reais de ação social, territórios e espaços de poder reais e metafóricos que se tornam vitais como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo, ao mesmo tempo em que são sede de inúmeras diferenças e alteridades que têm de ser compreendidas tanto por si mesmas como no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista. O materialismo histórico finalmente começa a levar a sério sua geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão nº 702**. IPEA: Rio de Janeiro, p.1-31, 2000.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. In: **Anais do I Encontro Nacional sobre Migração**. Curitiba, 12 a 14 de novembro de 1997, p.463 a 477.

BAENINGER, R. (Coord.). Regiões e Cidades no Eixo da Hidrovia Tietê-Paraná. **Textos NEPO 48**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2004.

BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p.84-96, jul./set. 2005.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2012.

CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.3, p.46-53, 1995.

CAIADO, A.S.C. Migração e Rede Urbana: Estudo da Mobilidade Demográfica nas principais Aglomerações Urbanas do Estado de São Paulo na Década de 90. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, 20 a 24 de setembro de 2004, p.1-15.

CAIADO, A. S.C; SANTOS, S. M. M. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.17, n.3, p.115-124, 2003.

CAIADO, A. S. C; SANTOS, S. M. M. Urbano ou rural? Um olhar sobre processos sócio-espaciais em curso no Estado e São Paulo. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú, 20 a 24 de setembro de 2004, p.1-9.

CAIADO, A. S. C; SANTOS, S. M. M. Ocupação urbanas em áreas rurais: estudo sobre processos socioespaciais em curso no Estado de São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú, 18 a 22 de setembro de 2006, p.1-17.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Caxambu: ANPOCS, 1997.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Texto para Discussão**. Campinas: IE/UNICAMP, n.193, p.1-36, julho 2011.

- CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTEI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: **I Encontro Nacional sobre Migrações**. Curitiba, novembro de 1997.
- CESCON, F. R. P. **Migração e unidades prisionais: o cenário dos pequenos municípios do Oeste paulista**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2012.
- CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, 1980.
- COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/new/projetosprogramas>. Acesso 11/11/2012.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CRUZ, S. C. V. Concerto e desconcerto do mundo. In: **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países de periferia**. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.359-388.
- CUNHA, J.M.P; BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil Contemporáneo. **Notas de Población**. CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.
- CUNHA, J. M.P. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.4, p.3-20. out/dez, 2005.
- EMPLASA/SEADE. **Rede Urbana e Regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo: EMLASA, 2011.
- FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. H. T. (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007a.
- FAVARETO, A. da S. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris**, v.1, n.1, p.157-190, 2007b.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso 26/01/2013.
- FUNDAÇÃO IBGE. Censo Agropecuário de 1920, 1950, 1970 e 1995.
- FUNDAÇÃO IBGE. Censo Demográfico de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

FUNDAÇÃO IBGE. **Divisão Regional**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int. Acesso 19/09/12.

FUNDAÇÃO SEADE. **Atlas Seade da Economia Paulista**. Disponível em: www.seade.gov.br/produtos/atlasecon. Acesso: 4/1/13.

FUNDAÇÃO SEADE. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003**. Disponível em: www.seade.gov.br/produtos/anipes/pdf/01.pdf. Acesso 5/1/13.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso 22/08/12, 18/09/2012, 19/09/2012, 6/1/13 e 14/01/13.

FUNDAÇÃO SEADE. **Memórias das Estatísticas Demográficas**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/>. Acesso em 1/12/12, 6/12/12 e 5/1/13.

FUNDAÇÃO SEADE. Fecundidade continua em queda em São Paulo. In: **SP Demográfico: resenha de estatísticas vitais do Estado de São Paulo**, ano 11, nº 5, julho de 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. Em 20 anos, fecundidade tem redução de até 50%. In: **SP Demográfico: resenha de estatísticas vitais do Estado de São Paulo**, ano 4, nº 3, julho de 2003.

FUNDESPA. **Plano Diretor Ambiental de Santa Fé do Sul/SP**, 2007.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 1998.

GOOGLE IMAGENS. Disponível em: <http://images.google.com.br>. Acesso 29/01/2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KAGEYAMA, A. A. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987, p.59-95.

MANFREDO, M. T.; BAENINGER, R. Municípios Pequenos no Eixo da Hidrovia Tietê-Paraná: transformações rurais e processo de estrutura dos espaços regionais. In: **III Encontro Nacional de Migração**. Campinas, 13 a 15 de novembro de 2003.

MARTINE, G. Os efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987, p.9-15.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. A modernização agrícola e a panela do povo. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987, p.59-95.

MARTINE, G. e McGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Neпо/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

MONGEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1998, 2ª ed.

NAÇÕES UNIDAS. **Métodos de Medición de la Migración Interna**. Manual VI: Nueva York, 1972.

NEGRI, B., GONÇALVES, M. F. e CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988, p.5-93.

OLIVEIRA, R. A. D. de. **Mobilidade circular de cortadores de cana e divisão espacial do trabalho: expressões regionais na década de 2000**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICMP, 2012.

PATARRA, N. e BAENINGER, R. São Paulo: Povigente, povovigente, povo e gente. **Textos NEPO 15**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1988.

PINTO, L. C. G. **Campinas e seus rurais**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2006.

PORTAL DE TURISMO. Disponível em: <http://www.ferias.tur.br/cidade/9358/mesopolis-sp.html>. Acesso 29/01/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL. **Galerias de Imagens da Estância**. Disponível em: <http://www.santafedosul.sp.gov.br/>. Acesso 29/01/2013.

ROSAS, C. A. F. **A (des)construção da dicotomia rural-urbana no extremo noroeste paulista**. Tese de doutorado. Uberlândia: Instituto de Geociências, 2010.

RODRIGUES, F. População e estruturação urbana no (nor)oeste paulista: um estudo sobre a produção social do espaço urbano no município de Votuporanga. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p.110-120, jul./set. 2005.

RODRIGUES, F. Por onde vão as ‘Brisas Suaves’ do Sertão Paulista – População e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso. **Textos NEPO 51**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

RODRIGUES, I. A. **A Demografia da Vida Rural Paulista**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2001.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SAP). **Plano de Expansão do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo**. Disponível em: http://www.sap.sp.gov.br/Img/Plano_de_Expansao.gif. Acesso 8/1/13.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP). **Enfoque regional**. São Paulo, maio de 2010. Disponível em: www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/enfoque_regional.pdf. Acesso 25/10/2012.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa Município Verde Azul**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/new/projetosprogramas>. Acesso 11/11/2012.

SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estâncias turísticas**. Disponível em: <http://www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html>. Acesso 11/11/2012.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP. IE, 1999.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

SINGER, P. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SIQUEIRA, C. G. **Emancipação municipal pós Constituição de 1988: um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas**. Dissertação de mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2003.

SIQUEIRA, C. G. de. **Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000)**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2008.

TARTAGLIA, J.C; OLIVEIRA, O. L. Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988, p.5-93.

VASCONCELOS, L. A. T. **Desenvolvimento Econômico e Urbanização nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba.** Dissertação de mestrado. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP/IE, 1992.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

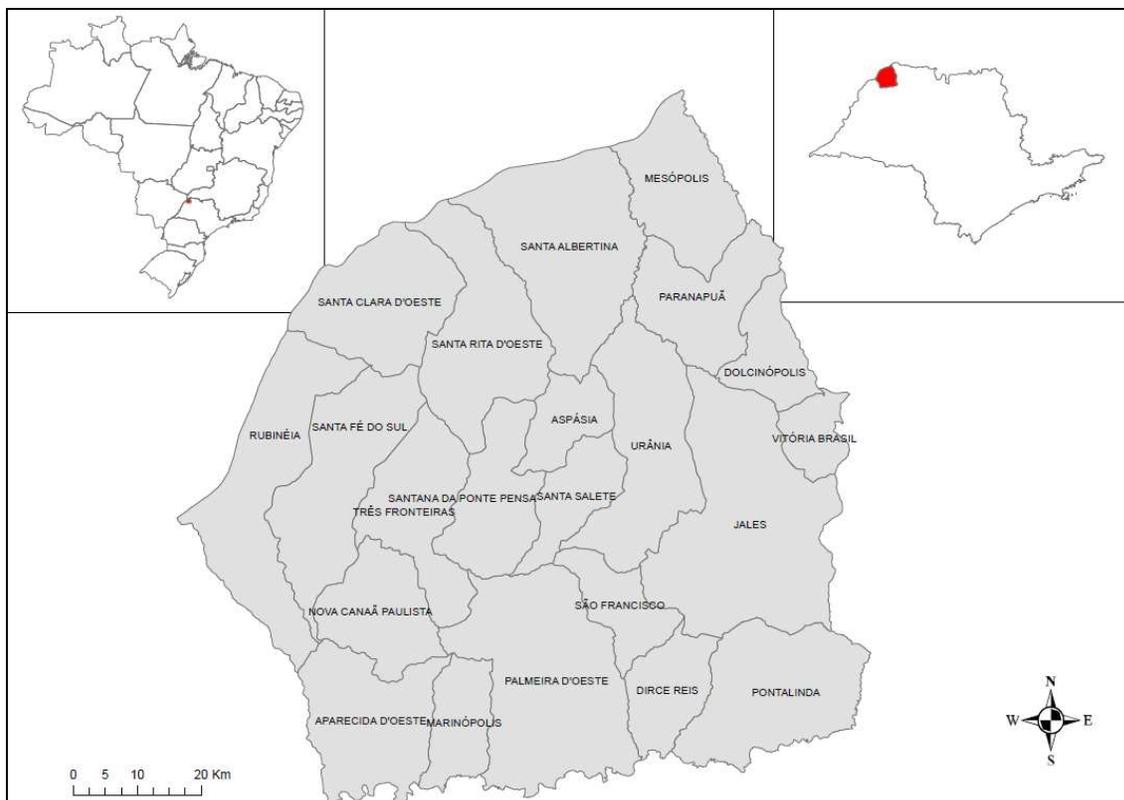
VIDAL, M. S. Região de Governo de São José do Rio Preto. **Textos NEPO 24.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 1993.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p.87-145, 2000.

ANEXO I

Localização da Região de Governo de Jales no Estado de São Paulo e no Brasil



Fonte: Fundação IBGE. http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Acesso: fev/2013; Fundação SEADE. www.seade.gov.br. Acesso: 22/08/12.

ANEXO II

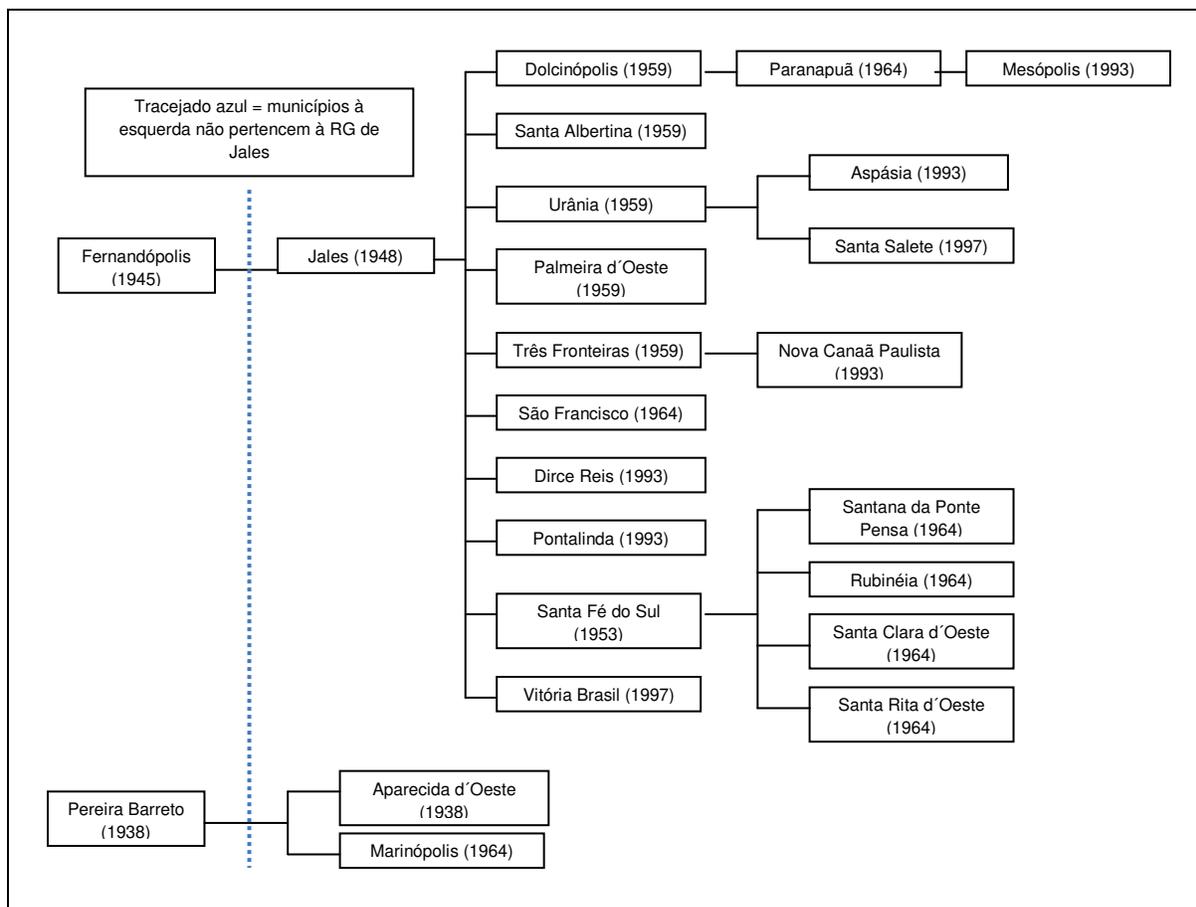
Imagem de satélite da Região de Governo de Jales Estado de São Paulo



Fonte: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, i-cubed, USDA, USGS, AEX, Getmapping, Aerogrid, IGN, IGP, swisstopo, and the GIS User Community

ANEXO III

Desmembramentos de Municípios Região de Governo de Jales 1938-1997



Fonte: Fundação SEADE. www.seade.gov.br. Acesso: 22/08/12.